

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Ana Paula Emídio Barbosa

LUGAR E RESISTÊNCIA:
a conformação de Unidades de Sentido no bairro do Pilar em Belo Horizonte – MG

Belo Horizonte
2025

Ana Paula Emídio Barbosa

LUGAR E RESISTÊNCIA:

a conformação de Unidades de Sentido no bairro do Pilar em Belo Horizonte – MG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – NPGAU, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Planejamento e dinâmicas socioterritoriais

Orientador: Prof. Dr. Daniel Medeiros de Freitas

Belo Horizonte
2025

FICHA CATALOGRÁFICA

B238I

Barbosa, Ana Paula Emídio.

Lugar e resistência [recurso eletrônico] : a conformação de unidades de sentido no bairro do Pilar em Belo Horizonte - MG / Ana Paula Emídio. - 2025.

1 recurso online (157 f. il.), pdf.

Orientador: Daniel Medeiros de Freitas.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Espaço urbano – Teses. 2. Conflito social – Teses. 3. Geografia humana – Teses. 4. Bairros – Teses. 5. Belo Horizonte (MG) – Teses. I. Freitas, Daniel Medeiros de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 304.2



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ARQUITETURA E URBANISMO
COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

FOLHA DE APROVAÇÃO

"LUGAR E RESISTÊNCIA: a conformação de unidades de sentido no bairro do Pilar em Belo Horizonte – MG"

ANA PAULA EMÍDIO BARBOSA

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada, no dia **vinte e nove de outubro de dois mil e vinte e cinco**, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Laura Fonseca de Castro

PUC-MG

Profa. Dra. Denise Morado Nascimento

UFMG

Prof. Dr. Rogerio Palhares Zschaber de Araujo

UFMG

Prof. Dr. Daniel Medeiros de Freitas - Orientador

UFMG

Belo Horizonte, 29 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Denise Morado Nascimento, Professora do Magistério Superior**, em 30/10/2025, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Daniel Medeiros de Freitas, Servidor(a)**, em



30/10/2025, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Palhares Zschaber de Araujo, Professor do Magistério Superior**, em 30/10/2025, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Laura Fonseca de Castro, Usuário Externo**, em 30/10/2025, às 18:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4687424** e o código CRC **5BCA93DC**.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a coragem de dois trabalhadores do campo, Sebastião e Maria Emídio, criaturas de simplicidade e beleza extraordinárias que, 45 anos atrás, começaram essa dissertação ao se mudarem para o “Pito Aceso” em busca de uma vida melhor. O desprendimento e a entrega de vocês me trouxeram até aqui. Obrigada por, além de tudo, ainda terem me amado.

Às minhas pessoas preferidas no mundo, minha mãe Helenice e minha irmã Mariana, cuja fé inabalável no meu caminho, me faz acreditar sempre um pouco mais também. O amor de vocês torna a minha existência possível. Estendo meus agradecimentos à minha família, em especial tio Carlinhos que, desde 2013, vem abrindo portas para que eu possa falar sobre o Pilar em minhas empreitadas acadêmicas.

Meu muito obrigada também ao meu orientador Daniel, pela paciência e sensibilidade com a qual me guiou ao longo deste processo; nossas trocas me enriqueceram para além desta dissertação. Aos meus amigos que estiveram presentes em tempos de transformações e luto, na alegria e na tristeza: foi fundamental poder contar com tanta compreensão e carinho. Que possamos celebrar juntos esta conquista!

Agradeço, ainda, aos moradores do bairro do Pilar que me ofereceram o seu bem mais precioso, o seu tempo, abrindo as portas de suas casas e colaborando para que este trabalho pudesse ser realizado da forma como sonhei. Os “pés vermelhos” de carne e osso, que há tantos anos resistem a todas as tormentas através do amor que cultivam por este pedaço de mundo. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por parte dos recursos que financiaram a apresentação do artigo a respeito deste trabalho no XXI Enanpur em Curitiba, em 2025, no contexto da pesquisa "Outra lógica da prática para moradia e cidade: o direito de existir" (Chamada CNPq/MCTI n. 10/2023 - Faixa B - Grupos Consolidados).

Por fim, dedico este título ao meu mestre de todos os mestres, meu pai Pedro Paulo Barbosa. Sua partida deixou um vazio enorme no meu peito, a vida ficou menos *rock'n roll*. Agradeço pelas fotos mais bonitas desta dissertação; agradeço, sobretudo, por você ter me entregado em vida muito mais do que você próprio recebeu. Sinto saudades todos os dias, para sempre vou celebrar o nosso vínculo.

Até a próxima empreitada!

RESUMO

Localizado entre duas regionais administrativas distintas e comprimido entre a Serra do Curral e estruturas operadas pela atividade minerária, o bairro do Pilar vem sendo, desde o seu surgimento em meados da década de 1950, submetido à exploração sistemática por interesses privados vinculados à indústria de grande porte e à mineração. Trata-se de um território pouco estudado na historiografia, planejamento urbano e reflexão acadêmica, o que contribui para sua invisibilização, isolamento e perpetuação de dinâmicas de poder e desigualdades. No entanto, mesmo pressionada por constrangimentos decorrentes desse processo, os moradores do bairro do Pilar trazem consigo possibilidades de resistir a este modelo exploratório vigente que, não só deve ser exposto e problematizado, como também combatido. Assim, esta dissertação tem como objetivo compreender o bairro para além da representação e abstração das abordagens e diagnósticos urbanos convencionais, avançando para uma sistematização de núcleos de percepções e significados que são compartilhados por sua população. Esses núcleos, chamados aqui de “unidades de sentido”, buscam captar as especificidades do cotidiano vivido, articulando suas dimensões físicas, sociais e simbólicas. Utilizando o conceito de lugar preconizado pela geografia humanista, e trabalhando a partir de narrativas obtidas através de entrevistas, a pesquisa revela como as tensões urbanas afetam as fronteiras físicas e percebidas, reconfigurando o território e as estratégias de resistência utilizadas por eles a partir de sua percepção sobre a dinâmica urbana em curso.

Palavras-chave: Conflitos territoriais; Resistência; Conceito de Lugar; bairro do Pilar; Belo Horizonte

ABSTRACT

Located between two distinct administrative regions and compressed between the Serra do Curral and structures operated by mining activities, the neighborhood of Pilar has, since its emergence in the mid-1950s, been subjected to systematic exploitation by private interests linked to large-scale industry and mining. This is a territory scarcely studied in historiography, urban planning, or academic reflection, which contributes to its invisibilization, isolation, and the perpetuation of power dynamics and inequalities. Nevertheless, even under the constraints imposed by this process, the residents of Pilar bring with them possibilities of resisting the prevailing extractive model—a model that must not only be exposed and problematized but also confronted. Accordingly, this dissertation seeks to understand the neighborhood beyond the representation and abstraction of conventional urban approaches and diagnoses, moving toward a systematization of perception and meaning clusters shared by its population. These clusters, referred to here as “units of meaning,” aim to capture the specificities of lived everyday life by articulating its physical, social, and symbolic dimensions. Drawing on the concept of place as elaborated within humanistic geography, and grounded in narratives gathered through interviews, the research reveals how urban tensions affect both physical and perceived boundaries, reconfiguring the territory and shaping the strategies of resistance employed by residents in response to the ongoing dynamics of urban transformation.

Keywords: Territorial conflicts; Resistance; Concept of Place; Pilar neighborhood; Belo Horizonte

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEIS	Área Especial de Interesse Social
AGEE	Área de Grandes Equipamentos Econômicos
APCBH	Acervo Público da Cidade de Belo Horizonte
CAAF/UNIFESP	Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo
CDM	Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana.
CEF	Caixa Econômica Federal
CODEMIG	Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
CP	Cadastro de Planta
CR	Centralidade Regional
EFCB	Estrada de Ferro Central do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LO	Licença de Operação
LUOS	Lei de Uso e Ocupação do Solo
MBR	Minerações Brasileiras Reunidas
MHAB	Museu Histórico Abílio Barreto
MPF	Ministério' Público Federal
OM	Ocupação Moderada
OSC	Organização da Sociedade Civil
PEAP	Programa de Educação Ambiental e Patrimonial
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte

RFFSA	Rede Ferroviária Federal de Sociedade Anônima
SEMAD-MG	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais
SIAM	Sistema Integrado de Informação Ambiental
SISEMA	Sistema Estadual de Meio Ambiente
SPU	Superintendência de Patrimônio da União
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
TCLD	Transportador de Correias de Longa Distância
TOD	Terminal Olhos d'Água
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
URBEL	Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte
ZAR	Zona de Adensamento Restrito
ZE	Zona de Grandes Equipamentos
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Casa localizada na Rua Rosa Branca, bairro do Pilar.....	19
Figura 2 – Correlação propositiva entre Identidade e Essência dos lugares.	34
Figura 3 – Diagrama Insiderness e Outsiderness.....	36
Figura 4 – Diagrama conformação de Unidades de Sentido.	38
Figura 5 – Captura de tela da tabela de análise das entrevistas exemplificando o processo.	48
Tabela 4 – Conformação das Unidades de Sentido.	48
Tabela 5 – Recortes do grupo de WhatsApp.	54
Figura 6 - Convite Comitê Social.....	56
Figura 7 - Foto do evento.	56
Figura 8 – Unidade de siderurgia da Mannesmann no Bairro das Indústrias.....	58
Figura 9 – Letreiro da Mannesmann localizado na Serra do Curral	60
Figura 10 – Planta de Auto Demarcatório de glebas rurais.....	61
Figura 11 – Vista no alto da Serra do Curral da estrutura do antigo teleférico	64
Figura 12 – Vagões atravessando o Pilar.....	66
Figura 13 – Planta de parcelamento do solo CP 259001M	67
Figura 14 – Vagões atravessando o Pilar a caminho da Mina de Águas Claras	68
Figura 15 – Recorte do zoneamento LUOS nº 2.662, de 1976	69
Figura 16 – Recorte do zoneamento LUOS nº 4.034/85.....	70
Figura 17 – Paisagem do Pilar no final dos anos 1980	71
Figura 18 – Vista do sistema Transportador de Correias de Longa Distância (TCLD).	72
Figura 19 – Escola Municipal Pedro Nava, localizada na rua São Pedro da Aldeia.	73
Figura 20 – Centro de Saúde Pilar/Olhos d’Água.....	74
Figura 21 – Praça Amadeu Lorenzato.....	74
Figura 22 – Campo de futebol do Pilar.	75
Figura 23 – Recorte do zoneamento LUOS nº 7.166/96.....	76
Figura 24 – Zoneamento anos 2000.	77
Figura 25 – Controle do terreno exercido pela CODEMIG	78
Figura 26 – Recorte do mapa de zoneamento da lei 11.181/2019.....	81
Figura 29 – Foto de 1983 da linha do trem, sentido mina de Águas Claras.....	85
Figura 30 - Foto de 2024 da beira-linha.....	85
Figura 31 – Em primeiro plano, área explorada pela Mannesmann no Pilar.	91
Figura 32 – Letreiro da Mannesmann visto da BR-356.....	92
Figura 33 – Diagrama unidade de sentido Mannesmann.	96
Figura 34 – Imagem de drone do bairro do Pilar	97
Figura 35 – Rua São Pedro da Aldeia	100
Figura 36 – Recorte do jornal Tribuna de Contagem, ano exato desconhecido.	101
Figura 37 – Rua (sem nome) que contorna todo o TOD, de acesso restrito pela Vale.	101
Figura 38 – Diagrama unidade de sentido isolamento.	102
Figura 39 – Parte da área da beira-linha em 2013, ainda por ser ocupada.	103
Figura 40 – Primeiras casas construídas na antiga Linha Férrea do Ramal Águas Claras.....	104
Figura 41 – Área da beira-linha em 2013.....	105
Figura 42 – Beira-linha, novembro de 2024	107
Figura 43 – Beira-linha, novembro de 2024	107
Figura 44 – Casas Beira-linha com acesso pelo bairro do Pilar.....	109
Figura 45 - Afastamento entre as casas da beira-linha.....	109

Figura 46 – Diagrama unidade de sentido beira-linha.	111
Figura 47 –Terminal Olhos d’Água (TOD) visto desde o Anel Rodoviário.	112
Figura 48 – TCLD, Vila São João ao fundo.	113
Figura 50 – Tabela constando no relatório de auto monitoração da Vale.....	117
Figura 51 – Tabela constando de questionários realizados pela Vale.....	117
Figura 52 - TLCD atravessando a rua São Pedro da Aldeia.....	119
Figura 53 – Quadra placa poliesportiva Praça Amadeo Lorenzato.	120
Figura 54 – Diagrama unidade de sentido mineração.	122
Figura 55 – Exemplos de divulgação de eventos promovidos com apoio da Vale.....	124
Figura 56 – Diagrama unidade de sentido projetos sociais.	126
Figura 57 – Vista do campo de futebol	128
Figura 58 – Foto do campo de futebol conforme visto da Rua São Pedro da Aldeia.....	129
Figura 59 - Acesso ao campo de futebol.	130
Figura 60 – Segunda edição de 2025 da “Copa do Zoião”	133
Figura 61 – Diagrama unidade de sentido campo de futebol.	134
Figura 62 – Diagrama unidade de sentido poder público.....	138
Figura 63 – Diagrama unidade de sentido ausência de futuro.	141
Figura 64 – Vista da Serra do Curral, desde a porta da casa da moradora entrevistada 005....	143
Figura 65 – Diagrama unidade de sentido vínculos com o lugar e a comunidade.	145

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Recorte bairro do Pilar e entorno imediato	43
Mapa 2 – Inserção urbana bairro do Pilar	44
Mapa 3 – Tipologias de uso e ocupação do solo 2011.	82
Mapa 4 – Tipologias de uso e ocupação do solo 2022	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Conceito de <i>Insideness</i> e <i>Outsideness</i> de Edward Relph.....	35
Tabela 2 – Síntese referencial teórico.....	40
Tabela 3 – Ficha do roteiro de entrevista semiestruturada	46
Tabela 4 – Conformação das Unidades de Sentido.	48
Tabela 5 – Recortes do grupo de WhatsApp.	54
Tabela 6 – Tabela dados população	88

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 Partido teórico-metodológico	21
2.2 A perspectiva regressiva-progressiva aplicada	25
2.3 Do conceito de lugar	26
2.4 Operacionalização do conceito de lugar e tradição fenomenológica	30
2.5 Unidades de Sentido como operadores da experiência	37
3. CAMINHO METODOLÓGICO	41
3.1 Recorte espacial adotado	41
3.2 Do desenho da pesquisa	45
3.3 Escassez de dados e informações sobre o Pilar	50
3.4 Demais estratégias	52
4. RECONSTITUINDO O TODO: PERIODIZAÇÃO E HISTÓRIA DO PILAR	57
4.1 Décadas de 1950 e 1960: Mannesmann e “Pito Aceso”	58
4.2 Décadas de 1970 e 1980: linha do trem e primeiros processos regulatórios	65
4.3 Décadas de 1990 e anos 2000: mineração e desativação da linha do trem	72
4.4 Anos 2010 a 2025: (mais) mineração, beira-linha e dias atuais	80
5. UNIDADES DE SENTIDO	90
5.1 Mannesmann	91
5.2 Isolamento	97
5.3 Beira-linha	103
5.4 Mineração	112
5.5 Projetos Sociais	123
5.6 Campo de Futebol	127
5.7 Poder Público	135
5.8 Ausência de futuro	139
5.9 Vínculos com o lugar e a comunidade	142
5.10 Síntese Unidades de Sentido	146
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	155

1. INTRODUÇÃO

A região que hoje conhecemos como bairro do Pilar refere-se a uma antiga área rural do Barreiro, localizada na extremidade sudoeste do perímetro urbano de Belo Horizonte, às margens da BR-356 na saída para o Rio de Janeiro. Trata-se de um bairro sobre o qual pouco se fala e pouco se discute na historiografia, planejamento urbano e reflexão acadêmica, conforme será demonstrado por esta dissertação, embora carregue em seu cerne, heranças e determinações importantes relacionadas a momentos emblemáticos do desenvolvimento urbano de Belo Horizonte e do contexto industrial e minerário de Minas Gerais.

O início de sua formação remonta à época da construção e inauguração instalações da unidade de mineração da siderúrgica alemã Mannesmann no Brasil, em meados da década de 1950, dentro do amplo contexto de industrialização do país, fomentado pelo então presidente da República, Getúlio Vargas¹. Tal fato, por si só, já começa a informar acerca da estreita relação entre o Estado e o beneficiamento de agentes privados em diferentes frentes que incidem diretamente sobre o bairro do Pilar. Essa relação não apenas orientou a sua dinâmica urbana e fundiária nas décadas seguintes, como também esteve na origem de diversos conflitos entre os moradores e a atividade industrial e mineradora. Para além disto, o Pilar apresenta ainda outros fatores agravantes de sua condição invisibilizada, como sua localização comprimida entre a Serra do Curral e o grande aparato de exploração minerária presente ali, que o segrega de outros bairros vizinhos com os quais não há conexão direta. Soma-se a isso, sua posição no limite do município e entre duas regionais administrativas, tem-se intensificada a percepção de seu isolamento no contexto municipal e metropolitano.

Todo este percurso histórico e demais especificidades do Pilar serão aprofundados ao longo da pesquisa, entretanto, cabe destacar também de modo introdutório alguns acontecimentos recentes, que falam sobre a relevância deste objeto de estudo e sobre como ele se conecta com questões de ordem mais ampla. O primeiro deles se refere à ocupação irregular da área correspondente a um trecho ferroviário do antigo Ramal Águas Claras, desativado em

¹ A unidade de siderurgia da Mannesmann foi inaugurada no Bairro das Indústrias no Barreiro, em 12 de agosto de 1954. Este foi, a título de curiosidade, o último feito oficial do presidente Getúlio Vargas, que viria a cometer suicídio em 24 de agosto do mesmo ano. A unidade de mineração, que extraía os insumos para a própria produção siderúrgica, foi inaugurada no Pilar (até então conhecido apenas como “Fazenda do Cercado”) em 1957, após lei que destinou à empresa alemã, área para exploração no bairro e a construção de um teleférico que trazia minério da mina da Mutuca (Nova Lima) para ser beneficiado ali.

2003², após o esgotamento da mina com o mesmo nome. A partir do ano de 2013, começaram a ser construídas ali, diversas casas e estabelecimentos comerciais, que hoje conformam uma ocupação consolidada que transformou significativamente o cotidiano e a vida no Pilar. Se anteriormente a linha férrea pertencente à RFFSA já representava uma robusta segregação deste espaço urbano, a área, que passou a ser popularmente chamada de “Beira Linha”, vem de forma a complexificar ainda mais esta fronteira, modificando as dinâmicas sociais e tensionando a demanda por infraestrutura e serviços urbanos.

O segundo acontecimento recente que cabe mencionar é a intensificação de grandes vetores de valorização imobiliária das cidades de Belo Horizonte e Nova Lima, localizados próximos ao Pilar. A localização privilegiada em relação ao atual vetor de expansão do mercado imobiliário de alta renda, a presença cênica da Serra do Curral, juntamente das possibilidades de melhoria das condições de acesso que vem sendo discutidas para a região, vem atraindo agentes interessados na abertura de novas frentes de expansão urbana. Neste contexto, os moradores do Pilar e das vilas adjacentes representariam então, uma espécie de obstáculo a ser superado, o que intensifica a percepção de instabilidade e vulnerabilidade por parte da população local. Este fato se torna ainda mais evidente com a divulgação na mídia do chamado “Parque da Linha Férrea”³, que irá promover a requalificação urbana da área do antigo Ramal Águas Claras. Nos projetos e estudos publicizados, os bairros do Pilar e Olhos d’Água, por onde também passava a famigerada linha do trem, são diligentemente excluídos e desconsiderados dos processos de consulta pública e alcance do traçado urbanístico.

Diante de tudo isso, a pergunta que motivou essa pesquisa é investigar *como os moradores do Pilar resistem, já há algumas décadas, às diferentes pressões decorrentes de sua dinâmica urbana específica e ao seu contexto caracterizado pela forte assimetria de poder. A motivação principal foi identificar as diferentes formas, algumas mais e outras menos óbvias, através das quais os moradores, agentes historicamente subalternizados do Pilar, encontram formas de resistir a partir de seu vínculo com o lugar ou, nas palavras de Milton Santos (2006), como “enfrentar o futuro sem romper com o lugar, e de ali, obter a continuidade, através da mudança”* (p. 327). Responder a esta pergunta é também falar sobre as relações profundas que

² Foram desativados 8,0 km dos 21,72 km que conectavam a antiga Mina de Águas Claras, em Nova Lima, à estação de Ibirité. Dos 8,0 km desativados, cerca de 2,8 km eram localizados no bairro do Pilar.

³ Trata-se de projeto de parque linear conjugado à uma avenida, com 5,2 km de extensão, no trecho que compreende a entrada da antiga mina de Águas Claras até o limite da área da ferrovia desativada com o bairro Olhos d’Água. Com área total de 400.000 m², o objetivo seria promover um novo eixo de mobilidade metropolitana com a construção da avenida, com novos espaços de convivência e preservação ambiental. Fonte: ARMBH, 2025, disponível em: <https://www.agenciarmbh.mg.gov.br/governo-de-minas-e-municipios-de-bh-e-nova-lima-divulgam-nova-consulta-publica-sobre-a-criacao-do-parque-da-linha-ferrea/>

se estabelecem entre as pessoas e os seus meios, o que, na maioria das vezes, escapa à elaboração de “diagnósticos” dos espaços urbanos enquanto realidades estáticas e concluídas, em detrimentos dos processos sociais e humanos que os constituem e transformam cotidianamente.

No campo dos estudos urbanos, essa pergunta de pesquisa admite diferentes entradas e abordagens do problema. A proposta teórico-metodológica que orienta este trabalho é então utilizar o conceito de lugar e sua tradição na geografia humana como lente principal de leitura do espaço urbano em análise. Ainda que dialogue pontualmente com outras abordagens, como a historiografia do processo de urbanização e a sociologia urbana das relações de poder, é essa a chave conceitual que orienta nossa compreensão do espaço vivido, nos permitindo assimilar a dinâmica relacional entre o território e a paisagem. A fundamentação dessa escolha teórica será melhor detalhada adiante.

Ainda que o foco seja a conceituação do lugar sob sua perspectiva humana, o diálogo com a historiografia e com a sociologia urbana foram importantes para o argumento, desenvolvido ao longo da pesquisa, de que o suposto “esquecimento” do Pilar em muito se revela conveniente para a manutenção das relações de poder ali predominantes, permitindo que diversos agentes econômicos e políticos sigam se beneficiando dessa condição e prosperando às custas de sua conjuntura urbana e riquezas naturais. Enquanto isso, demandas por transformações estruturais capazes de mudar verdadeiramente a vida dos moradores, seguem sendo sumariamente ignoradas, ou simplesmente não abordadas com a complexidade que lhes é devida.

Por essa razão, este estudo argumenta que o bairro do Pilar não está, ao contrário do que muitos são levados a crer, simplesmente “esquecido”. Ao contrário, o que se observa é a atuação persistente de uma lógica de dominação que, desde seus primórdios, tem servido sistematicamente à consolidação de hierarquias econômicas, à coerção de suas articulações coletivas e à imposição de normas e regulações heteronômicas que moldaram a realidade local. Tais imposições, amplamente conduzidas por classes e grupos dominantes, operam a partir de perspectivas essencialmente econômicas que, ao orientar a produção do espaço urbano, são assimiladas e naturalizadas, por exemplo, na elaboração de planejamento e diagnósticos urbanos. Isso ajuda a conformar uma estrutura encriptada que impede o acesso de determinados grupos à política urbana e, por isso mesmo, reforça sistemas de exclusão e opressão na cidade.

Para romper com essa lógica, uma das possibilidades é avançar na leitura da complexidade histórica e social que constitui os lugares na cidade, destacando os processos

urbanos que os compõem e dando visibilidade e voz para os agentes que produzem, percebem e agem cotidianamente no espaço. Partindo, portanto, do estudo de caso do Pilar a partir da perspectiva do lugar, a pesquisa possui como objetivo principal investigar o papel do lugar enquanto *locus* de resistência situado na articulação entre cotidiano e identidade na área de estudo. São objetivos secundários do trabalho: (a) avançar na operacionalização do conceito do lugar em áreas urbanas, atualizando e adaptando conceitos e métodos da geografia humana para a análise urbana e sua interface com a política urbana; (b) contribuir para o registro da história local, sobretudo por meio do registro de memórias e percepções dos moradores; (c) articular uma perspectiva fenomenológica de registro da memória e percepção dos moradores com análises do campo dos estudos urbanos, em especial, a constituição da paisagem e disputas territoriais em curso na área de estudo.

Em relação ao diálogo com o grupo de pesquisa PRAXIS-EA/UFMG⁴, esta pesquisa foi inicialmente vinculada a uma proposição teórico-metodológica orientada pela compreensão das dinâmicas urbanas a partir da inserção de narrativas dos moradores que ocupam e produzem os espaços da vida cotidiana e que tem como objetivo:

“(...) descriptar a cidade por meio de *linhas de análise* que entendem o território a partir do olhar de quem mora e ocupa, de quem cotidianamente vivência e experimenta o espaço, fazendo-se emergir uma possível disrupção das valorizadas narrativas institucionais, técnicas e acadêmicas vigentes” (Morado Nascimento et al. 2022, p.138).

Para tal, as linhas de análise propostas pelo PRAXIS-EA/UFMG foram elaboradas “a partir de um processo contínuo de ir e vir, alimentado por visitas no campo, entrevistas e oficinas com moradores”, buscando organizar tanto as informações *do* território, como as informações sobre o que ocorre *no* território. No entanto, os primeiros exercícios de leitura do lugar no Pilar apontaram para um maior deslocamento entre a especificidade das narrativas e as linhas de análise consolidadas na pesquisa do PRAXIS-EA/UFMG, nos levando, inicialmente, a um esforço de redefinição das linhas de análise e, em uma etapa seguinte, a uma redefinição da leitura do lugar a partir do conceito de **Unidades de Sentido**, conforme será explicado mais adiante. Essa opção percorre um caminho independente das linhas de análise pré-estabelecidas e, veremos, possibilita uma sistematização mais específica da área estudada

⁴ Ver o conjunto de trabalhos realizados pelo grupo PRAXIS-EA/UFMG entre 2018 e 2025 coordenados por Denise Morado Nascimento e Daniel Medeiros de Freitas no endereço <http://praxis.arq.ufmg.br>. Destaque para as pesquisas “Outra lógica da prática para moradia e cidade: o direito de existir”; “O sistema de exclusão na cidade neoliberal brasileira”; “Ocupações, remoções, despejos e resistências: intervenções territoriais na produção das metrópoles”; “Territórios populares: reestruturação territorial, desigualdades e resistências nas metrópoles brasileiras”.

e uma análise mais próxima do conceito de Lugar a partir de sua tradição fenomenológica na geografia humana.

A principal diferença entre as linhas de análise e as unidades de sentido, percebida ao longo do desenvolvimento da pesquisa, está situada no modo como são definidas as questões que norteiam as entrevistas realizadas. Enquanto na abordagem do referido grupo as questões partem de um conjunto de linhas de análise calibradas ao longo da leitura de diferentes territórios populares, as **Unidades de Sentido** resultam exclusivamente da percepção reveladas por moradores de um contexto específico a partir de perguntas mais abertas orientadas por autores que discutem a operacionalização do conceito de lugar, conforme explicado na metodologia do trabalho. Na conclusão do trabalho, os desdobramentos dessa decisão serão retomados, bem como o potencial diálogo e contribuição dessa pesquisa para a leitura do lugar nos moldes propostos pelo PRAXIS-EA/UFMG.

Isto posto, esta dissertação apresenta, juntamente desta introdução, o desenvolvimento de mais 4 capítulos, além das considerações finais. O segundo capítulo, **Referencial Teórico**, apresenta os conceitos centrais que nortearam a pesquisa, oriundos sobretudo do campo da geografia humana. A partir do diálogo entre autores mais próximos do conceito contemporâneo de lugar, como Doreen Massey, Edward Relph, Tim Cresswell, Yu-Fu Tuan e Milton Santos, o lugar é apresentado não como um recorte estático no espaço e no tempo, mas sim como um processo dinâmico e relacional, dotado de significados, disputas e afetividades complexos. É a partir desta fundamentação teórica que desenvolvemos, no terceiro capítulo, **Caminho Metodológico**, onde todo o percurso da pesquisa é descrito, ancorado na captura sensível da experiência dos moradores do bairro do Pilar. A partir da centralidade do conceito de lugar, as estratégias de investigação são mais bem delineadas, apresentando-se, inclusive, aquelas que não se revelaram profícuas dentro deste contexto de pesquisa. O capítulo explicita ainda os critérios de delimitação e o modo como as unidades de sentido, que irão compor o quinto capítulo, foram constituídas a partir da escuta e da presença prolongada no Pilar.

O quarto capítulo, intitulado **Reconstituindo o todo: periodização e história do Pilar**, segue a proposta metodológica da pesquisa ao aplicar a perspectiva regressiva-progressiva, termo proposto por Henri Lefebvre, segundo o qual é preciso retornar ao momento originário de um processo para compreendê-lo em sua totalidade. A partir do ponto de regressão máxima adotado, a trajetória socioespacial do bairro é apresentada por meio de uma estrutura de periodização. Este recorte se mostra essencial para a compreensão do presente, sendo construído a partir dos relatos pessoais e coletivos obtidos em campo, articulados com diversas

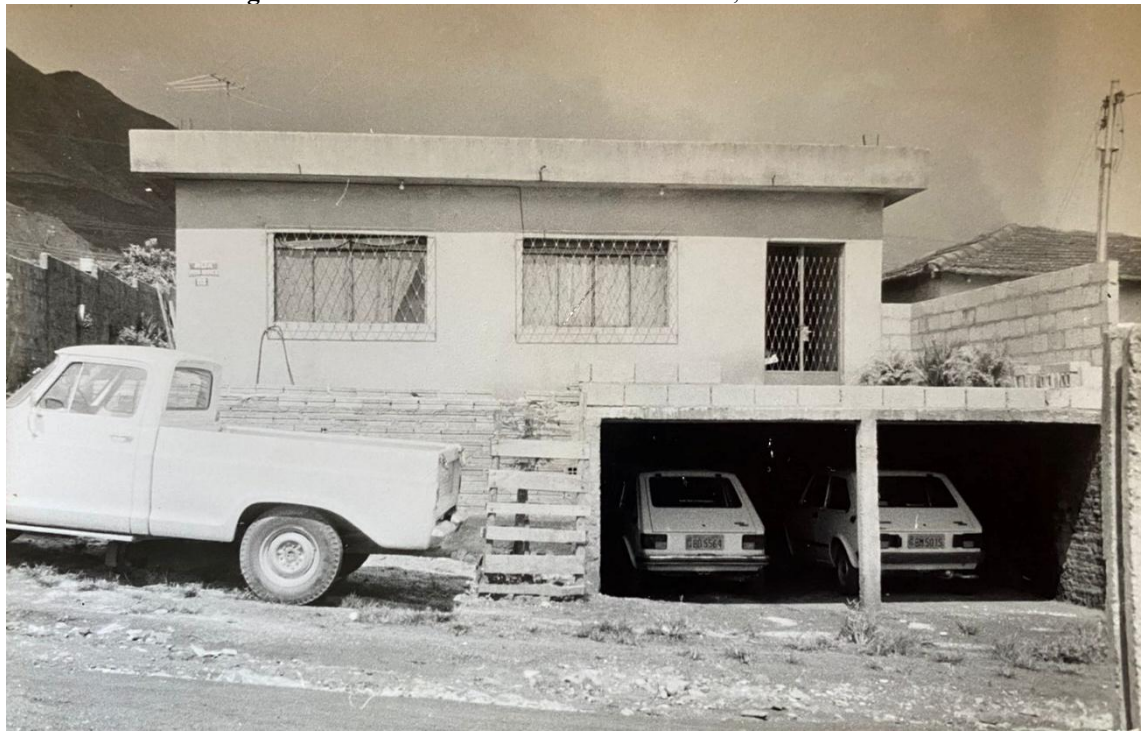
fontes secundárias. Com o intuito de valorizar o protagonismo dos moradores do Pilar, mas sem fugir da reconstituição de uma historiografia marcada pela invisibilização do bairro, o capítulo sinaliza a distinção entre as fontes que o compõem, articulando a narrativa histórica apresentada com a percepção dos moradores.

O quinto capítulo, **Unidades de Sentido**, apresenta os núcleos interpretativos encontrados a partir do exercício metodológico realizado, constituindo a etapa analítica central da pesquisa. Por meio da organização dos principais temas recorrentes das narrativas coletadas, torna-se possível compreender as diversas formas como o bairro do Pilar é vivido, significado e interpretado por seus moradores, evidenciando-se também, suas principais estratégias de sobrevivência diante das adversidades identificadas.

Por último, as **Considerações Finais** trazem a conclusão de tudo o que foi levantado, buscando no aprofundamento, na visibilidade e na validação das questões e narrativas apresentadas ao longo do trabalho, o empoderamento necessário para que esta população atue, a partir da força do próprio lugar, na disputa por este lugar e, em uma instância mais abrangente, atue também na disputa pela cidade.

Antes de avançar, faz-se necessário situar objetivamente a minha perspectiva enquanto pesquisadora. Este trabalho começa a se desdobrar, inicialmente, a partir de uma vivência pessoal, uma vez que o bairro do Pilar, objeto de estudo desta pesquisa, é um território que frequento desde o meu nascimento. Trata-se de onde minha família se estabeleceu na cidade de Belo Horizonte no início dos anos 1980, vindos da Zona da Mata de Minas Gerais em busca do sonho de “uma vida melhor” na capital, na casa representada pela **Figura 1** a seguir. A casa construída por meus avós permanece na família até hoje, servindo como a base de onde toda a minha movimentação para coleta de dados e informações se revelou possível. As fotos antigas inseridas na dissertação, inclusive, fazem parte de um acervo pessoal exclusivo, documentando cenários emblemáticos e contribuindo para o seu registro histórico.

Figura 1 - Casa localizada na Rua Rosa Branca, bairro do Pilar.



Fonte: Acervo pessoal (1982)

Ao longo dos anos, pude testemunhar muitas das transformações na paisagem e nas dinâmicas internas do Pilar, o que motivou a transposição dessas percepções pessoais e afetivas para um campo de análise técnica e acadêmica. Esse processo culminou no desenvolvimento do meu Trabalho de Conclusão de Curso na Escola de Arquitetura da UFMG, em 2013, intitulado *Pilar: Apontamentos para Emancipação*. Naquele contexto, busquei estruturar um diagnóstico urbano de caráter propositivo, identificando os principais agentes atuantes no bairro sem, no entanto, aprofundar em suas respectivas dinâmicas. Ainda que preliminar, esse esforço representou o primeiro que tenho conhecimento de inserir o Pilar no debate acadêmico, rompendo com a barreira de sua invisibilização e trazendo suas especificidades para um contexto mais amplo de produção de conhecimento.

Na prática, todo esse contexto resultou na formulação desta dissertação, fundamentada na relevância do bairro do Pilar enquanto um território produtivo para a cidade de Belo Horizonte e, em uma perspectiva mais abrangente, também para Minas Gerais. Além de proporcionar acesso facilitado a determinados grupos e interlocutores ao longo do desenvolvimento da pesquisa, essa proximidade também exigiu uma revisão crítica de pressupostos previamente estabelecidos por mim, tanto através de minha vivência pessoal, quanto por percepções consolidadas ao longo de mais de 10 anos trabalhando como Arquiteta e Urbanista. O objetivo de tal desconstrução foi o de tentar estabelecer uma compreensão mais

profunda e contextualizada sobre como o bairro do Pilar e seus moradores, historicamente, resistem à atuação de agentes externos e aos interesses conflitantes que o atravessam.

Entre todas as conjunturas preestabelecidas, transpor a minha própria relação com o lugar talvez tenha sido a mais desafiadora. Ainda que seja um bairro que conheço e frequento há anos, onde tenho raízes e vínculos familiares, reconheço que minha perspectiva pode ser considerada, em certa medida, invasora. Além de nunca ter residido no Pilar, falo também do campo da produção acadêmica que, de diversas formas, se revela distante da realidade cotidiana das pessoas de quem desejo falar. Diante dessa condição, esta dissertação busca, a partir deste esclarecimento, se distanciar de uma abordagem estritamente pessoal, para concentrar-se na vivência e na produção do espaço pelos grupos que o habitam e atravessam cotidianamente.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Houvesse fora de nós, externa a vocês e a mim, uma senhora realidade minha e uma senhora realidade sua, digo, em si mesma, igual e imutável. Mas não há. Há em mim e para mim uma realidade minha, aquela que eu me dou; e uma realidade sua e de vocês, para vocês, aquela que vocês se dão – as quais nunca serão as mesmas, nem para vocês nem para mim. E agora?

Luigi Pirandello – Eu, nenhum e cem mil

2.1 Partido teórico-metodológico

Nas palavras do geógrafo sino-americano Yu-Fu Tuan⁵ (1983), ainda que planejadores urbanos possam discernir lugares de características físicas e socioeconômicas bem definidas, dando a eles nomes de bairros ou distritos, “os habitantes locais não têm motivo para cogitar sobre esses conceitos que nada têm a ver com suas necessidades imediatas” (p. 188). Para Tuan (1991), a completude da visão da geografia sobre os lugares deve necessariamente incluir a dimensão humanista como uma chave articuladora que abrange tudo aquilo que é físico, mas também simbólico, psicológico e moral a respeito dos espaços. Os lugares, portanto, não se reduzem a abrigos materiais ou a delimitações territoriais, compreendendo, também, o universo simbólico e narrativo que os transforma em lares, atribuindo-lhes afetividade e pertencimento. Conforme adverte o autor, esses procedimentos simbólicos devem ser constantemente continuados e renovados, de forma que o mundo não perca “os significados que motivam as pessoas a manter seu ambiente material” (p. 102).

De acordo com essa perspectiva, o exercício de nomear, classificar e narrar seria não apenas uma forma de criar identidade ou memória, mas um recurso fundamental de sobrevivência: desde os caçadores-coletores, que reconheciam e designavam elementos naturais para organizar sua subsistência, até as sociedades complexas que transformam territórios por meio de mapas, relatos e representações, o ato de simbolizar o espaço é também um modo de garantir a vida. Assim, a geografia humanista de Tuan (1991) propõe que a experiência do lugar articula, inseparavelmente, necessidades vitais e significados culturais, assegurando tanto a continuidade material quanto a reprodução simbólica da existência humana.

Surge então uma pergunta fundamental: de que forma seria possível superar a padronização de uma análise urbana que se baseia majoritariamente em teorias preestabelecidas

⁵ Yu-Fu Tuan (1930-2022) foi um geógrafo e filósofo que estudou questões relacionadas à percepção, experiência e significado do espaço. Suas principais obras são *Topophilia: A Study of Environmental Perception, Attitudes, and Values* (1974) e *Space and Place: The Perspective of Experience* (1977).

por fontes externas e nos saberes acadêmicos de arquitetos, urbanistas e planejadores, de forma a incluir a perspectiva humanista que entende o lugar para além do olhar técnico especialista? Tais abordagens, além de insuficientes para abarcar toda a complexidade do bairro do Pilar, objeto de estudo dessa pesquisa, tendem a reproduzir o próprio *status quo* que queremos questionar, onde as narrativas hegemônicas invisibilizam as formas locais de resistência, deslegitimam os saberes não-institucionalizados e reforçam a marginalização histórica de moradores de áreas periféricas.

Nesse sentido, a adoção do conceito de lugar, conforme a perspectiva dos debates realizados no campo da geografia humana a partir da década de 1970, articulados sobretudo à reflexão realizada nas duas décadas seguintes pela geógrafa britânica Doreen Massey⁶, apresenta-se como uma alternativa para ancorar a análise do espaço urbano na experiência concreta de seus moradores, valorizando o exercício de escuta de suas histórias e as demais especificidades que conformam os processos sociais em curso no território. Trata-se de uma lente fecunda para compreender como as dinâmicas urbanas vêm sendo redefinidas e consolidadas ao longo do tempo, tensionando as percepções vigentes e rearticulando sentidos, práticas e objetos materializáveis.

No entanto, a complexidade inerente ao conceito de lugar, sobretudo em sua dimensão fenomenológica, apresenta desafios significativos à sua operacionalização dentro do campo aplicado da análise urbana. A tensão entre a densidade epistemológica do conceito e sua real aplicabilidade em dinâmicas em curso, orienta aqui a busca por abordagens que estabeleçam conexões entre essas esferas, mantendo o protagonismo da memória, da identidade e das experiências daqueles que habitam o lugar. Experiências essas que, no contexto da abordagem proposta, não apresentam uma conotação puramente passiva, como algo que é sofrido e/ou suportado por um indivíduo sem qualquer gerência. Pelo contrário, conforme define Tuan (1983):

A experiência implica a capacidade de aprender a partir da própria vivência. Experienciar é aprender, significa atuar sobre o dado e criar a partir dele. O dado não pode ser conhecido em sua essência. O que pode ser conhecido é uma realidade, que é um constructo da experiência, uma criação de sentimento e pensamento (p. 10).

É somente através do exercício de identificar estruturas de experiência, que novas formas de perceber, e até mesmo conceber o lugar, se tornam possíveis. Assim como o teórico

⁶ Doreen Massey (1944–2016) foi uma geógrafa britânica conhecida por suas contribuições inovadoras à geografia humana, especialmente nas áreas de espaço, lugar e globalização. Sua obra influenciou profundamente os estudos urbanos, feministas e pós-coloniais, com destaque para as obras: *For Space* (2005) e *Space, Place and Gender* (1994).

norte-americano William James⁷ se referiu à filosofia enquanto uma percepção individual, é possível inferir que também no contexto da geografia humana, uma abordagem exclusivamente científica e racionalista jamais poderia fazer justiça às particularidades que conformam a essência dos lugares, sua variedade e significâncias.

Sei que vocês, senhoras e senhores, têm uma filosofia, cada um de vocês, e que a coisa mais interessante e importante sobre vocês é a maneira pela qual ela determina a perspectiva em seus respectivos mundos. (...) Pois a filosofia que é tão importante em cada um de nós não é um assunto técnico; é o nosso senso mais ou menos mudo do que a vida significa de maneira honesta e profunda. Ela é apenas em parte obtida dos livros; é o nosso modo individual de simplesmente ver e sentir o impulso e a pressão totais do cosmos. (James, 1907, p. 1).

Essa relação entre a dimensão filosófica e o conceito de lugar é citada na teoria do geógrafo britânico Edward Relph⁸, para quem a fenomenologia se configura como o domínio metodológico que reconhece a intencionalidade humana como elemento central das vivências e experiências espaciais, conferindo a elas, significados originais e autenticidade. Para Relph (1979), a descrição e a interpretação fenomenológica já nos oferecem métodos bem desenvolvidos para realizar a desafiadora tarefa de extrair os significados originais do mundo. Cabe à abordagem escolhida, então, adotar uma lente de análise capaz de captar a riqueza singular das experiências ambientais de cada lugar. É justamente essa dimensão metodológica, proposta por Relph, que será aprofundada mais adiante por este capítulo, com o objetivo de construir uma proposta concreta de operacionalização do conceito. Antes disso, no entanto, é importante esclarecer alguns dos passos adotados de forma a sustentar o percurso.

Se o que está em pauta aqui é a conjunção seletiva de forças que, no presente, evocam modos de existir e resistir no bairro do Pilar, há ainda uma lacuna fundamental a ser preenchida: o desconhecimento de seu passado, historicamente ausente nos registros e narrativas oficiais da cidade de Belo Horizonte. Para o geógrafo brasileiro Milton Santos (2023) o passado constitui uma das condições indispensáveis para a realização do presente, sendo toda investigação histórica, um suporte essencial à compreensão da produção dos objetos em análise. Não se trata, portanto, de um resgate tomado como fim em si mesmo, mas sim, de um esforço para compreender e definir o presente já completado que, nas palavras do autor, “pertence ao domínio do passado” (p. 32).

⁷ William James (1842-1910) foi um renomado filósofo e psicólogo norte-americano, nascido em Nova York. Ele foi uma figura proeminente na escola filosófica do pragmatismo, tendo contribuído significativamente para o desenvolvimento da psicologia funcional.

⁸ Edward Charles Relph é um geógrafo britânico-canadense, conhecido por suas contribuições significativas para a compreensão do lugar e do espaço. Nascido em 1944, trabalha atualmente como professor emérito de Geografia na Universidade de Toronto, Canadá.

Assim, o primeiro passo será estabelecer uma compreensão da centralidade de tempos progressos para o entendimento do momento presente. Tal passo encontra respaldo em um desdobramento metodológico importante na obra do filósofo francês Henri Lefebvre⁹ que, em sua obra “A Produção do Espaço” (1974), propõe o que o autor chama de análise regressiva-progressiva, como parte de uma ferramenta voltada à compreensão da produção do espaço. Tomando como ponto de partida as realidades do presente, tal análise consiste em estabelecer um recuo histórico, com o intuito de examinar os processos e condições que moldaram o fato ou o lugar sobre o qual aplica-se o método.

Embora possa parecer paradoxal à primeira vista, esse método parece ser, em um primeiro momento, bastante sensato. Pois como poderíamos entender uma gênese, a gênese do presente, juntamente com as pré-condições e processos envolvidos, senão começando desse presente, retrocedendo ao passado e depois refazendo nossos passos? (1974, p. 66, tradução nossa).

Nesse sentido, ao propormos uma análise regressiva dos eventos notáveis do bairro do Pilar, buscamos, nas palavras de Lefebvre (1974), uma regressão que tem o potencial de “iluminar processos dos quais a produção do espaço não pode se separar, porque é um produto deles” (p. 66, tradução nossa). Para tal, devemos escolher um ponto de partida que seja também ponto de chegada, e que se revele profícuo para fins de entendimento das estratégias acionadas no lugar sendo, ao mesmo tempo, estruturante de sua conformação espacial. Assim, o primeiro esforço empreendido foi a realização de uma investigação histórica diligente do lugar estudado, de modo a assumir um ponto de regressão que incorpora conflitos, dinâmicas e especificidades locais, sem renunciar à profundidade conceitual herdada da tradição fenomenológica.

Esse esforço de investigação histórica fundamentado na tradição fenomenológica e orientado pela análise regressivo-progressiva de Lefebvre, situa a pesquisa no cruzamento entre a historiografia e os estudos urbanos, de onde desdobram-se também os principais objetivos deste trabalho, voltados a compreender a produção do espaço no Pilar em suas múltiplas temporalidades, e a revelar como experiências vividas, disputas territoriais e narrativas locais, configuram os sentidos deste lugar.

⁹ Henri Lefebvre (1901–1991) foi filósofo e sociólogo francês, reconhecido por suas contribuições à crítica marxista e à teoria do espaço. Autor de obras centrais como *La production de l'espace* (1974), desenvolveu a análise regressivo-progressiva e exerceu forte influência nos estudos urbanos, na geografia crítica e na filosofia social contemporânea.

2.2 A perspectiva regressiva-progressiva aplicada

A perspectiva regressiva-progressiva será aqui aplicada tomando como ponto de partida para chegar nos dias de hoje, o início da transição do bairro do Pilar, então conhecido como Fazenda do Cercado, de um território exclusivamente rural para uma área em processo de urbanização, a partir da chegada da siderúrgica alemã Mannesmann¹⁰ ao Brasil, na década de 1950. Consideramos esse evento como o propulsor do subsequente desenvolvimento urbano da região, tendo lançado as bases para toda a industrialização e para a exploração minerária que se consolidariam ali a partir de então. Importa destacar, ainda, que a escolha desse marco inicial responde também a uma urgência empírica: muitos dos primeiros moradores, proprietários das primeiras casas do bairro e vinculados ao surgimento da infraestrutura urbana promovida pela Mannesmann, encontram-se hoje em idade avançada, o que torna esta pesquisa uma cara oportunidade de registrar sistematicamente as narrativas relativas a esse período.

O que parece ter ocorrido no início da ocupação do bairro do Pilar, caracterizada principalmente pela estreita relação entre a ocupação industrial e residencial, foi um descompasso entre a estrutura econômica imposta pelo capital industrial e as formas locais de organização social. Tal contradição implica compreender, dentro da complexidade possível em pesquisas desta natureza, quais estratégias foram mobilizadas em cada contexto, por cada agente, e de que maneira elas influenciaram a forma como se dá o existir e o resistir a partir do lugar.

Este é um dado fundamental de análise, e um que dialoga, mais uma vez, com a perspectiva *miltonsantiana* sobre o lugar. Para o geógrafo, elementos como homens, firmas, instituições, meio ecológico e infraestruturas, assumem significados distintos conforme as condições históricas nas quais se inserem. Compreender o lugar, portanto, exige reconhecer que esses elementos não são estáticos, mas se articulam de maneiras diversas ao longo do tempo, alterando continuamente seu conteúdo e sua relevância conforme o contexto abordado:

Admita-se, como hipótese de trabalho, que cada tipo de produção acarreta um comportamento espacial e sugere uma modalidade de arranjo demográfico, profissional, social e econômico. Esse arranjo está, naturalmente, sempre mudando e, com ele, o comportamento espacial (Santos, 1985, p. 96).

¹⁰ A Mannesmann foi fundada na Alemanha no final do século XIX, tendo estabelecido ao longo do século XX, íntimas relações com o nazismo. A empresa recebia inúmeros benefícios econômicos provenientes das políticas nazistas, chegando a se valer, inclusive, do trabalho de prisioneiros políticos do governo durante a Segunda Guerra Mundial. O objetivo era manter sua produção ativa, mesmo com a escassez da mão de obra disponível, enquanto, em troca de inúmeros benefícios econômicos, garantia a autossuficiência do armamento alemão neste período (Unifesp, 2023-2024).

Milton Santos (1985) propõe ainda a periodização como uma ferramenta metodológica fundamental para apreender a configuração dos lugares segundo as especificidades de cada tempo. Nesse sentido, a pesquisa adota essa abordagem (**Capítulo 4**) como estratégia para reconstituir a evolução do bairro do Pilar até o presente, observando como os conflitos recentes e as estratégias de resistência identificadas incidem sobre os elementos constitutivos do lugar. A proposta, portanto, é tomar os contextos históricos periodizados como fio condutor da análise, a fim de construir uma base sólida para a operacionalização de um conceito de lugar que leva em consideração as variáveis dominantes de cada período.

Dessa forma, o terceiro passo a respaldar a operacionalização do conceito no presente contexto, refere-se à aplicação dessa abordagem na reconstituição da história do lugar, partindo do entendimento de que os elementos que o compõem (pessoas, firmas, instituições, meio ecológico e infraestruturas) não possuem significados fixos ou permanentes, mas se ressignificam continuamente em diferentes períodos, em função das condições históricas, políticas, econômicas e sociais que os atravessam (Santos, 1985). Trata-se, portanto, da realização de uma leitura temporal e relacional, identificando como esses elementos se articulam em diferentes períodos, quais papéis assumiram em cada um deles, quais dinâmicas se destacaram em relação a outras, e de que modo essas transformações contribuíram para conformar o lugar tal como ele se apresenta no momento presente.

2.3 Do conceito de lugar

Conforme mencionado anteriormente, esta pesquisa adota como principal referencial teórico-metodológico de conceito de lugar, a perspectiva da cientista social e geógrafa britânica Doreen Massey. Tal abordagem se revela particularmente adequada ao estudo do Pilar, uma vez observado tratar-se de um bairro marcado por vivências e reivindicações de pertencimento emblemáticas por parte de sua população, além de transformações singulares do território, que dificultam e transformam constantemente a sua demarcação em limites rígidos. Nesse contexto, as especificidades do cotidiano e da identidade locais sugerem uma condição de instabilidade e complexidade que poderiam não ser apreendidas por abordagens mais estáticas do espaço urbano. Assim, apenas uma lente capaz de transcender pontos de vista mais conservadores poderia provocar, nas palavras da autora, uma compreensão da “vivência do lugar como uma constelação sempre mutante de trajetórias, tanto naturais, quanto culturais” (2005, p. 149).

A principal contribuição de Massey (2005) para o conceito é a ideia de que os lugares não devem ser concebidos como entidades fixas, imutáveis e/ou isoladas. Compreendê-los como realidades abertas e tecidas a partir de histórias em andamento implica, necessariamente, abandonar as visões tradicionais que os homogêizam e os reduzem a meras superfícies em mapas. Nessas perspectivas, tentativas de traçar fronteiras geralmente se baseiam em critérios seletivos de filtragem que, frequentemente, privilegiam a ideia de lugar como um *locus* da estabilidade, em detrimento de seus processos que integram o espaço e o tempo. Assim, não é necessário que os lugares tenham limites fixos, previamente negociados ou demarcados, para que possam ser analisados e compreendidos. De certo modo, é possível, inclusive, construí-los analiticamente, uma vez que os lugares são produtos das interações, relações e interseções em constante transformação no espaço.

As reflexões de Milton Santos (1985) mencionadas no **item 2.2**, para quem as expressões de um lugar somente podem ser compreendidas à luz da história que produziu o seu presente, encontram ressonância em Doreen Massey, que também entende o lugar como sendo indissociável dos processos históricos que o constituem. Para a autora, os espaços seriam então a simultaneidade de suas “histórias-até-agora”¹¹ (2005, p. 9), enquanto os lugares seriam uma “coleção dessas histórias” (2005, p. 130). Dessa forma, o caráter do lugar emerge a partir das múltiplas interseções entre as narrativas das histórias que o compõem e a forma como elas são vividas e apropriadas. Assim, não se trata de falarmos aqui em instituições permanentes e estáveis, mas sim, em um *locus* de trajetórias em constante transformação, onde suas especificidades tomam forma e são apresentadas como aquilo que os definem.

A teoria de Doreen Massey sobre o lugar enquanto uma construção aberta e internamente múltipla traz ainda um ponto de atenção importante para os fins de sua operacionalização. Compreender o lugar a partir das trajetórias que o compõem exige, necessariamente, renunciar à presunção de uma de coerência preestabelecida capaz de coordenar todos os seus processos constituintes. Isso se torna particularmente relevante quando o objeto de estudo envolve forças que negam sua identidade justamente com base na ideia de que suas contradições e dissensos o tornam ininteligível, conforme será discutido adiante, ao aprofundarmos no bairro do Pilar.

Nesse contexto, Massey (2005) propõe uma forma de pensamento conjuntural, capaz de romper com a noção falaciosa de um tempo uniforme e planejado, e de captar, em diferentes

¹¹ Doreen Massey usa a expressão *stories-so-far* no texto original.

períodos e escalas, o “vai e volta”¹² que distingue processos aparentemente situados no mesmo espaço-tempo. Mais uma vez, temos aqui uma proximidade de pensamento com as ideias de Milton Santos (1985), para quem “a cada momento histórico, cada elemento muda seu papel e sua posição no sistema temporal e no sistema espacial” (p. 20). Essas concepções articuladas são o que orienta o próximo capítulo dessa dissertação, trazendo a sistematização regressiva das diferentes conjunturas históricas que subsidiarão, mais adiante, a operacionalização do conceito de lugar no bairro do Pilar no **Capítulo 5**.

Eles [os lugares] exigem que, de uma forma ou de outra, enfrentemos o desafio da negociação da multiplicidade. O simples fato de termos que conviver, o fato de que não se pode (mesmo que se queira, e isso não deve jamais ser presumido) “purificar” os espaços/lugares. Nesse estar-juntos-lançados-ali, o que está em jogo são os termos de engajamento dessas trajetórias, dessas histórias-até-aquí, dentro (e não apenas dentro) dessa conjunturalidade (Massey, 2005, p. 141, tradução nossa).

Em tempo, a abordagem teórica de Massey não anula ou descarta a importância da dimensão material do lugar, o que inclui tanto a sua materialidade geográfica quanto à materialidade das relações sociais. Pelo contrário, a inevitabilidade desta condição, à qual o sociólogo Kevin Robins¹³ se refere como o “fardo da geografia” (1997, p. 198), é uma das várias origens que conferem singularidade ao lugar, podendo, inclusive, representar uma fonte central de frustração e limitação na vida humana e social. Massey (2005) parte deste mérito para introduzir o seu termo “estar-juntos-por-acaso”¹⁴ (p. 140) que trata de como os lugares colocam, de forma específica e relacional, a questão do convívio em sociedade. A combinação entre ordem e acaso, inerente ao espaço e condensada no espaço material, é justamente o que reconceitua o lugar e coloca em pauta uma série de questões políticas que o atravessam. Afinal, não se pode pressupor uma comunidade ou uma identidade coletiva que não sejam atravessadas por desacordos e instabilidades. Pelo contrário, o “estar-juntos-por acaso” proporciona contingências inevitáveis que exigem convivência e negociação constantes, e questionam, de forma singular em cada contexto, o que será feito dessas constelações temporárias.

Ao lidar com as questões sociais e políticas que emergem a partir dessa perspectiva, é possível formular a hipótese de que, nos lugares, existência e resistência operam por meio de um conjunto de particularidades que são reproduzidas e compartilhadas à medida que o próprio

¹² Doreen Massey usa a expressão *shuttling back and forth* no texto original.

¹³ Kevin Robins (1947 –) é um teórico britânico mundialmente conhecido por seus estudos sobre globalização, identidade e espaço. Algumas das ideias centrais de seu trabalho aparecem na obra de Doreen Massey como um complemento às noções da autora de transformação espacial e experiência do espaço.

¹⁴ Doreen Massey usa a expressão cunhada por ela, *throwntogetherness*, no texto original.

lugar se se implica, forçosamente, na vida de humanos e não-humanos¹⁵. Nesse processo, os “humanos” (ou “moradores”, conforme o contexto desta pesquisa) reinscrevem-se continuamente nas próprias histórias em que habitam, tornando o lugar indissociável das experiências subjetivas vivenciadas por cada um. Assim, estende-se a este mesmo lugar e, também aos valores e significados atribuídos a ele, as relações interpessoais de seus indivíduos, suas práticas cotidianas, estratégias de sobrevivência e trajetórias privadas e coletivas.

Esse pode ser mais um elemento fundamental para a operacionalização do conceito de lugar no contexto que este trabalho busca desenvolver. Se, assim como afirma Massey (2005), o lugar é também constituído por “não-encontros, desconexões, relações que não se estabelecem e exclusões” (p. 130), então nem mesmo a sua invisibilização em contextos mais amplos, ou o descaso do poder público, aspectos inerentes ao Pilar, se revelam impeditivos para que o bairro seja ressignificado como um lugar de pertencimento. Nessa perspectiva, o vínculo afetivo e a memória coletiva certamente são capazes de sustentar as diversas formas de resistência simbólica e material que, mesmo diante do isolamento (geográfico e institucional), das ausências e de seus desencaixes, tensionam e fortalecem modos próprios de organização social e de produção do espaço. É assim que, também na falta (de reconhecimento, legitimação, infraestrutura adequada, justiça social etc.) e apesar dela, emerge a potência de um cotidiano que insiste em afirmar sua presença e atribuir sentido a essa existência. Conforme aponta Massey (1994), o lugar é configurado também pelos conflitos que o constituem: “(...) um conflito sobre o que foi seu passado (a natureza de sua herança), sobre o que deveria ser o seu desenvolvimento presente, sobre o que poderá ser seu futuro” (p. 185).

Em síntese, de acordo com a teoria da geógrafa britânica Doreen Massey, o conceito de lugar pode ser organizado da seguinte forma:

1. O lugar **é** uma construção relacional, processual e contingente, constantemente produzida e reproduzida a partir da articulação entre trajetórias materiais e imateriais, encontros e desencontros, conexões e desconexões, interrupções e fluxos contínuos;
2. O lugar **não é** estático, mas um campo dinâmico de negociações, disputas, contradições e produções de sentido, no qual se cruzam diferentes conjunturas temporais e espaciais;

¹⁵ Em sua obra "For Space", Doreen Massey utiliza a palavra *residents* (residentes, ou moradores) quando se refere a contextos e cidades específicos. Quando abordando “lugares” e “espaços” de forma genérica e ampla, a autora se vale das expressões *humans* (humanos) e *nonhumans* (não-humanos, para falar de elementos como pedras, árvores, rochas, montanhas etc.)

3. O lugar **não é** homogêneo e sua especificidade reside justamente em sua heterogeneidade: na sobreposição de histórias, na convivência compulsória, nas ausências e presenças, nas fricções que produzem tanto pertencimento, quanto exclusão;
4. O lugar **não é** apenas um recorte geográfico com fronteiras definidas e fixas, mas sim, uma constelação viva de relações, memórias, práticas e conflitos que seguem em constante construção.

As quatro dimensões acima, articuladas à reflexão de Lefebvre e Milton Santos sobre o lugar enquanto um produto das práticas históricas e sociais que o produzem continuamente, orientam aqui uma compreensão de suas dinâmicas locais, sem dissociá-las das instâncias mais amplas que as atravessam. Para consolidar esse entendimento, no entanto, torna-se necessário mobilizar um conjunto de ferramentas conceituais mais próximas da análise urbana, capazes de explicitar a articulação entre a experiência concreta dos moradores que compõem essa constelação, sua configuração territorial e os processos históricos que permitem apreender o lugar, simultaneamente, em sua dimensão existencial e em sua inserção em dinâmicas sociais e espaciais mais amplas. É este o esforço que será explicitado a seguir.

2.4 Operacionalização do conceito de lugar e tradição fenomenológica

Como um dos precursores da geografia humanista aplicada, Edward Relph (1976) argumenta que a realidade geográfica, para além de teorias científicas e convenções sociais, se constitui, primordialmente, pelos lugares que conhecemos e vivenciamos. Conceituar um lugar, segundo o autor, pressupõe então compreendê-lo como “um aspecto profundo, complexo e significativo dos nossos encontros cotidianos com o mundo” (p. 10). Para tal, o geógrafo propõe uma abordagem que tem como ponto de partida a formulação do mínimo de pressupostos possíveis sobre o seu caráter ou sobre sua forma, exceto para reconhecer que este possui uma gama de significados potencialmente tão amplos quanto as experiências humanas. Nesse contexto, a fenomenologia se apresenta então como a abordagem filosófica capaz de tomar a experiência vivida como ponto de partida, revelando os significados inerentes ao lugar, em contraposição aos conceitos hegemônicos e tendências excessivamente cientificistas de outras abordagens metodológicas. Nesse ponto, torna-se necessária uma ressalva importante: esta pesquisa aborda a fenomenologia de modo aplicado e principalmente a partir da perspectiva da geografia humana, não sendo o objetivo ensejado, retomar sua longa tradição filosófica, que é

citada aqui pontual e exclusivamente para a breve contextualização dos conceitos-chave sendo apresentados.

Assim, sob a perspectiva de Relph (1970), a fenomenologia é, essencialmente, um método, um procedimento capaz de revelar os significados autênticos dos lugares a partir de seus mundos-vividos¹⁶, ao considerar e validar a totalidade da experiência humana. Nas palavras do geógrafo, “todo conhecimento vem do mundo da experiência e não pode ser independente daquele mundo” (1976, p. 193). Isso implica reconhecer o protagonismo da subjetividade, presente em ações, memórias, fantasias e percepções, que carregam o potencial de oferecerem novas compreensões a respeito da pluralidade dos mundos existentes em um mesmo lugar. Isto porque, a ênfase do método fenomenológico na intencionalidade do indivíduo não se refere simplesmente a uma “direção ou propósito deliberadamente selecionado” (p. 194), mas também, a uma relação de *ser* com o mundo. Dessa forma, existem tantos mundos (ou, nesse sentido, lugares) quantas são as atitudes e intenções em relação a eles e, conseqüentemente, múltiplas maneiras de experienciar, construir e ressignificar esses mundos/lugares.

Assim, o lugar não se define puramente por sua localização, função ou comunidade, nem tampouco por delimitações claramente definidas, ainda que todos esses sejam aspectos comuns e, talvez, até necessários na conceituação de alguns deles (Relph, 1976). Uma vez que os mundos-vividos dos lugares não são absolutamente óbvios, nem se apresentam por si mesmos, eles precisam ser descobertos, revelando-se à medida que são experienciados, percebidos e interpretados pelos indivíduos que os compõem. É precisamente nessa direção que o geógrafo britânico Tim Cresswell¹⁷ (2013) aprofunda a discussão ao afirmar que lugar não é uma simples configuração espacial, mas um produto social, marcado por disputas narrativas, simbólicas e práticas. Essas disputas abarcam tanto a dimensão existencial de como se leva a vida, quanto questões mais mundanas, como igualdade, justiça e a forma como nos conectamos com o mundo natural. Compreender o lugar, segundo Cresswell (2008), exige olhar simultaneamente para os seus aspectos materiais e simbólicos, de forma a informar também

¹⁶ A expressão “mundo-vivido” é um conceito central no estudo da fenomenologia, tendo sido cunhado pelo seu precursor, o filósofo tcheco Edmund Husserl. Traduzido do original em alemão *lebenswelt*, e do inglês *lived-world*, trata-se de um termo utilizado para designar tudo aquilo que é vivido, percebido e experimentado cotidianamente, antes que qualquer interpretação científica, filosófica ou teórica seja feita a respeito.

¹⁷ Tim Cresswell (1965 –) é um geógrafo britânico que estuda as interações entre espaço, cultura, identidade e mobilidade. Suas principais obras são: *In Place/Out of Place: Geography, Ideology, and Transgression* (1996), *Place: a Short Introduction* (2004) e *Geographies of Mobilities* (2011).

sobre o nosso entendimento de questões da sociedade contemporânea que, invariavelmente, poderão ser conflitantes.

Lugar é também uma forma de ver, conhecer e compreender o mundo. Quando olhamos para o mundo como um mundo de lugares, vemos coisas diferentes. Vemos vínculos e conexões entre pessoas e lugares. Vemos mundos de significado e experiência. Às vezes, essa forma de ver pode parecer um ato de resistência contra uma racionalização do mundo, uma forma de ver que tem mais espaço do que lugar. Pensar em uma área do mundo como uma interação rica e complicada entre pessoas e o ambiente — como um lugar — é nos libertar de pensar nisso como fatos e números (Cresswell, 2004, p. 11, grifos nossos).

Em última instância, esse entendimento pode gerar novos graus de reflexão sobre a relação entre a humanidade e o planeta, o que também se alinha à perspectiva de Milton Santos (2006), na medida em que cada lugar, ao articular elementos locais e globais, expressa contradições e dinâmicas que são também mundiais. Afinal, se como afirma Santos, “cada lugar é, à sua maneira, o mundo” (p. 314), é justamente nessa condição de serem irrecusavelmente imbricados, mas ao mesmo tempo singulares, que reside o desafio de compreendê-los sem cair na armadilha de incorrer em “uma simplificação cega”¹⁸ (p. 314).

É nesse contexto que Cresswell (2008) destaca o protagonismo da “essência visceral do lugar”¹⁹ (p. 134), entendendo esse conceito como central para qualquer abordagem fenomenológica. A apreensão das especificidades, ou, nas palavras do próprio autor, “a descoberta das essências” (2004, p. 23), constitui o primeiro exercício a ser empreendido pelo método. Portanto, mais do que perguntar como é este ou aquele lugar, a questão que mobiliza a reflexão é: o que faz um lugar ser um lugar? Em sua obra *Place and Placeness* (1976), Relph afirma:

[os lugares] são fenômenos multifacetados que mesclam ambiente, paisagens, rotinas, atividades, outras pessoas e elementos de outros lugares. No entanto, é possível identificar as várias propriedades dos lugares e avaliar sua importância relativa, de modo que a essência do lugar e suas fontes de significado possam ser reveladas (1976, p. 29).

A partir desta ideia, o autor destrincha uma série de propriedades fundamentais para compreender como os elementos materiais e imateriais que constituem o lugar se articulam na construção de sua essência. Essa compreensão não é apenas conceitual, mas também operativa: ao sistematizar como esses elementos se combinam, torna-se possível aplicá-los na interpretação de realidades específicas, com o objetivo de entender como o lugar ali se

¹⁸ A expressão “simplificação cega” é originalmente do economista húngaro George Benkos, e é utilizada por Milton Santos em “O lugar e o cotidiano” em sua obra *A Natureza do Espaço* (2006).

¹⁹ A expressão “essência visceral do lugar” utilizada por Cresswell em seu artigo “Place: encountering geography as philosophy” (2008) é creditado à jornalista Rachel Cook, como aquilo que conta a história de um lugar e o diferencia de meros espaços de consumo.

configura, se ressignifica e, principalmente, como resiste. De forma a constituir um processo que viabilizasse a operacionalização do conceito de lugar, Relph (1976) categorizou ainda seis tipos de espaço que podem ser utilizados e descritos dentro da abordagem fenomenológica, ainda que os mesmos não sejam claramente separados: o espaço pragmático (ou primitivo), o perceptivo, o existencial (ou vivido), o arquitetônico ou do planejamento, o cognitivo e o abstrato. Para o autor, o lugar é então uma forma específica de conectar as diversas possibilidades de espaço, sendo este um método que permite avaliar a importância relativa de cada um deles, para que a essência do lugar e as suas fontes de significado sejam desveladas. Para Relph, essa seria uma forma capaz de transcender as qualidades objetivamente demonstráveis, revelando os aspectos emocionais, culturais e atemporais que conferem autenticidade e, em uma perspectiva mais abrangente, identidade aos lugares. É esse o exercício que orienta parte do esforço empreendido no **Capítulo 5** a respeito do bairro do Pilar.

Além das percepções sobre a essência, apontadas por Cresswell (2004) como questão-chave do exercício fenomenológico, Relph (1976) traz ainda o conceito de identidade como um elemento central para a operacionalização do conceito de lugar. Em consonância com as ideias de Cresswell (2004) e Santos (2006) já mencionadas, o autor compreende a identidade como algo que, ao mesmo tempo que diferencia os lugares atribuindo-lhes especificidades, também os aproxima, na medida em que todos são produtos de valores e processos compartilhados. Assim, a identidade é aquilo que, ao mesmo tempo que diferencia um lugar do outro, faz com que diversas semelhanças também os unam, sendo composta pela interação de três dimensões fundamentais (Relph, 1976): 1)- os objetos naturais e construídos (forma, ou aquilo que é da ordem material); 2)- as atividades que ocorrem no lugar e possuem variações em sua natureza e escala e, por fim, 3)- os significados (ou sentidos) que são as atribuições distintivas e mutáveis promovidas pela intencionalidade humana, ainda que de forma inconsciente.

A **Figura 2** a seguir sintetiza, de maneira relacional, os elementos que Relph identifica como estruturantes da identidade e da essência dos lugares. A disposição e a correlação entre esses elementos resultam de uma leitura interpretativa das descrições do autor, com o objetivo de evidenciar relações analíticas potenciais entre os diferentes atributos, que serão considerados na extração dos núcleos de significados narrativos do bairro do Pilar. Essa representação possui caráter meramente ilustrativo, não correspondendo a uma transcrição literal das ideias de Relph, uma vez que o autor não estabelece uma hierarquização direta entre esses elementos. Trata-se, portanto, de uma reconstrução conceitual, destinada a orientar a aplicação prática desta pesquisa, quando do processo de operacionalização da análise.

Figura 2 – Correlação propositiva entre Identidade e Essência dos lugares na obra de Edward Relph.

DESCRIÇÃO GERAL E FORMAS DE EXPRESSÃO	ELEMENTOS DA IDENTIDADE	ELEMENTOS DA ESSÊNCIA	DESCRIÇÃO GERAL E FORMAS DE EXPRESSÃO
Sentidos atribuídos; memória; afetos; simbologias; vínculos	SIGNIFICADOS E SENTIDOS	LARES	Centros profundos da existência humana; base da identidade de indivíduos membros de uma comunidade.
		ENRAIZAMENTO	Conhecer e ser conhecido; experiências tanto comunitárias quanto pessoais; raízes que envolvem cuidado com o lugar.
		TEMPO	Lugares como expressões de ações passadas, experiências repetidas e esperanças futuras.
Usos; funções; práticas cotidianas; interações sociais e econômicas; celebrações e rotinas.	ATIVIDADES	VIDA PRIVADA	Experiências individuais marcadas por memórias e intenções específicas profundamente pessoais.
		VIDA COMUNITÁRIA	Comunidades que compartilham um lugar, resultando em uma consciência coletiva reforçada por valores compartilhados.
		LABUTA	A labuta faz parte do cuidado com o lugar; qualquer compromisso com um lugar deve envolver a aceitação de suas restrições.
Configuração espacial; paisagem; arquitetura, malha urbana; elementos materiais; espaços públicos.	OBJETOS NATURAIS E CONSTRUÍDOS	PAISAGEM	Atributo óbvio, mas não definidor, do lugar.
		LOCALIZAÇÃO	Atributo comum, mas não essencial, do lugar.

Fonte: Relph (1976), elaborado pela autora.

Outra dimensão explorada por Relph (1976), e uma que se revela de particular importância para a operacionalização do conceito no contexto aqui adotado, é a sua atenção com a dificuldade, cada vez mais presente na vida moderna, de as pessoas se sentirem conectadas ao mundo por meio do lugar. Assim, o autor traz em sua obra, uma distinção entre experiências de *insideness* (interioridade) e *outsideness* (exterioridade), como uma forma de conceituar as experiências dos lugares sob a perspectiva do grau da identificação e do envolvimento de cada indivíduo que o atravessa. Quanto mais dentro (*inside*), maior é o grau de pertencimento e envolvimento, e quanto mais fora (*outside*), maior o grau de alienação em relação ao lugar.

Embora esta classificação esteja em um contexto especificamente metodológico, ela sugere a possibilidade de semelhantes quebras de interioridade em lugares. Portanto, há uma interioridade comportamental, ou presença física em um lugar; interioridade empática que envolve participação emocional e envolvimento com um lugar; e interioridade existencial ou compromisso completo e não consciente com um lugar (Relph, 1976, p. 50).

Para aprofundar esse entendimento, Relph propõe então sete níveis que classificam as experiências de *insideness* e *outsideness*, destacando que não se trata de categorias rígidas. Pelo contrário, as mesmas podem se sobrepor, combinar-se e coexistir em diferentes situações, uma vez que os limites entre elas não são claramente definidos na experiência concreta dos lugares. A **Tabela 1**, apresentada a seguir, sistematiza a classificação proposta, organizando-a em uma

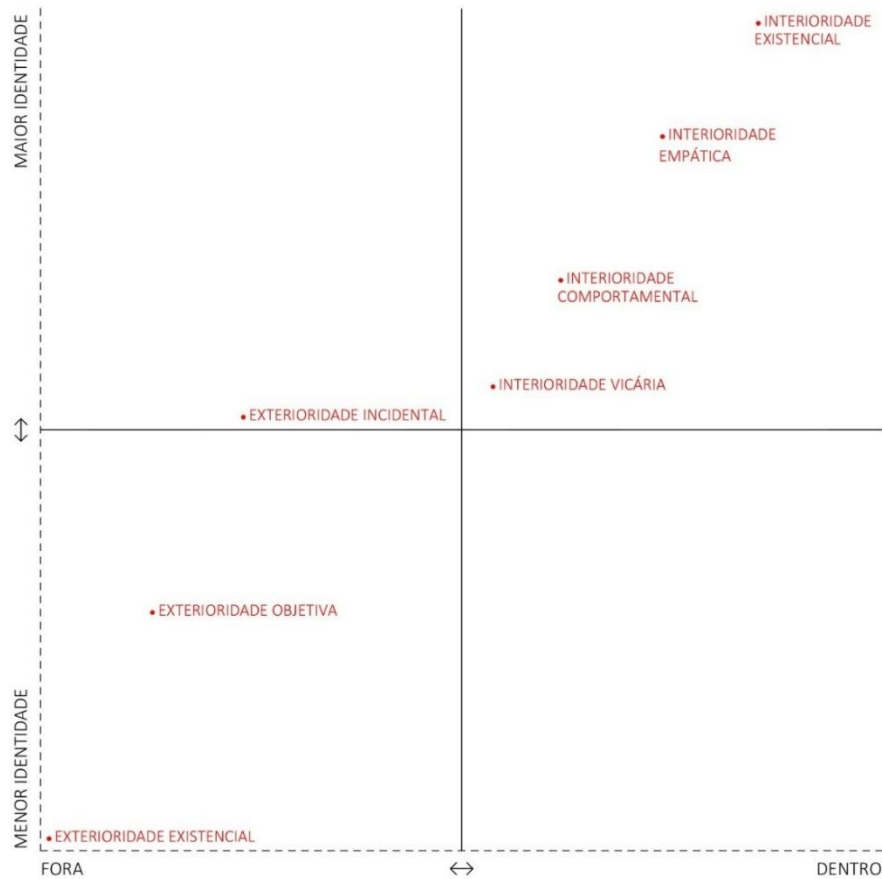
gradação que expressa, segundo Relph, o que significa estar “dentro” ou estar “fora” de um lugar. Os níveis distinguem-se pelas intensidades e pelos significados atribuídos à experiência, revelando diferentes formas de pertencimento e de identificação. Estar dentro de um lugar, portanto, implica pertencer a ele e reconhecer-se nele, sendo que, quanto mais profunda for essa condição, mais forte se torna essa identidade com o lugar, conforme ilustrado pela **Figura 3**.

Tabela 1 - Conceito de *Insideness* e *Outsideness* de Edward Relph.

EXTERIORIDADE (<i>OUTSIDENESS</i>)	
1. EXTERIORIDADE EXISTENCIAL	Estado de espírito associado à alienação total, no qual os lugares não são mais do que cenários de atividades em uma vida sem sentido.
2. EXTERIORIDADE OBJETIVA	Imparcialidade deliberada em relação ao lugar, que são tratados aqui como meras localizações ou espaços com certos atributos mensuráveis. Se aplica a abordagens técnicas e científicas do planejamento urbano.
3. EXTERIORIDADE INCIDENTAL	Lugares como cenários incidentais, onde a experiência é, em grande parte, inconsciente. Se aplica a viajantes a trabalho e pessoas como intenções limitadas em relação ao lugar.
INTERIORIDADE (<i>INSIDENESS</i>)	
4. INTERIORIDADE VICÁRIA	Envolvimento da ordem da imaginação, como quando a representação de um lugar corresponde a experiências em outros semelhantes.
5. INTERIORIDADE COMPORTAMENTAL	Olhar deliberado para o lugar como um conjunto de qualidades observáveis. Ideia especialmente associada às experiências de paisagens urbanas e ao desenho urbano.
6. INTERIORIDADE EMPÁTICA	Tentativa deliberada de atentar para a identidade de um lugar, as atividades que ali ocorrem e os significados que ele carrega. Requer abertura às significações do lugar, onde esperança é vê-lo como rico em significado para aqueles a quem pertence.
7. INTERIORIDADE EXISTENCIAL	Experimentação do lugar de forma irrefletida porque é conhecido, familiar, repleto de significados, de objetos e atividades que têm sentido. É saber implicitamente que é aqui que você pertence e está em casa.

Fonte: Elaboração própria.

Figura 3 – Diagrama *Insideness* e *Outsideness*. Interpretação a partir do conceito de Edward Relph.



Fonte: Relph (1976), elaborado pela autora.

Assim, as abordagens expostas até aqui revelam-se de extremo valor, permitindo enriquecer e, em certa medida, transcender os entendimentos apreendidos acerca do bairro do Pilar até o presente momento, que envolvem puramente seu histórico de desenvolvimento e observações acerca de seu momento atual. Ao centrar o foco do estudo na experiência direta e na consciência subjetiva das pessoas em relação ao que as cerca, torna-se possível identificar as múltiplas formas, muitas até então impensadas, pelas quais este lugar resiste, se relaciona e se compreende. Nas palavras do geógrafo brasileiro Ângelo Serpa²⁰, cujo trabalho investiga a complexificação do conceito de lugar em diferentes frentes, o desafio fica a cargo de “rastrear todas as formas do dar-se das coisas e todas as correlações, exercendo sobre todas elas a análise esclarecedora” (2023, p. 37), de forma que os significados originais do mundo-vivido sejam iluminados pela descoberta que transcende os conceitos científicos e as convenções sociais que o saber hegemônico já domina.

²⁰ Ângelo Serpa é um geógrafo brasileiro, professor titular de Geografia Humana da Universidade Federal da Bahia (UFBA). É autor dos livros “A Cidade Contemporânea”, “O Espaço Público Na Cidade Contemporânea”, “Lugar e Mídia”, “A Produção do Espaço Urbano”, “Turismo e Paisagem”, entre outros.

Ainda sobre o que argumentou Relph (1976), se os lugares são também “expressões de ações passadas, experiências repetidas e esperanças de que perdurem no futuro” (p. 31), cabe à escolha do método, desenvolver a sensibilidade necessária para revelar a riqueza das experiências vividas no passado e no presente, e a sua conseqüente tradução em categorias. É justamente isso o que será investigado a partir desta explicação teórica: a identificação dos núcleos de sentido deflagrados no exercício perceptivo de apreensão da autenticidade, ou da “essência visceral”, que conforma o bairro do Pilar como um lugar de resistência.

2.5 Unidades de Sentido como operadores da experiência

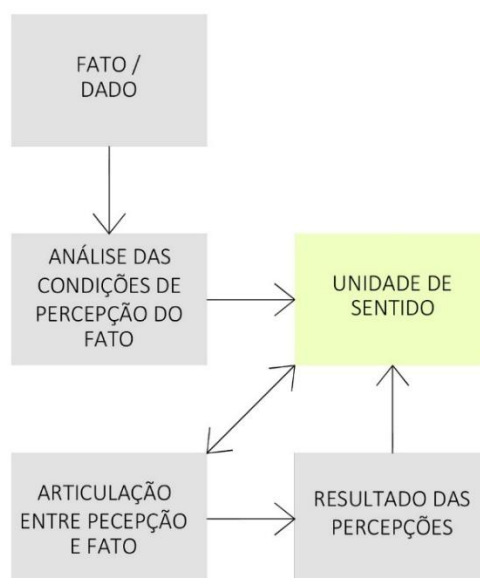
A partir das reflexões teóricas de Relph e Cresswell expostas até aqui, que reafirmam a centralidade da experiência vivida e dos significados atribuídos na compreensão dos lugares, torna-se necessária uma sistematização da escuta que esteja alinhada com o processo fenomenológico. Trata-se de compreender como os significados podem ser apreendidos, organizados e interpretados, a partir dos diversos mundos vividos que se apresentam no lugar.

Nesse tipo de exercício, o desafio não reside apenas em descrever fatos objetivos e dados históricos, etapa que antecede a operacionalização propriamente dita, mas, sobretudo, no acesso às diversas formas pelas quais essas informações são percebidas, experienciadas e ressignificadas pelos indivíduos que habitam o lugar. Isso implica considerar, simultaneamente, tanto as experiências em si, quanto as condições subjetivas que tornaram possíveis as percepções manifestadas durante o processo de escuta.

Para Cresswell (1996), “o lugar, na medida em que é o contexto material de nossas vidas, nos força a fazer interpretações e agir de acordo” (p. 157). Assim, o lugar opera como uma base fundamental de classificação, organizando a forma como cada indivíduo julga e percebe os objetos, atividades e sentidos que estão à sua volta. É por meio dele que são estabelecidas distinções, tais como *nós e eles*, *dentro e fora*, *centro e margem*, entre outras, o que reforça pertencimentos, identidades e diferenças inerentes à forma como cada um experiencia o mundo. Assim, por sua própria materialidade, o lugar desempenha um papel central no processo de conectar pensamentos e práticas, sustentando também, noções sobre o que é certo/errado, aceitável/absurdo ou desejável/indesejável em cada contexto. Isso acaba por legitimar, por fim, as percepções particulares de cada um sobre cada coisa, fazendo com que os lugares sejam, em última instância, um eficaz objeto de disputa e mobilização de ideias (Cresswell, 1996).

A conformação de **Unidades de Sentido**, conforme ilustra a **Figura 4** a seguir, surge então como um esforço de classificação de tudo aquilo que se desenrola a partir da experiência concreta (fatos) relatada pelos indivíduos que compõem o lugar. Não se trata de meros agrupamentos temáticos, nem de categorias preestabelecidas impostas ao objeto de estudo, mas sim, de classificações que emergem do próprio fenômeno, delineadas no entrelaçamento entre aquilo que é vivido, aquilo que é percebido a partir dos fatos associados à essa vivência e as condições em que cada percepção emerge. Se, para Cresswell (1996), “classificações que permanecem não declaradas são poderosas porque não são reconhecidas discursivamente, mas na prática” (p. 152), sistematizar a experiência vivida e traduzi-la em unidades de sentido significa tornar visíveis classificações tácitas que operam em favor da lógica hegemônica, convertendo-as em demarcações explícitas e, portanto, suscetíveis à análise e crítica.

Figura 4 – Diagrama conformação de Unidades de Sentido.



Fonte: Elaboração própria.

Conforme argumenta Relph (1976), a essência do lugar advém da intencionalidade, em grande parte inconsciente, que orienta o indivíduo no mundo e lhe permite apreendê-lo como significativo, ou não. Captar os modos como o lugar é vivido implica, portanto, em desvendar os mecanismos simbólicos, espaciais e afetivos que o sustentam, o defendem e, em última instância, o reafirmam como forma de resistência frente a conjunturas opressoras. “A consequência não intencional de fazer do espaço um meio de controle é, simultaneamente, torná-lo um local de resistência significativa” (Cresswell, 1996, p. 163). Assim, uma questão fundamental se coloca: como se constituem as unidades de sentido que conformam e estruturam

o bairro do Pilar enquanto lugar e, em que medida, essas unidades operam como formas de resistência frente aos processos que ameaçam sua existência?

No entanto, ainda que o método de análise das Unidades de Sentido encontre respaldo no referencial teórico-metodológico apresentado, é necessário reconhecer que mesmo os sentidos atribuídos aos lugares não são fixos ou imutáveis. Relph (1976) chama atenção para a natureza potencialmente transitória da identidade dos lugares, ao afirmar que “uma vez desenvolvida, a identidade de um lugar persistirá enquanto for plausível, ou seja, enquanto houver uma correspondência razoável entre a imagem e a experiência” (p. 60). Essa plausibilidade se sustenta na medida em que há aderência entre a experiência vivida e a representação coletiva daquele lugar. Ainda segundo o autor, as imagens mentais que são assimiladas às experiências dos lugares são continuamente reajustadas, tanto à luz de mudanças significativas, quanto à medida que a construção social sobre eles evolui.

Assim, as unidades de sentido aqui identificadas, embora revelem núcleos estruturantes das experiências apreendidas no Pilar, não devem ser interpretadas como categorias estanques e sim, como construções dinâmicas e sensíveis às transformações materiais, simbólicas e sociopolíticas que, conforme veremos a partir do desenrolar histórico, constituem, paradoxalmente, a única constante que atravessa a trajetória do bairro. Compreender esse lugar a partir dessas unidades, portanto, não é apenas descrever o bairro, mas, sobretudo, entender como ele segue persistindo, mesmo diante de forças que tentam apagá-lo.

A partir desse percurso, o referencial teórico buscou reunir conceitos que compreendessem o lugar como um campo relacional, em constante produção, atravessado por práticas históricas e sociais, disputas políticas e múltiplas escalas de abrangência. Essa pluralidade, longe de oferecer uma síntese pronta, coloca um desafio central à pesquisa: articular perspectivas que tensionam e pressionam o lugar, de modo a captar tanto sua dimensão existencial, quanto sua inserção em dinâmicas mais amplas, como o contexto urbano da cidade. É nesse ponto que a análise do bairro do Pilar se anuncia como um território profícuo de análise, exigindo que tais conceitos não sejam apenas aplicados, mas também confrontados com o mundo-vivido que se apresenta ali. A **Tabela 2** abaixo sintetiza como as bases teóricas mobilizadas até o momento orientaram a construção metodológica que veremos no próximo capítulo. Ao longo dos demais capítulos, outros conceitos serão introduzidos em consonância com as ideias apresentadas até aqui, em um procedimento em que a prática investigativa não apenas deriva da teoria, como também a reconfigura, estruturando todo o percurso analítico a ser seguido.

Tabela 2 – Síntese referencial teórico.

AUTOR(A)	IDEIA CENTRAL	RELAÇÃO COM A OPERACIONALIZAÇÃO DO CONCEITO DE LUGAR NO BAIRRO DO PILAR
Yu-Fu Tuan	Lugar como experiência vivida	Buscar capturar como a memória e o afeto fundamentam a resistência às forças contrárias e reforçam o vínculo com o lugar.
Doreen Massey	Lugar como processo relacional, aberto e heterogêneo	Compreender as transformações que redefinem e moldam o lugar, afetando não apenas o comportamento dos agentes, como também a sua percepção sobre ele.
William James	Experiência como uma vivência singular	Estudo das variedades da experiência ambiental, compreendendo que nenhuma delas é única ou deva ser relativizada em torno do senso comum.
Edward Relph	Essência e Identidade do lugar de forma a captar as especificidades que o tornam único.	Elaboração das Unidades de Sentido de forma a capturar a experiência vivida, sistematizando percepções, memórias e significados apreendidos a partir de narrativas. Possibilidade de valer-se da operacionalização do conceito para escapar de dados e indicadores que conformam uma visão a parti da “exterioridade objetiva” para uma “interioridade existencial”.
Milton Santos e Henri Lefebvre	Lugar como produto síntese do global e local, centralidade do passado	Fundamentar a análise histórica como estruturante do bairro, articulada às variáveis de cada espaço-tempo no passado e no presente.
Kevin Robins	Inevitabilidade da matéria	Compreender a dimensão material como limite em diversos pontos, sobretudo naqueles que dizem respeito à especificidade da localização e dos elementos construídos.
Tim Cresswell	Lugar como produto social e político de disputas práticas e simbólicas	Captar as duas dimensões principais de disputa presentes na história do bairro: disputa econômica e territorial; disputa de memória e narrativas.
Angelo Serpa	Fenomenologia como rastreamento de correlações	Possibilidade de aprofundamento em interfaces futuras.

Fonte: Elaboração própria.

3. CAMINHO METODOLÓGICO

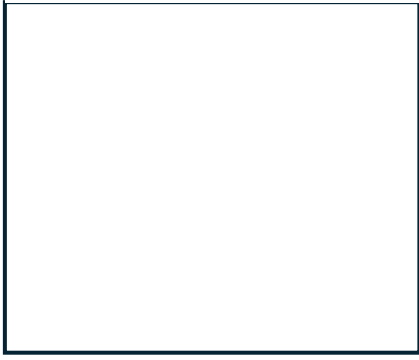
Este capítulo cumpre o objetivo de elucidar o percurso metodológico adotado a partir das definições estabelecidas pelo **Referencial Teórico**, narrando de forma descritiva as informações sobre o território que nortearam a metodologia, as estratégias adotadas ao longo para o processo e os entraves que ajudaram a direcionar a pesquisa. Dessa forma, pretende-se não apenas explicar os procedimentos utilizados, mas explicitar o esforço investigativo e as escolhas que moldaram o conhecimento elucidado aqui sobre o bairro do Pilar.

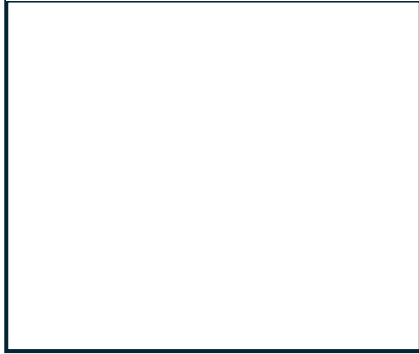
3.1 Recorte espacial adotado

A definição do recorte espacial adotado nesta pesquisa foi construída ao longo do processo investigativo e das incursões em campo, passando por diversos ajustes a partir da consideração de diferentes dimensões. As fronteiras relativamente rígidas que configuram o bairro do Pilar condicionaram em grande medida essa delimitação, que incorporou especificidades marcantes, como o fato de existir apenas um acesso e saída do bairro (rua São Pedro da Aldeia) e o seu contorno definido entre a Serra do Curral e os limites topográficos que o separam do restante da cidade.

Diante dessa conformação espacial, cuja descrição e análise será mais bem aprofundada no **Capítulo 4**, foi traçado o limite da área de estudo. Embora vizinho às vilas São João e Olhos d'Água, a decisão teórico-metodológica de centrar a abordagem no bairro do Pilar e seus moradores diz respeito, sobretudo, ao processo de ocupação destes territórios que, não só tem origens e temporalidades distintas, como também são percebidos cada um à sua maneira pela população que os habita. Este entendimento foi sendo conformado ao longo da pesquisa em função das informações obtidas e identificação das especificidades relacionadas a cada um destes territórios. Por exemplo, isso pode ser evidenciado pela existência de três diferentes associações de moradores, cada uma representando os interesses de seu grupo específico. Ainda assim, elas atuam em parceria, reconhecendo que há muitas questões comuns que afetam a todas e dizem respeito, especialmente, ao isolamento geográfico que lhes é comum. Ao longo do trabalho, estas contradições e estratégias serão mais bem explicitadas, demonstrando as continuidades e as descontinuidades entre o bairro e as vilas adjacentes e os momentos em que as referências se entrelaçam.

O **Mapa 1** a seguir ilustra os limites da área de estudo, indicando todos os elementos que serão mencionados ao longo da dissertação, como ruas, equipamentos públicos e referências locais, constituindo a base de análise da pesquisa, centrada na perspectiva e nas vivências cotidianas dos moradores. O **Mapa 2**, por sua vez, amplia a escala de observação e insere o Pilar em relação a outros bairros e regionais de Belo Horizonte e ao município de Nova Lima, evidenciando seu isolamento, suas conexões/desconexões e contrastes com a malha urbana de seu entorno imediato. Essa escolha metodológica busca evitar a fragmentação que ocorreria com a inserção de diferentes mapas a cada menção espacial ao longo da dissertação. Assim, garante-se uma referência única e consistente para o acompanhamento da análise, ao mesmo tempo em que se articula uma leitura mais internalizada do bairro do Pilar com sua inserção em um contexto urbano mais amplo.

Mapa 1

Mapa 2

3.2 Do desenho da pesquisa

A partir do referencial teórico exposto no **Capítulo 2**, o desenho metodológico desenvolvido nesta pesquisa visou a conformação das **Unidades de Sentido** do Pilar, ou seja, a sistematização das categorias subjetivas coletadas a partir de um exercício de escuta ativa dos moradores do bairro. Embora expressões como *tag*, etiqueta ou palavras-chave sejam recorrentes, a escolha da expressão aqui adotada busca evidenciar o caráter interpretativo e analítico do processo de nomeação dos núcleos de sentido que foram sendo definidos ao longo das entrevistas, não como mera rotulação ou indexação de conteúdos diversos, mas sim, como um esforço de tradução dos fatos e dados históricos associados às percepções manifestadas pelos moradores em relação ao seu próprio lugar.

Para isso, o primeiro passo consistiu na realização de duas entrevistas espontâneas, de caráter exploratório, visando fornecer uma ideia geral sobre a repercussão de determinadas perguntas e gerar pistas para os passos seguintes. A primeira entrevista, realizada na linha de ônibus 3030, que conecta o bairro do Pilar ao centro de Belo Horizonte, ocorreu com um morador sem vínculos com a pesquisa, que autorizou a gravação da conversa após ser informado sobre os objetivos da pesquisa. A opção por iniciar com um interlocutor sem vínculos prévios buscou atenuar os vieses decorrentes da minha familiaridade com o bairro e, ao mesmo tempo, testar a pertinência de noções previamente formuladas. Após esta primeira entrevista, uma pessoa conhecida foi entrevistada no mesmo formato, orientando a elaboração do roteiro semiestruturado utilizado nas entrevistas posteriores.

A comparação entre essas duas experiências iniciais permitiu reconhecer tanto os limites quanto as potencialidades de cada abordagem, sobretudo por envolverem moradores situados em lados opostos da área da linha do trem/beira-linha. Enquanto a primeira entrevista trouxe elementos inesperados, revelando aspectos frequentemente naturalizados por quem conhece o bairro de dentro, a segunda permitiu explorar com maior profundidade nuances partilhadas no convívio cotidiano. Esse contraste forneceu insumos valiosos para o refinamento das perguntas, resultando na elaboração de um roteiro semiestruturado composto por seis eixos temáticos (**Tabela 3**), concebido de modo a equilibrar a abertura à espontaneidade dos relatos com o direcionamento analítico em torno das categorias de interesse da pesquisa. Em cada conversa, foi possível demarcar a abrangência dos assuntos abordados, indicando, inclusive, os momentos em que houve cruzamento de temas ao longo das falas. Em diversas entrevistas, inclusive, sequer foi necessário percorrer integralmente o roteiro. Esse transbordamento antecipou, já no

processo de escuta, alguns dos diversos entrelaçamentos e sobreposições que serão analisados ao longo do **Capítulo 5**. Os eixos temáticos priorizaram:

1. Histórias do bairro e de seus moradores, através das trajetórias pessoais de cada entrevistado;
2. Percepções das dinâmicas internas (*insiderness*), como relação com a vizinhança, paisagem, espaços públicos e demais agentes produtores do espaço;
3. Percepções e informações que cada um detém a respeito de dinâmicas externas que incidem sobre o bairro (*outsiderness*), como: atuação da Prefeitura, políticos, capital hegemônico, articulação com outros bairros e municípios etc.

Tabela 3 – Ficha do roteiro levado em cada entrevista semiestruturada, de forma a mapear não só a abrangência do conteúdo desejado, como também os cruzamentos e sobreposições de temas.

TEMA	PERGUNTAS / TÓPICOS	CRUZAMENTO
1. ENVOLVIMENTO E PERTENCIMENTO	<input type="checkbox"/> Você mora no Pilar? Há quanto tempo? Onde mais já morou? <input type="checkbox"/> Onde trabalha ou estuda? Quais outros bairros frequenta? <input type="checkbox"/> Possui família no Pilar? <input type="checkbox"/> Já pensou em deixar o Pilar? Onde mais você moraria? <input type="checkbox"/> Como é sua relação com os vizinhos? Você se sente parte de alguma comunidade? <input type="checkbox"/> O bairro mudou muito nos últimos anos? O que mudou? <input type="checkbox"/> Como é morar aqui? Descreva sua rotina.	<input type="checkbox"/> Tema 2 <input type="checkbox"/> Tema 3 <input type="checkbox"/> Tema 4 <input type="checkbox"/> Tema 5 <input type="checkbox"/> Tema 6
2. PAPEL DA MANNESMANN, DA MINERAÇÃO, DO EMPRESARIADO	<input type="checkbox"/> Você conhece a história do Pilar? Como tudo começou? <input type="checkbox"/> Como era na época da Mannesmann aqui? Você já ouviu ou vivenciou histórias ligadas a eles? <input type="checkbox"/> O que mudou com a chegada da MBR e da linha do trem? <input type="checkbox"/> Você sabe o que é o TOD? <input type="checkbox"/> O que você acha da atuação da Vale no Pilar? <input type="checkbox"/> O que você acha da presença industrial no Pilar?	<input type="checkbox"/> Tema 1 <input type="checkbox"/> Tema 3 <input type="checkbox"/> Tema 4 <input type="checkbox"/> Tema 5 <input type="checkbox"/> Tema 6
3. BEIRA-LINHA	<input type="checkbox"/> Você já morava no Pilar quando tinha a ferrovia? Em qual lado? Como era essa "divisão"? <input type="checkbox"/> O que mudou com a vinda de pessoas para morarem na beira-linha? <input type="checkbox"/> Como é o convívio com os moradores da beira-linha? <input type="checkbox"/> O que você acha dessa ocupação?	<input type="checkbox"/> Tema 1 <input type="checkbox"/> Tema 2 <input type="checkbox"/> Tema 4 <input type="checkbox"/> Tema 5 <input type="checkbox"/> Tema 6
4. ISOLAMENTO	<input type="checkbox"/> Com que frequência você para outros lugares? Como você se desloca? <input type="checkbox"/> Você sabe dizer a qual regional o Pilar pertence? <input type="checkbox"/> Qual a sua relação com outros bairros de Belo Horizonte? E Nova Lima? <input type="checkbox"/> O que você acha da atuação da prefeitura no Pilar? <input type="checkbox"/> O que você gostaria de pedir à Prefeitura que melhorasse aqui?	<input type="checkbox"/> Tema 1 <input type="checkbox"/> Tema 2 <input type="checkbox"/> Tema 3 <input type="checkbox"/> Tema 5 <input type="checkbox"/> Tema 6
5. TERRENO CODEMIG	<input type="checkbox"/> Você sabe de quem é esse terreno? <input type="checkbox"/> Você sabe se existe algum projeto para esse terreno? <input type="checkbox"/> O que você sabe e pensa sobre o uso do campo de futebol?	<input type="checkbox"/> Tema 1 <input type="checkbox"/> Tema 2 <input type="checkbox"/> Tema 3 <input type="checkbox"/> Tema 4 <input type="checkbox"/> Tema 6
6. PROJETOS PENSADOS PARA O BAIRRO	<input type="checkbox"/> Você participa de algum projeto social pensado para o bairro? <input type="checkbox"/> Você sabe alguma coisa sobre os projetos sociais feitos aqui? O que pensa deles? <input type="checkbox"/> Você faz parte de algum grupo de trabalho ou associação? <input type="checkbox"/> Como é o envolvimento da comunidade com os projetos daqui? Quem organiza tudo? <input type="checkbox"/> Você sabe quem financia?	<input type="checkbox"/> Tema 1 <input type="checkbox"/> Tema 2 <input type="checkbox"/> Tema 3 <input type="checkbox"/> Tema 4 <input type="checkbox"/> Tema 5

Fonte: Elaboração própria.

Assim, entre fevereiro e março de 2025 e após a elaboração do roteiro semiestruturado, a segunda entrevista foi repetida, e as entrevistas subsequentes foram realizadas, por meio de: agendamento por indicação de conhecidos (6 entrevistas), abordagem espontânea na rua (6

entrevistas) e identificação de agentes relevantes através das redes sociais (2 entrevistas). Ao final, participaram 16 pessoas, com idades entre 43 e 77 anos, igualmente distribuídas entre homens e mulheres. Com exceção da entrevista realizada no ônibus, e outra realizada em espaço público, todas as demais ocorreram presencialmente nos imóveis dos entrevistados, propositalmente escolhidos para abranger diferentes regiões do bairro. Nesse contexto, vale ressaltar que a delimitação da faixa etária também foi intencional, orientada pelo objetivo de entrevistar moradores com vivência direta das transformações significativas do bairro, reunindo narrativas atravessadas por uma temporalidade mais extensa²¹ e alinhadas com o que Edward Relph classificou como “interioridade existencial”. Essa escolha metodológica está alinhada ao objetivo central da pesquisa, de compreender em que medida o conceito de lugar se manifesta como operador das formas de resistência e permanência no bairro do Pilar.

Das 16 entrevistas, 13 foram integralmente gravadas e transcritas pelo aplicativo *TurboScribe*²², e 3 foram apenas anotadas, por envolverem figuras de liderança que se sentiram desconfortáveis com a gravação. Ao final, os participantes assinaram um **Termo de Consentimento**, onde lhes foi garantida a preservação do anonimato. A opção por identificá-los apenas por números atende às exigências éticas da pesquisa e às especificidades do território investigado, notadamente marcado por tensões e conflitos históricos. O objetivo é assegurar o distanciamento necessário, evitando possíveis exposições indesejadas e permitindo que as falas sejam analisadas em seu conteúdo, sem associações diretas às identidades individuais.

A partir das transcrições completas e anotações, iniciou-se um processo de análise interpretativa, identificando fragmentos em cada entrevista que expressassem sentidos recorrentes ou particularmente reveladores. Esses fragmentos não foram escolhidos de forma arbitrária, nem recortados por critérios estatísticos de frequência, mas pela sua capacidade de condensar aspectos significativos da vivência do lugar ao contrapor fatos e percepções associadas a eles. A **Figura 5** a seguir ilustra um recorte ilustrativo de como foram processadas e planilhadas cada uma das entrevistas. A coluna “TEMA” refere-se ao contexto em que surgiram as falas apresentadas (não necessariamente relacionadas ao tema sobre o qual se deu a pergunta/momento da conversa) e a coluna “TEMAS DERIVADOS”, tem por objetivo, organizar possíveis núcleos de significados relacionados ao assunto original, permitindo ajustes na lente com que se compreendia o lugar até a conclusão das entrevistas.

²¹ Dos 16 entrevistados, 12 moram no bairro do Pilar há mais de 40 anos.

²² *TurboScribe* é uma ferramenta paga de Inteligência Artificial que transcreve áudios e vídeos em mais de 98 idiomas, desenvolvida pela empresa estadunidense Leif Erikson Ventures, LLC.

Figura 5 – Captura de tela da tabela de análise das entrevistas exemplificando o processo.

DATA E LOCAL	ENTREVISTADO/A	TEMA	DADO E/OU FATO HISTÓRICO	PERCEPÇÃO ASSOCIADA AO DADO E/OU FATO HISTÓRICO	TEMAS DERIVADOS	OBSERVAÇÕES / INSIGHTS
27/02/2025 Casa na Praça Amadeu Lorenzato	006	3. BEIRA-LINHA	"Ali tem de tudo, tem depósito, tem salão, tudo que você pensar tem nessa beira linha." "Só que com isso, você vê, as pessoas foram invadindo"	"É muita gente estranha que vem aqui. Muita gente mesmo, sabe? Que vem de outros lugares..." "Só que disso aí, pessoas que tinham uma índole meio errada, foram pegando os pedaços maiores e foram vendendo para tudo quanto existia. E ganhando dinheiro em cima disso." "Onde a fumaça, há fogo. Começou a alastrar, minha filha, não vai parar." "A Prefeitura veio e deve fazer vista grossa, porque ela deve saber das invasões"	Prefeitura Estigma Vínculo (ou perda de)	A percepção está no julgamento da índole dos ocupantes e na teoria da forma como se deu a ocupação. Não soube dizer exatamente se a ocupação aconteceu casa a casa, ou se tiveram mesmo pessoas "loteando" a área para vender de forma orquestrada. Entrevistada fala muito da beira-linha ao longo de toda a conversa. Expressa insatisfação com o processo, acredita que ela foi ruim (faz questão de reforçar, em alguns momentos, que não tem nada contra ninguém em específico)
27/02/2025 Casa na Praça Amadeu Lorenzato	006	4. ISOLAMENTO	"Esse ano vou pagar R\$3 mil de IPTU nessa casa" "São 3 lotes que nós temos. Só de IPTU esse ano vai quase R\$5mil"	"O valor do IPTU é muito caro para um bairro que não tem nada. É muito dinheiro para uma coisa que você não vê retorno"	Prefeitura IPTU Sentimento de injustiça	Essa percepção é bastante recorrente, moradores se sentem violados com relação ao preço do IPTU, dado o descaço percebido por parte da PBH.

Fonte: Elaboração própria.

Essa sistematização não só serviu ao propósito de coletar diretamente os discursos e narrativas dos moradores do bairro do Pilar, como também tornou possível uma visualização geral das coerências e contradições que compõem o lugar. O exercício consistiu então em interrogar cada um dos fragmentos narrativos selecionados em busca de sua essência: **o que, nesta fala, revela sobre o que é o bairro do Pilar como lugar para quem o vive? E, sobretudo, como este elemento se conecta a formas de resistência, pertencimento ou construção de sentido?** A partir desse questionamento e da sobreposição entre os temas e os temas derivados, os fragmentos foram então sendo agrupados segundo núcleos comuns de significação, o que confirmou, por fim, as **Unidades de Sentido**, conforme indicado pela **Tabela 4** a seguir.

Tabela 4 – Conformação das Unidades de Sentido.

	UNIDADE DE SENTIDO	DESCRIÇÃO/ELEMENTOS
1	Mannesmann	Falas sobre o histórico de urbanização; papel da Mannesmann na formação do Pilar; relações trabalhistas eventuais; infraestrutura urbana; organização do espaço.
2	Isolamento (geográfico e simbólico)	Falas sobre acesso e saída do Pilar; esquecimento; invisibilidade; condições de mobilidade; apartação da cidade; rotina restrita
3	Beira-Linha	Falas referentes à ocupação da área da Beira-linha; relação com moradores; opiniões sobre as casas; papel do Estado; histórico de invasões; estigmas.
4	Mineração	Falas sobre a presença da MBR/Vale; noções de reparação social e urbana; papel da mineração na produção do espaço; danos e prejuízos da mineração, TOD.
5	Projetos Sociais	Falas sobre a presença de projetos sociais no Pilar; atuação interlocutoras Vale; derivação da atuação minerária; projetos para crianças; esportes.
6	Poder Público	Falas sobre a atuação da PBH; poder legislativo; presença de figuras políticas; equipamentos públicos; tributação (IPTU).
7	Campo de Futebol	Conflitos para uso; restrições de acesso; cultura da prática de futebol; realização de torneios independentes.

8	Ausência de futuro	Pessimismo; desânimo frente ao histórico de insucessos; comparação com outros bairros; invisibilidade; esgotamento da população frente às estruturas de poder.
9	Vínculos comunitários e com o lugar	Falas que expressam afeto; relações de vizinhança; otimismo; desejo de permanência.

Fonte: Elaboração própria.

Cabe ressaltar que cada **Unidade de Sentido**, nesse contexto, não deve ser entendida como uma categoria rígida, mas como uma mediação entre a experiência vivida e a sua tradução em linguagem analítica. Fundamentada no princípio fenomenológico de que a realidade do lugar não reside apenas no que é objetivamente visível, mas sobretudo na maneira como é experienciada e significada pelos sujeitos, cada unidade busca condensar dimensões estruturantes da vida no Pilar sem reduzir sua complexidade.

Embora esse exercício se aproxime de práticas de codificação temática ou categorização interpretativa comuns em pesquisas qualitativas, sua especificidade está em preservar o enraizamento das experiências vividas, tratando-as como dispositivos provisórios de compreensão do lugar. A análise, portanto, não busca impor um esquema externo, mas organizar as camadas de significado que emergem da própria fala dos moradores, que aqui desempenham um papel central: suas palavras não apenas ilustram os sentidos identificados pelo processo de escuta e sistematização, mas funcionam como alicerces que ancoram a interpretação na experiência concreta dos sujeitos.

Com base nisso, todo o **Capítulo 5**, foi escrito reproduzindo-se as falas dos moradores, não de maneira linear, mas por meio de recortes que revelassem aspectos centrais da experiência relatada. Esses recortes, uma vez agrupados e reproduzidos dentro de cada **Unidade de Sentido**, foram articulados com minhas próprias considerações analíticas e com conceitos teóricos alinhados ao **Capítulo 2**. Sempre que necessário, foram trazidas também contextualizações históricas e dados relevantes, em diálogo com os eventos apresentados no **Capítulo 4**. O objetivo deste esforço consistiu em equilibrar a voz dos moradores com a mediação crítica da pesquisa, indicando as condições de cada percepção, sem reduzir os relatos a meras ilustrações de categorias preestabelecidas.

A escrita de cada **Unidade de Sentido** foi, portanto, construída em diálogo direto com as narrativas dos entrevistados, garantindo que o texto mantivesse viva a densidade expressiva e afetiva de seus relatos, sem descartar a importância de uma costura entre os mesmos. Trata-se de um caminho metodológico que, embora sistematizado, não é linear nem inteiramente

objetivável. Como lembra o filósofo estadunidense John Wild, “a habilidade para acompanhar imaginativamente os atos e atitudes dos outros é essencial em todas as fases da pesquisa fenomenológica” (1963, p. 20). Essa habilidade não implica apenas em idealizar os relatos ou rejeitar as próprias experiências do pesquisador, mas pressupõe uma postura de retroceder a elas e examiná-las com aquilo que o autor chamou de “semiconsciência não-envolvida” (Wild *apud* Relph, 1979, p. 4). Isso significa reconhecer que a interpretação é sempre atravessada pelo próprio pesquisador enquanto sujeito no mundo, de modo que não se trata de uma tradução automatizada dos relatos, mas sim, um trabalho reflexivo e estruturado para proporcionar a revelação dos sentidos ali manifestados.

Ao final de cada unidade, a análise se desdobrou ainda em diagramas, com o objetivo de tornar visível a articulação entre os fatos, percepções, conceitos e demais núcleos de significado. Trata-se de um dispositivo de síntese, que se vale exatamente dos termos e expressões mobilizados ao longo do texto corrido, capazes de condensar sua complexidade e explicitar as linhas de força que atravessam cada um dos núcleos de significado.

3.3 Escassez de dados e informações sobre o Pilar

Ao longo da elaboração desta pesquisa, não foram identificadas outras fontes jornalísticas, midiáticas, acadêmicas ou institucionais que contenham a história do bairro do Pilar, ou que busquem, de forma sistematizada, expor as questões que o atravessam. Conforme mencionado na introdução, trata-se de uma região e de uma população invisibilizadas nas histórias de Belo Horizonte e da regional Barreiro, o que explica em parte a ausência de interesse em retratá-las nos meios convencionais. Desta forma, foi necessário compor uma espécie de quebra-cabeças, no qual todas as informações apuradas tiveram que ser devidamente processadas e articuladas, para que, ao final, fosse possível reconstituir os processos, agentes e dinâmicas que resultaram na atual conformação urbana do Pilar.

Uma das fontes que chamou atenção ao longo do processo, e que exemplifica bem o desafio descrito acima, foi a pesquisa que está sendo realizada pelo programa de extensão em direitos humanos da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a respeito do que se sabe até o presente momento sobre a atuação da Mannesmann no Brasil. Trata-se de um recorte inserido em uma pesquisa mais ampla conduzida pelo Ministério Público Federal, intitulada *A*

*responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a Ditadura*²³, com o objetivo de investigar a cumplicidade de diversas multinacionais atuantes no Brasil com a ditadura militar. O Informe Público 2, publicado em 2024 com alguns resultados parciais do estudo, traz diversas considerações a respeito do desenvolvimento urbano da Cidade Industrial do Barreiro, onde foi construída a usina de siderurgia da Mannesmann, e da forma como essa estrutura influenciou nas dinâmicas das populações inseridas em seu contexto imediato.

A paisagem da região do Barreiro se converteu rapidamente e os problemas para a população referentes a saneamento básico, poluição, fornecimento de água e energia elétrica, saúde e alimentação perpetuaram-se ainda por algumas décadas, como atestam jornais que circulavam na cidade e na região. No contexto dos ideais de industrialização e desenvolvimentismo a Mannesmann não apenas marcou rapidamente a modificação do meio ambiente, como também ditou o estilo de vida, as relações comerciais e interpessoais dos habitantes da Cidade Industrial (UNIFESP, 2023-2024, p. 67).

Por se tratar de uma pesquisa centrada na atuação da Mannesmann - empresa cuja instalação marcou o surgimento também do bairro do Pilar, - estabeleci contato com sua coordenação, na tentativa de apurar eventuais referências e menções levantadas sobre a unidade de mineração e a comunidade em volta. A tentativa, no entanto, não trouxe os resultados esperados: mesmo a pesquisa, que mobiliza amplos recursos e dedica considerável empenho ao levantamento de dados sobre a empresa, não conseguiu identificar informações específicas sobre a sua operação no Pilar.

Esta não foi a única situação em que a estreita relação entre o bairro e a siderúrgica parece ter sido ignorada pelos meios institucionais. O livro “Barreiro: 130 anos de história - da argila ao aço”, foi publicado em 1986 e é até hoje uma das principais fontes bibliográficas sobre a regional, sendo inclusive utilizada pelo Acervo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) para compor a história disponibilizada por eles. Abaixo, um trecho que pode ser interpretado como uma referência, entre outros bairros, também ao Pilar — ainda que sem explicitar seu protagonismo no contexto da instalação da Mannesmann. A “mina própria” também citada, possivelmente se refere à mina da Mutuca, de onde se extraía todo o minério de ferro beneficiado na unidade de mineração da Mannesmann, antes de ser encaminhado à usina na Cidade Industrial.

Os bairros da periferia alcançaram, pois, considerável crescimento. Surgiram novos núcleos residenciais, comerciais e industriais onde vivem milhares de pessoas direta ou indiretamente vinculadas a Mannesmann. Houve uma explosão populacional e, conseqüentemente, multiplicaram-se as oportunidades de emprego e negócios. Possui hoje a Mannesmann, no Barreiro, uma usina completamente integrada na produção de

²³ A primeira etapa deste projeto foi conduzida pelo Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público do Estado de São Paulo, contra a Volkswagen do Brasil, resultando na responsabilização da empresa por sua colaboração com a ditadura militar.

ços especiais e tubos sem costura, com capacidade projetada para 1 milhão de toneladas anuais de aço bruto. A extração do minério de ferro se realiza através de exploração de minas próprias, distantes cerca de 35 km da Usina (Santos, 1986, p. 63, grifos nossos).

Estes dois exemplos observados no processo de apuração dos dados e informações disponíveis ilustram a dificuldade aqui exposta. Porém, este impasse não se restringe somente a eles. Outras fontes consideradas pela pesquisa, também incluem: Relatório dos Prefeitos de Belo Horizonte (adotando o período de 1957 até 2005 disponíveis para download), consulta ao APCBH e aos seus cadernos de histórias dos bairros, *Exposição Virtual – Cartografia Histórica da Regional Barreiro* disponibilizada no site da Prefeitura de Belo Horizonte, consulta ao acervo do Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB), acervo cartográfico da PRODABEL, Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e também consultas públicas sobre processos de Licenciamento Ambiental disponíveis no Sistema Integrado de Informação Ambiental (SIAM) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD-MG), entre outros.

É factível afirmar, já neste ponto do trabalho, que a complexidade do bairro do Pilar e as especificidades de seu desenvolvimento, certamente escapam aos meios convencionais de coleta e levantamento de dados, o que justifica a busca por outras formas de análise do espaço urbano para além dos registros, arquivos, notícias e informações públicas, de forma a compreender a complexidade da escala local. Isto se alinha com o objetivo principal da pesquisa de acessar essas informações por meio do conceito de lugar e entender o papel do lugar na resistência através da narrativa de moradores. Porém, ainda que fragmentadas, as informações obtidas pelos meios diagnósticos e formais constituem fontes secundárias importantes que ajudam a compor este relato, sendo devidamente o que será devidamente sinalizado ao longo da dissertação.

3.4 Demais estratégias

Em se tratando da dificuldade aqui exposta pelo item anterior, de encontrar fontes primárias sistematizadas para a elaboração da pesquisa, foi necessária a realização de um trabalho investigativo mais minucioso e que explorasse outras fontes de informação. Neste sentido, é importante destacar que, ainda que iniciar uma pesquisa já conhecendo lideranças e moradores represente uma vantagem para o processo, o direcionamento que visões dominantes ou naturalizadas podem acarretar, sobretudo se o objetivo é justamente identificar a pluralidade de falas e narrativas que compõem o lugar, não pode ser desconsiderado. Foi possível perceber




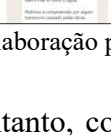
que há no Pilar um inegável desgaste histórico no que diz respeito à conformação de lideranças e às tentativas da população, representada ou não por suas associações, de fazerem suas serem vozes ouvidas pelos grupos hegemônicos. Não é o foco desta pesquisa investigar as causas e estratégias acionadas que resultaram na fragmentação territorial que se observa, embora seja factível cogitar que a presença de um empresariado forte e bem articulado, paralelo a uma atuação minerária bem consolidada, tenha uma relação direta com esta desarticulação e com a produção de narrativas.

Para ilustrar essa dificuldade, ao longo do primeiro semestre de 2024, considerei, como parte do método da pesquisa, a possibilidade de me envolver na organização de uma roda de conversas com moradores do Pilar, com o intuito de ouvir e registrar suas narrativas. A ideia surgiu a partir de uma ex-liderança da Associação de Moradores, que há anos idealizava esse tipo de encontro e identificou, em meu interesse para a dissertação, uma oportunidade de viabilizá-lo. No entanto, foi justamente ao tentar compreender as condições que favorecem ou dificultam o engajamento comunitário, com suas ambiguidades e contradições, que testemunhei, em meu próprio processo, as dificuldades inerentes à articulação coletiva no Pilar. O evento não chegou a se concretizar, uma vez que este morador optou por interromper seu contato comigo, movido por desconfiança e receio de que houvesse alguma agenda político-partidária em minha pesquisa de mestrado. Considerando que 2024 foi também um ano de eleições municipais, pude compreender as origens de suas desconfianças, engendradas por décadas de tentativas frustradas e desgastes nas relações externas. Diante disso, optei por direcionar meus esforços a outros contatos e estratégias, estendendo o meu olhar, também, às redes sociais.

Neste contexto, uma segunda iniciativa foi realizar uma busca por páginas de Instagram que pudessem ser novas fontes de informação, esforço que me permitiu compreender que a multiplicidade de vozes existentes no Pilar era ainda maior do que eu inicialmente supunha. Entre os meses de abril de 2024 e março de 2025, pude mapear uma série de notícias, divulgações de eventos e atuações, que apontaram para universos culturais e sociais muito ricos, contrariando as percepções iniciais, de que o bairro estaria “morto”. Uma das minhas estratégias foi também frequentar e documentar alguns dos eventos sendo divulgados, de forma a documentar o envolvimento dos moradores e, eventualmente, angariar contatos que pudessem se revelar interessantes para a pesquisa. Esse movimento ampliou ainda mais as minhas possibilidades de adentrar o lugar, tendo se revelado produtivo para o processo de tomada de decisão que descreverei mais adiante.

O terceiro recurso metodológico que se revelou produtivo para ampliar o alcance da pesquisa foi a minha participação, de forma não interventiva, no grupo de WhatsApp da Associação de Moradores, denominado até aquele momento, *Rede Associações Bairros do Pilar e Olhos D'Água*. Foi a partir da recorrência de determinados temas e da análise preliminar de algumas interações, que se delinearão os eixos que posteriormente estruturaram o roteiro de entrevistas da pesquisa e as unidades de sentido sobre as quais o trabalho se desenvolveu. Diante de um cenário tão complexo quanto o identificado no bairro do Pilar, foi muito importante compreender o que as pessoas privilegiam (ou, até mesmo, deixam de fora) dentro de um contexto em que conflitos e diferentes formas de engajamento podem ser expostos. A **Tabela 5** ilustra uma captura de tela da análise de conteúdo do grupo, preservando o anonimato dos interlocutores, entre abril e agosto de 2024.

Tabela 5 – Recortes do grupo de WhatsApp.

DATA	GRUPO	QUEM	PRINT	OBSERVAÇÕES	TAGS
14/05/2024	Rede Associações Bairros Pilar e Olhos D'água	XXXXXXXX		Divulgação de evento de futebol na Praça Amadeu Lorenzato	Futebol, lazer, equipamento público, praça
09/05/2024	Rede Associações Bairros Pilar e Olhos D'água	XXXXXXXX		Divulgação de evento exclusivo para mulheres realizado na Igreja Mãe do Redentor.	Religião, vínculo, comunidade, social
09/05/2024	Rede Associações Bairros Pilar e Olhos D'água	XXXXXXXX		Reclamação feita por morador, sobre estado da rua Rio das Flores, solicitando recalçamento	Infraestrutura urbana, poder público
08/05/2024	Rede Associações Bairros Pilar e Olhos D'água	XXXXXXXX		Comunicado sobre obra sendo realizada no Bairro, pensando no período chuvoso. Através da Regional Barreiro, está sendo realizada uma obra entre as Ruas Itaboraí e Três Rios (Pilar).	Divulgação, infraestrutura urbana, liderança

Fonte: Elaboração própria.

A partir de outubro de 2024, no entanto, com o advento das eleições municipais, os administradores do grupo passaram a adotar uma postura mais mediadora. Uma vez que diversas discussões e conflitos se deflagraram, dada a divergências de posicionamento político entre moradores, a postura passou a ser mais de controle, fazendo com que algumas pessoas manifestassem seu descontentamento em não poderem se expressar como gostariam. Deste ponto em diante, o grupo passou a se chamar *INFORMAÇÃO E COOPERAÇÃO - Associações Bairros Pilar | Olhos D'Água e Vilas*, e assumiu um alinhamento político mais explícito, associado ao mandato de um vereador com base eleitoral na região do Barreiro, com divulgações objetivas e falas pontuais sobre o trabalho das Associações.

Embora, a partir deste momento, eu tenha interrompido a sistematização das falas que considerava relevantes, o grupo cumpriu o propósito de sinalizar agentes de interesse para a

pesquisa e ampliar as possibilidades de contatos, até então limitadas pelos vieses já mencionados. Outro ponto que vale destacar aqui é uma escolha metodológica feita após essas observações. No início do processo, considerei a possibilidade de usar as manifestações registradas nesse espaço virtual como fonte primária para obtenção de narrativas, em uma espécie de etnografia digital²⁴, embora não tenha sido possível nesta pesquisa aprofundar no método. Isso porque o grupo permite acompanhar, em tempo real, demandas, percepções e conflitos locais. No entanto, o recorte fragmentado das falas e a ausência de um contexto próprio para cada uma, fragilizaram, a meu ver, o objetivo de fortalecer a narrativa dos moradores. Esse foi um dos motivos que me levou, posteriormente, a optar por investir em entrevistas aprofundadas.

Por fim, a quarta iniciativa explorada ao longo do processo foi a minha participação, como ouvinte, em uma reunião do chamado *Comitê Social*, evento de caráter consultivo, promovido pela CDM²⁵, uma associação sem fins lucrativos que desenvolve projetos de impacto social sob demanda para grandes corporações. No Pilar, a mineradora Vale, que opera ali um extenso complexo de transporte mineral, estabeleceu sua interlocução com a comunidade através da CDM, entre os anos de 2020 e 2025. Paralelamente, ações sociais de cunho compensatório, vinculadas aos impactos socioambientais decorrentes de sua atuação, são conduzidas pela Dynamis Social, uma organização da sociedade civil (OSC) fundada em 2008, que atua no fomento a projetos e negócios de impacto social no bairro.

No dia 05/11/2024, fui convidada a participar, pelo representante da Dynamis, da reunião do Comitê Social que apresentaria à comunidade os resultados obtidos ao longo de 2024 e discutiria metas para 2025. Meu objetivo era seguir participando mensalmente, de forma a compreender melhor qual era o envolvimento da população e, a partir disso, ter acesso às suas aspirações e estratégias de resistência. No entanto, das nove pessoas presentes, apenas duas eram moradoras locais. As demais consistiam apenas em representantes da Vale, CDM, Dynamis Social e eu, não sendo possível chegar a uma conclusão definitiva sobre a efetividade das ações de responsabilidade social e ambiental promovidas ali. As **Figuras 6 e 7** abaixo ilustram, o convite da reunião e uma foto tirada por mim da apresentação. Todo o evento foi registrado pela interlocutora, provavelmente com o objetivo de legitimar a sua participação através de postagens midiáticas. Atualmente, em setembro de 2025, a empresa responsável pela

²⁴ A etnografia virtual é uma metodologia de pesquisa que adapta as técnicas da etnografia tradicional ao estudo de comunidades e culturas que se desenvolvem em ambientes digitais, como a internet e redes sociais.

²⁵ O nome CDM surgiu a partir da sigla de Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana.

interlocução da mineradora é a SSA (Soluções Socioambientais), não tendo sido esclarecidos à população os motivos que levaram à essa troca.

Figura 6 - Convite Comitê Social, enviado no meu WhatsApp pessoal. Não foram identificados outros meios de divulgação do evento.



Fonte: Acervo próprio.

Figura 7 - Foto do evento, que aconteceu na Escola Estadual Pedro Franca, em 05/11/2024.



Fonte: Acervo próprio.

A partir deste evento, foi possível compreender que as reuniões do Comitê Social não se configurariam como espaços produtivos para os fins desta pesquisa, uma vez que não expressam, de forma representativa, os interesses ou as perspectivas das populações afetadas pela presença da Vale, ou seja, os moradores do Pilar e vilas adjacentes. Tal iniciativa parece operar como um dispositivo de legitimação das ações da mineradora, articulado à construção de sua imagem institucional e à produção de conteúdos propagandísticos, sem promover, em nenhuma instância facilmente identificável, transformações estruturais que incidam efetivamente sobre as condições de vida da população local ou sobre a construção de uma relação mais equitativa com o território explorado. A conexão entre a atividade minerária e o bairro do Pilar, contudo, será analisada com maior profundidade ao longo desta dissertação, por constituir uma das questões mais emblemáticas e historicamente tensionadas no contexto investigado. Será então através do processo de entrevistas, que o ponto de vista de quem realmente resiste e tenta se apropriar, material e simbolicamente de suas próprias narrativas, será ouvido e captado para os fins de responder e justificar esta pesquisa.

4. RECONSTITUINDO O TODO: PERIODIZAÇÃO E HISTÓRIA DO PILAR

A memória coletiva é apontada como um cimento indispensável à sobrevivência das sociedades, o elemento de coesão garantidor da permanência e da elaboração do futuro.

Milton Santos

Este capítulo cumpre um duplo objetivo: 1) - possibilitar a contextualização histórica das dinâmicas urbanas observadas no bairro do Pilar, sobretudo em relação ao seu processo de urbanização; 2) - sistematizar registros históricos invisibilizados sobre o bairro do Pilar, com especial atenção à memória dos moradores e ao modo como afetaram e afetam suas percepções sobre a identidade do bairro. As informações foram organizadas a partir de quatro momentos definidos em função da ferramenta metodológica de periodização de Milton Santos, onde a organização da história em blocos temporais significativos permite descobrir e dominar as variáveis determinantes em cada tempo, que permitem reconstituir a fração de realidade concreta atual (Santos, 1985). Assim, cada período reflete, simultaneamente, as dinâmicas socioeconômicas, políticas e espaciais que se articulam com os dias atuais no bairro do Pilar.

Ao final, o último período histórico descrito é arrematado com uma caracterização contemporânea do bairro do Pilar, a partir de informações obtidas de fontes secundárias e dados atualizados, tradicionalmente mobilizados no campo dos estudos urbanos, com o objetivo de configurar uma fotografia “de fora e de longe”²⁶, que servirá de contraponto e preparação para a análise aprofundada “de dentro e de perto” proposta pelo **Capítulo 5**. O objetivo é captar, entre ambas as perspectivas, “nuances e gradações que permitem variar ângulos e escalas da observação” (Magnani, 2016, p. 191).

²⁶ As expressões “de fora e de longe” e “de dentro e de perto” são cunhadas pelo antropólogo brasileiro José Guilherme Cantor Magnani, dentro de sua proposta de etnografia urbana. Para ele, não é necessário escolher entre uma ou outra direção, pois “ambas as perspectivas se complementam: a contínua passagem entre elas permite caminhar em busca de regularidades, escapando seja da fragmentação tão ressaltada em determinadas análises da vida urbana contemporânea, seja da fácil solução de refugiar-se em generalidades” (2016, p. 195). Ainda que o trabalho realizado nessa dissertação não tenha se orientado pela elaboração de uma etnografia urbana, em diversos momentos a aproximação com o lugar dialoga com esse campo do conhecimento e permite, em futuros desdobramentos desse tipo de pesquisa, aprofundar esse diálogo.

4.1 Décadas de 1950 e 1960: Mannesmann e “Pito Aceso”

O bairro do Pilar localiza-se em uma antiga área de fazendas do Barreiro que, embora inserida nos limites de uma cidade em pleno processo de desenvolvimento urbano, configurava-se como uma periferia de atividade exclusivamente agrícola. Sua urbanização remonta aproximadamente da época da construção (1952) e inauguração (1954) das primeiras instalações da Mannesmann em Minas Gerais (**Figura 8**), empreendidas pelo então governador, Juscelino Kubitschek (1951-1955) e pelo então presidente da República, Getúlio Vargas (1951-1954).

Conforme apontado na introdução do trabalho, este fato isolado está inserido em um contexto maior, dentro de um período específico do histórico de industrialização do Brasil, marcado por políticas de beneficiamento dos agentes dominantes, que se valeram de infraestruturas públicas para se estabelecerem no país. Apesar de altamente nacionalista, Vargas trouxe para o Brasil um modelo de admissão, a qualquer preço, de investimentos estrangeiros em diversos ramos da indústria, isentando-os de tributação e cobrança de taxas aduaneiras. Assim, perpetuou-se o ciclo econômico instaurado no período colonial, em que o objetivo central era apoderar-se dos recursos naturais para promover o enriquecimento da metrópole. Embora a colonização já tenha acabado há pouco mais de dois séculos, o papel do Brasil no contexto mundial não mudou muito, prevalecendo firme a sua posição como exportador de *commodities* (Ludolf, 2011).

Figura 8 – Unidade de siderurgia da Mannesmann no Bairro das Indústrias, em Belo Horizonte.



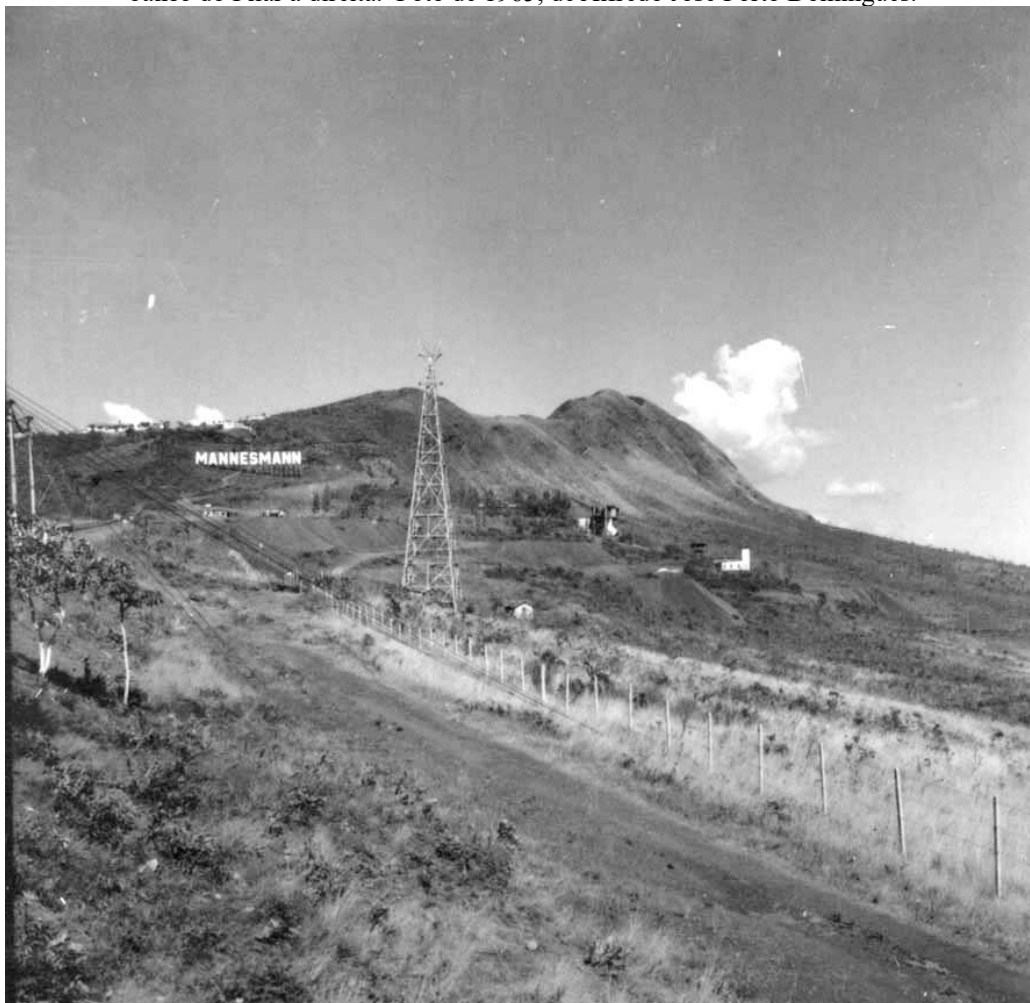
Fonte: APCBH.

Especificamente em relação ao Pilar, a Mannesmann encontrou um terreno fecundo, dadas múltiplas circunstâncias locais e regionais que se revelaram satisfatórias para sua localização ali. Não só a proximidade das vias de acesso a outros estados do Brasil e da Mina Pau Branco, mas também a abundância de dolomita e minério de ferro, insumos básicos da produção siderúrgica, favoreceram a instalação da unidade de mineração da Mannesmann no Pilar em 1957, três anos após a inauguração de sua unidade de siderurgia no Bairro Cidade das Indústrias e localizada a cerca de doze quilômetros de distância da mesma. Além dos 650 mil metros quadrados²⁷ de terreno concedidos pelo Estado para exploração naquele território, a Mannesmann ainda foi totalmente isenta de impostos e taxas aduaneiras²⁸. A **Figura 9** a seguir mostra a chegada ao bairro do Pilar em 1965, de ocupação ainda incipiente, antes mesmo de que houvesse um nome oficial do qual chamá-lo. Fixado na Serra do Curral, o letreiro com o nome da Mannesmann se destacava na paisagem, sendo, por aproximadamente 50 anos, a primeira imagem que se tinha ao passar por aquele trecho de estrada, que corresponde hoje à BR-356. Síntese simbólica da hegemonia desse agente sobre o território, sua presença marcava o início da experiência do lugar, marcando, de forma profunda, a identidade e o cotidiano dos primeiros moradores.

²⁷ A Lei nº 1.655 de 26 de setembro de 1957, sancionada pelo então governador de Minas Gerais José Francisco Bias Fortes, concedeu à Mannesmann 650.000 m² de terreno do Estado para exploração, além de permitir que um cabo aéreo (teleférico) fosse construído ali para o transporte de minério.

²⁸ Conforme consta no Art. 1º da Lei nº 2.061, de 5 de novembro de 1953, sancionada pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas: “É concedida isenção de direitos e taxas aduaneiras, inclusive imposto de consumo, aos maquinismos, seus sobressalentes e acessórios, aparelhos, ferramentas, instrumentos, utensílios e matérias primas destinados à construção, instalação e funcionamento da usina que a Companhia Siderúrgica Mannesmann montará em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.”

Figura 9 – Letreiro da Mannesmann localizado na Serra do Curral à esquerda, bairro do Pilar à direita. Foto de 1965, de Alfredo José Porto Domingues.



Fonte: Biblioteca IBGE.

Na escala local, essa forma de incentivo à indústria marcou diretamente a dinâmica do Pilar, região que não exatamente se beneficiou das riquezas ali produzidas, passando a vivenciar, a partir daquele momento, o que seria o longo e intenso processo exploratório que perdura até os dias de hoje. Embora abundante de recursos naturais, como insumos minerários já mencionados, além de bacias hidrográficas e outros elementos ambientais importantes, os lucros da extração mineral e da produção siderúrgica, seguindo a mesma lógica que ocorreu em todo o Brasil, foram exportados junto com os recursos ali extraídos (Furtado, 2012). A **Figura 10** abaixo é um raro registro da situação fundiária da região, datada do início da década de 1960, onde é possível identificar exatamente as áreas cedidas à Mannesmann.

Figura 10 – Planta de Auto Demarcatório de glebas rurais, datada da década de 1960, com destaque em círculos vermelhos para as áreas do Pilar cedidas pelo Governo de Minas Gerais para exploração da Mannesmann. A planta já indicava a construção do Anel Rodoviário, datado de 1957.



Fonte: Cortesia de um morador.

Apesar do plano urbanístico inicial de Belo Horizonte, projetada pelo engenheiro Aarão Reis no final do século XIX, esboçar uma tentativa de estabelecer a ordem e o controle do espaço, o mesmo não previa moradia de trabalhadores, que se viram forçados a ocuparem as regiões periféricas da cidade. Neste contexto, o Pilar passou a abrigar famílias de operários, que eram atraídos não só pela possibilidade de trabalho na Mannesmann, como também pela informalidade do acesso ao solo urbano. As compras de lotes aconteciam diretamente entre proprietários e compradores, sendo muitas vezes formalizadas apenas através de contratos de compra e venda, sem registro em cartório de imóveis²⁹. Em Belo Horizonte, essa prática é particularmente recorrente nas áreas periféricas ou mesmo pericentrais. O plano urbanístico inicial da cidade, projetado pelo engenheiro Aarão Reis no final do século XIX, embora buscasse estabelecer a ordem e o controle do espaço, não previa moradia de trabalhadores.

²⁹ Informações sobre titularidade de imóveis no bairro do Pilar e vilas adjacentes foram obtidas através da oralidade dos moradores. Não foram realizadas pesquisas documentais e cartoriais que se aprofundassem na realidade fundiária desses territórios.

Como consequência, desde as primeiras décadas, esses grupos foram compelidos a ocupar regiões periféricas.

Conforme história contada por diferentes moradores, naquela época, a Mannesmann disponibilizou caminhões para que seus funcionários pudessem realizar as mudanças e trazer para seus respectivos lotes, os materiais que conseguiam através de compras e doações. Conforme explicado pelos moradores, os alicerces das construções eram feitos com pedras de canga extraídas ali e na região da Mineração Lagoa Seca, o concreto era elaborado agregando-se pó de minério à sua composição, o assentamento das paredes muitas vezes era feito com barro no lugar de argamassa, entre outras soluções construtivas adotadas. Por se tratar de pessoas sem grande poder aquisitivo, a maioria dos novos moradores buscava na cooperação mútua e na otimização dos recursos dos quais dispunham, a melhor solução para a construção de suas casas. Muitas permanecem de pé até hoje, abrigando gerações inteiras de famílias que fizeram parte dos primórdios deste processo.

A Mannesmann foi ainda responsável, durante muitos anos, pelo fornecimento de água e luz do Pilar, além da abertura de ruas e eventual pavimentação de algumas delas. O objetivo era estruturar a vida urbana naquele território, de forma a incentivar e promover a permanência da mão de obra nas imediações de suas instalações. Nessa época, o bairro, que se chamava Jardim das Camponesas, era apelidado por muitos moradores de “Pito Aceso”, expressão essa que se tornou tão conhecida, que é lembrada até hoje pelos mais antigos como uma forma legítima de denominar este território. Isso porque a luz gerada pelos postes era tão fraca, que os mesmos pareciam pitos, como de um fumo ou cigarro, no meio da escuridão da noite. Além da infraestrutura básica de abastecimento e energia, os operários da siderúrgica que residiam no Pilar contavam ainda com um posto de saúde que poderia ser utilizado por eles e seus familiares (e consistia, basicamente, nas instalações da enfermaria da empresa), ademais de uma escola para seus filhos, chamada “Escola Combinadas Mannesmann Mineração” e inaugurada em 1965, onde até hoje se reconhece, “muitas gerações de moradores foram alfabetizadas”³⁰.

Assim, durante quase duas décadas, a atuação da Mannesmann foi, de maneira isolada, a grande representante do capital hegemônico no Pilar, tendo sido suas estratégias e investidas, o que vocacionou e criou condições para que o processo de industrialização deste território encontrasse caminhos cada vez melhor consolidados ao longo dos anos seguintes. Se para

³⁰ Frase dita por morador do bairro do Pilar, que reside ali há mais de 50 anos, e cujo pai trabalhou durante muitos anos como cozinheiro do refeitório da Mannesmann. Ele foi um dos alunos do “Grupo Escolar Mannesmann”, de atividade exclusiva para filhos de operários.

Lefebvre, “a sociedade industrial acarreta a urbanização” (Lefebvre, 2016, pp. 67), as consequências deste processo, ou seja, a urbanização desta antiga fazenda agrícola do Barreiro, passou a ser a partir deste momento, um mero acessório da indústria, e um que deve fornecer a ela, todos os insumos, a mão de obra e os consumidores necessários para seu pleno desenvolvimento e para a acumulação do capital.

Desta forma, é possível afirmar que a Mannesmann foi responsável por deslocar e modificar profundamente a problemática originada do processo de industrialização, para a problemática urbana (Lefebvre, 2016), ao criar todas as condições para que este espaço e seus elementos assumissem, em detrimento de seu valor de uso, um valor de troca. O Pilar passa a ser então uma espécie de mercadoria, a ser distribuída e comercializada por novos e diferentes detentores do capital dominante, que são atraídos por uma infraestrutura urbana “dada”, proximidade de mão de obra barata, facilidade de acesso à terra, e um suposto “esquecimento” por parte do Estado, que não parecia se interessar em estender a este território, ações que beneficiassem os interesses coletivos, em desfavor da lógica capitalista.

Simbolicamente, ainda é possível avistar na paisagem da Serra do Curral, trecho que cerca o Pilar, um remanescente do teleférico utilizado pela Mannesmann para o transporte de minério de ferro vindo da Mina do Pau Branco, em Nova Lima, conforme ilustra a **Figura 11** a seguir. Construído em 1957 e tendo servidão de trânsito concedido pelo Estado de Minas Gerais através da Lei 1.655/57, este equipamento foi responsável pela morte de alguns funcionários³¹, tendo sido desativado nos anos 1990, para ser substituído pelo Transporte de Correias de Longa Distância, conforme veremos mais adiante.

³¹ Não foram encontrados registros formais sobre essas mortes, a informação, no entanto, foi repetida por alguns moradores durante o processo de entrevistas.

Figura 11 – Vista no alto da Serra do Curral da estrutura do antigo teleférico operado pela Mannesmann.



Fonte: Acervo próprio.

Assim, com o fim do comodato de exploração do terreno cedido pelo Governo do Estado de Minas Gerais no ano de 2001, a Mannesmann encerrou suas atividades no Pilar, tendo deixado para trás, todo o passivo de sua exploração minerária, sem que qualquer contrapartida de compensação ambiental ou social fosse exigida por parte do poder público. No entanto, é possível afirmar que a forma imperiosa com a qual o capital industrial e minerário buscou a dominância do Pilar neste contexto histórico, encontrou respaldo nas próprias instituições públicas para operar à revelia dos interesses coletivos, ditando uma propensão que se repetiria ainda muitas vezes nos anos seguintes, estando presente até os dias de hoje quando esta pesquisa se deflagra.

4.2 Décadas de 1970 e 1980: linha do trem e primeiros processos regulatórios

Nos anos que se seguiram à chegada da Mannesmann, podemos observar na história do Pilar uma dinâmica que em muitos aspectos se assemelha a aquilo que Lefebvre chamou de um “duplo processo” de industrialização-urbanização (Lefebvre, 1999). Nesse fenômeno, a urbanização deixa de ser induzida puramente pela indústria, passando a assumir a dominância das transformações sociais daquele território, que passa, a partir daquele momento, a se anunciar como urbano e a conformar dinâmicas próprias. Não por acaso e, muito provavelmente, dado todo este histórico de exploração da mão de obra barata e da informalidade do acesso e regulação da terra, o Pilar foi rapidamente se conformando como uma região de ocupação industrial e exploração minerária ostensivas, paralelamente ao uso residencial que se consolidava também como parte dessa paisagem; Assim, a informalidade, combinada à autoconstrução, foi parte integrante do crescimento urbano do Pilar em processo semelhante ao de outras cidades brasileiras sob a égide da industrialização, onde o consumo da mercadoria habitação se deu, em grande parte, fora do mercado marcado pelas relações capitalistas de produção (Maricato, 1997).

Foi a partir de 2 de julho de 1972, no entanto, que se deu início um processo decisivo, que marcaria para sempre o desenvolvimento do Pilar: a construção do terminal de transporte ferroviário “Águas Claras”, um dos maiores empreendimentos da Rede Ferroviária Federal de Sociedade Anônima (RFFSA), que foi aprovado em 1966, com o objetivo de incrementar e revolucionar o transporte de cargas em trechos da antiga Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) (Campos, 2002). Tal evento chegou a ser referido, inclusive, como “a pior coisa que já aconteceu neste bairro”³², sendo inegáveis as fragilidades territoriais provocadas pela segregação definitiva que se estabeleceu neste lugar a partir de então.

Os 21,72 km do Ramal de Águas Claras foram então inaugurados em 8 de agosto de 1973 (Campos, 2002), com o propósito de conectar a antiga Mina de Águas Claras, em Nova Lima, à estação de Ibirité, também no estado de Minas Gerais. Explorada pela companhia Minerações Brasileiras Reunidas (MBR), o ramal se conectava a outros terminais ferroviários em uma malha total de mais de 500 quilômetros³³ de linha, com o objetivo de permitir o

³² Frase dita em 2013, por um antigo morador. Opiniões semelhantes foram recorrentes ao longo das entrevistas.

³³ Originalmente, a rede ferroviária construída pela RFFSA e explorada pela empresa Minerações Brasileiras Reunidas, chegava até o Terminal Marítimo da Ilha Guaíba (Sepetiba), no Estado do Rio de Janeiro, atualmente operado também pela Vale.

escoamento do minério de ferro das jazidas mineiras. A **Figura 12** abaixo é um raro registro dos 3,5 quilômetros do ramal correspondentes ao trecho conhecido como “Pilar/Olhos d’Água”. Segundo relatos, foi justamente nessa época que os moradores do bairro foram apelidados de “pés vermelhos”, em referência ao pó de minério que era lançado pelos vagões e se alastrava por todo o território, “tingindo” de vermelho tanto as roupas, quanto os sapatos das pessoas que andavam por ali.

Figura 12 – Vagões atravessando o Pilar para transportar minério de ferro da Mina de Águas Claras a Ibité.

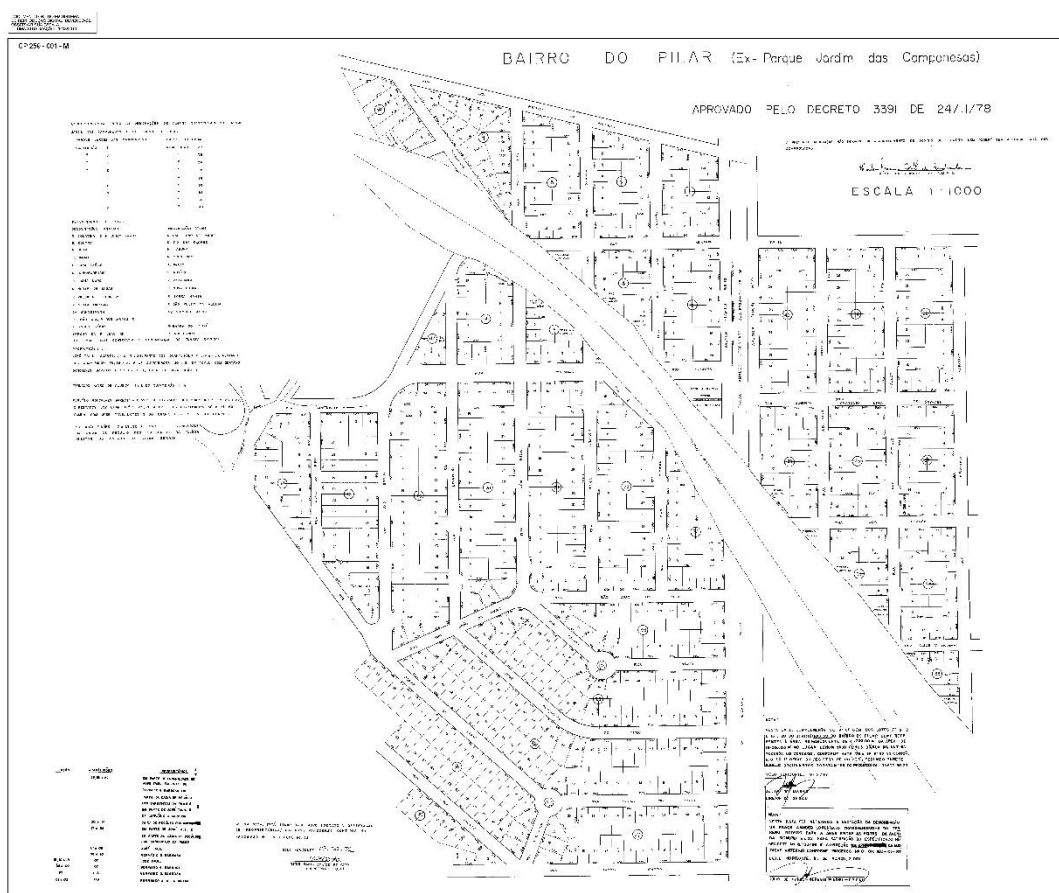


Fonte: Acervo próprio (1983).

A obra do Ramal Águas Claras demandou uma série de desapropriações no Pilar que, naquela época, era conhecido como “Parque Jardim das Camponesas”. Segundo um antigo morador, entrevistado em 2013, ele chegou a ser indenizado pela RFFSA por dois lotes de sua propriedade que, por não possuírem escritura, foram vendidos por um preço considerado baixo por ele. Esses lotes, no entanto, não foram utilizados no projeto, sendo posteriormente invadidos por novos moradores. Tal fato parece ter sido bastante recorrente, havendo relatos, inclusive, de desapropriados que voltaram para suas antigas casas. Apesar da tentativa de formalizar a ocupação do espaço através de um processo de parcelamento solo, em 1978, foi-se consolidando ali uma periferia informal e não planejada, que deu à região um traçado distinto daquele previsto pela planta resultante, o Cadastro de Planta (CP) 259001M, ilustrado pela

Figura 13. Aqui, surge pela primeira vez o nome “bairro do Pilar”, em referência à Nossa Senhora do Pilar, conforme relato obtido de um morador. Essa origem do nome, no entanto, não foi confirmada por nenhuma outra fonte.

Figura 13 – Planta de parcelamento do solo CP 259001M, aprovada em 24/11/1978, que transformou o “Parque Jardim das Camponesas” em bairro do Pilar, indicando a segregação do território promovida pela linha férrea do Ramal Águas Claras.



Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte, acessível em <http://siurbe.pbh.gov.br/>

É possível afirmar então que todos os eventos relacionados a esta complexa infraestrutura vieram de forma a segregar, de forma irreversível, a paisagem do Pilar. Mesmo após a desativação do ramal, em 2002, as notáveis fragilidades territoriais promovidas por ele seguem repercutindo até os dias de hoje. Tal ponto será retomado mais adiante, de forma a seguir a ordem cronológica proposta pelo método regressivo-progressivo. De uma outra perspectiva, a **Figura 14** a seguir mostra o trem a caminho da Mina de Águas Claras, com a Serra do Curral ao fundo. Na foto, é possível observar pessoas andando ao longo da linha, algo bastante recorrente na época, quando muitos utilizavam a área para fazer caminhadas, e até mesmo a utilizavam para ir andando até o Barreiro. Embora houvesse perigos associados à proximidade entre trem e pedestres, alguns percursos só podiam ser feitos passando por ali, dada a falta de conexões seguras entre “um lado” e o “outro”. Em alguns relatos, moradores

lembram que alunos da Escola Estadual Pedro Franca (localizada na área correspondente à Vila Olhos d'Água), se organizavam para irem juntos às aulas, tendo em vista que se sentiam mais seguros atravessando a linha estando em grande número.

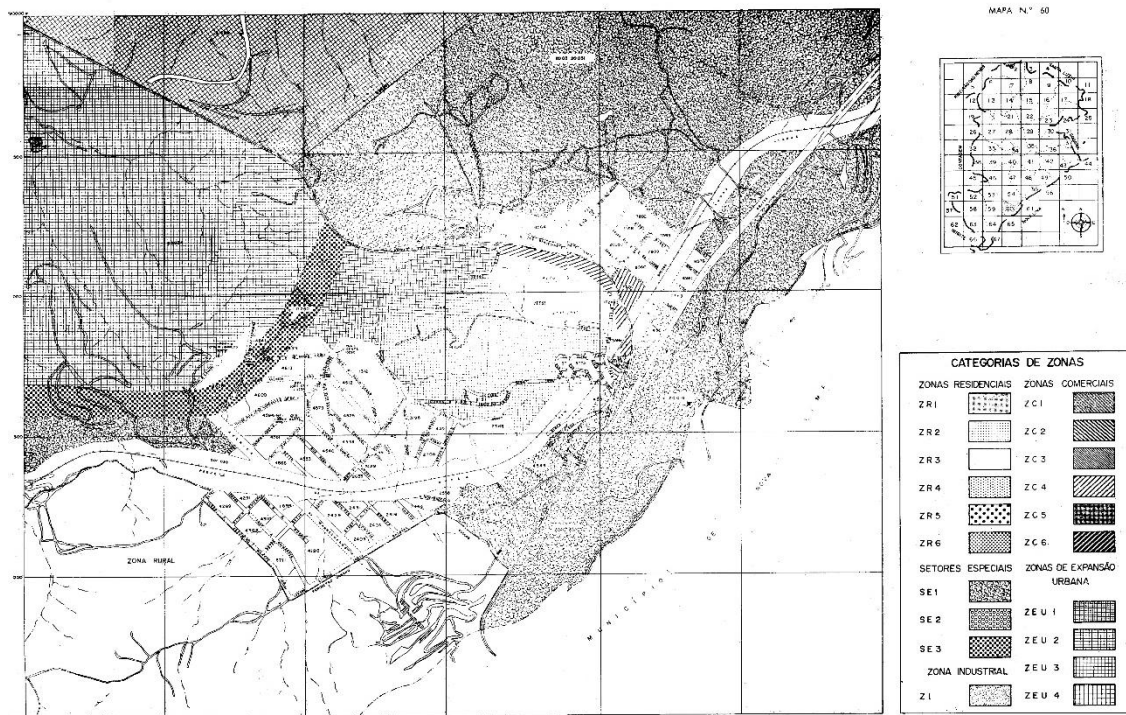
Figura 14 – Vagões atravessando o Pilar a caminho da Mina de Águas Claras.



Fonte: Acervo próprio (1983).

E foi assim que, sem qualquer decoro aos ritos de zoneamento e aprovação de projetos, diversas indústrias passaram a se instalar ali na década de 1970, não tendo sido, em nenhum momento, intimidadas pela Lei nº 2.662 de 29 de novembro de 1976, a primeira Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) da cidade de Belo Horizonte. Conforme ilustra a **Figura 15** a seguir, o Pilar foi classificado como uma Zona Residencial 3, onde a permissividade para o uso industrial era bastante baixa, além de possuir também uma Zona Rural associada – a última a ser descaracterizada no município para zoneamento urbano alguns anos depois.

Figura 15 – Recorte do zoneamento estabelecido pela Prefeitura de Belo Horizonte no Pilar pela LUOS nº 2.662, de 1976. Até então, todo o território se chamava “Parque Jardim das Camponesas” e incluía o que hoje são os limites de parte do Bairro do Pila e das vilas São João e Olhos d’Água.



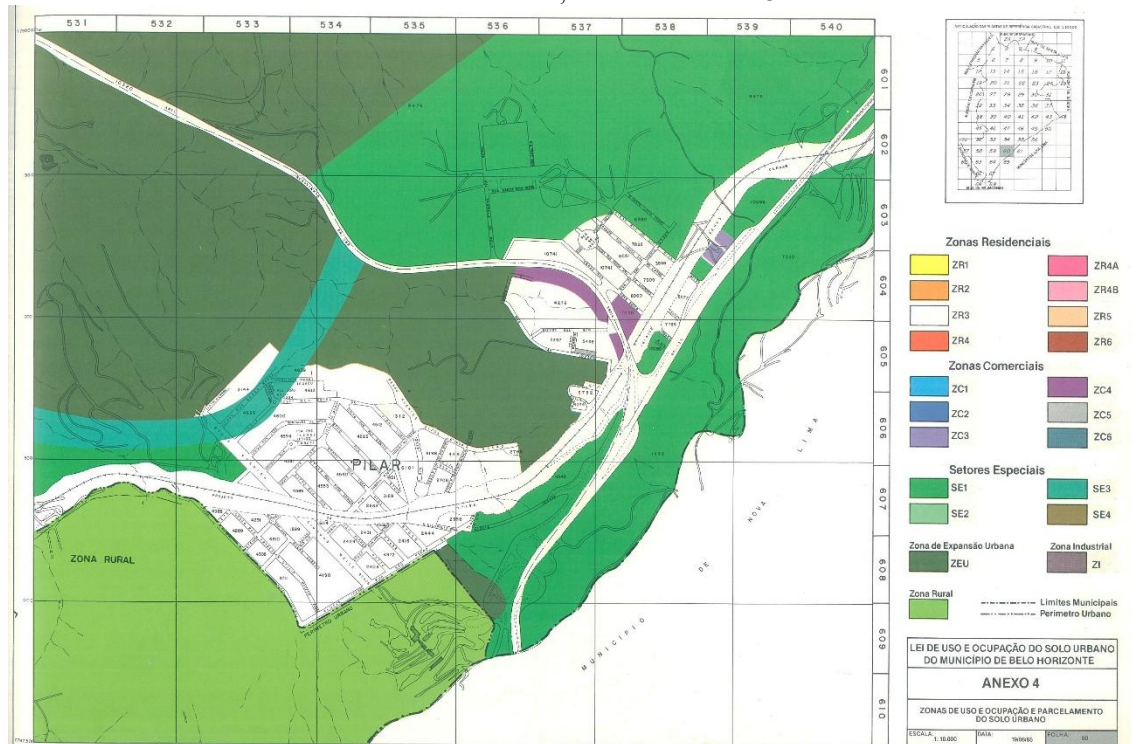
Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 1976.

Feita dentro da concepção de planejamento do governo militar, essa lei reflete uma política urbana centralizada, de base tecnocrata e fechada à participação da sociedade. Embora a legislação garantisse restrições a usos que não fossem o residencial e o industrial de pequeno porte (único tipo de uso industrial permitido), a fiscalização foi insuficiente para garantir que as diretrizes da lei fossem respeitadas. A influência exercida pela presença da Mannesmann e pela passagem do Ramal Águas Claras, associada à localização estratégica do Pilar no contexto da cidade, transformou o caráter daquela região de agrícola para industrial de maneira irreversível.

Diversos galpões começaram a se instalar e operar, o que, segundo relatos de moradores, aconteceu sem que qualquer controle fosse realizado pela Prefeitura. Mesmo diante de denúncias apresentadas pela população, que chegou a demandar que fiscalizações fossem feitas, a atuação do poder público acabou sendo insuficiente, impondo cada vez mais a soberania de determinados agentes do setor privado sobre os interesses da comunidade. Soberania esta, que prevaleceu, mesmo na segunda tentativa de se regular o espaço urbano de Belo Horizonte, através da LUOS nº 4.034, de 25 de março de 1985 (**Figura 16**). Pode-se dizer que essa legislação teve um resultado ainda menos expressivo do que a anterior, sendo considerada apenas uma revisão da mesma. A tendência em se ignorar o seu descumprimento permaneceu

ainda mais forte, tendo em vista que o uso industrial continuou avançando e se consolidando, sem sofrer qualquer perturbação de ordem formal.

Figura 16 – Recorte do zoneamento estabelecido pela Prefeitura de Belo Horizonte no Pilar pela LUOS nº 4.034/85. Não houve alteração de zoneamento, permanecendo o que havia sido estabelecido antes, Zona Residencial 3.



Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 1985.

Para a socióloga Vera da Silva Telles (2009), os chamados “ilegalismos urbanos”, nada mais são do que gerenciamentos daquilo que se revela conveniente dentro de um determinado contexto. Sendo assim, para muito além de meras transgressões, a instalação de grandes depósitos e indústrias no Pilar poderia ser considerada manifestação de uma parte dos mecanismos de poder que ali se estabeleceram, revelando os jogos políticos que oscilam entre acordos e transações, com o objetivo de beneficiar os interesses privados em detrimento daqueles manifestos pela população. Moradores relatam inclusive que houve, em um dado momento desta história, o esboço de tentativas de controlar este avanço desenfreado do uso industrial, fazendo denúncias e solicitando uma postura rigorosa da fiscalização da Prefeitura de Belo Horizonte para que o cumprimento das leis vigentes fosse garantido. Porém, na prática, não foram obtidas conquistas nesse sentido, o que resultou na paisagem demonstrada pela **Figura 17**, um raro registro do final dos anos 1980: indústrias e galpões de diversos portes, coexistindo com casas e com a devassidão ambiental no terreno em concessão de uso, promovida pela exploração minerária.

Figura 17 – Paisagem do Pilar no final dos anos 1980 (ano exato desconhecido). Em primeiro plano, o terreno concedido pelo Estado de Minas Gerais para exploração da Mannesmann, em uma típica imagem representativa de atuação minerária: esterilidade, arrasamento da terra e ausência de resquícios de vida nativa.



Fonte: Cortesia de um morador.

Assim, ao longo das décadas de 1970 e 1980, a sobreposição entre os usos residencial e industrial no Pilar se consolidou, conformando as dinâmicas e tensões que se aprofundariam nos anos seguintes. Foi justamente nesse contexto que, em 1982, foi fundada a primeira associação de moradores, criada para articular politicamente a comunidade diante da soberania da iniciativa privada na região. Embora permeada por diversos conflitos internos, a associação teve papel decisivo ao articular diversos protestos para que o sistema de transporte aéreo de minério, via teleférico que conectava a mina da Mutuca ao Pilar, fosse desativado e, posteriormente, substituído por deslocamento subterrâneo. Este foi um verdadeiro marco das transformações que caracterizariam as próximas décadas, conforme veremos a seguir.

4.3 Décadas de 1990 e anos 2000: mineração e desativação da linha do trem

Para além dos trabalhos de mineração efetivados através do Ramal Águas Claras, a MBR assumiu na década de 1990, o licenciamento e a construção do Transportador de Correias de Longa Distância (TCLD), equipamento de transporte subterrâneo que viria a substituir o carregamento aéreo antes operado pela Mannesmann via teleférico no bairro do Pilar, ilustrado pela **Figura 18** a seguir. O objetivo era transportar o minério extraído da mina da Mutuca em Nova Lima, até o Terminal Olhos d'Água (TOD), área limítrofe ao bairro do Pilar e à vila São João. No TOD, local destinado ao beneficiamento, estocagem e posterior distribuição do minério recebido, diversos vagões são carregados diariamente, configurando-se como o ponto de envio de minério mais distante dos portos utilizados pela Vale, atual operadora deste sistema.

Figura 18 – Vista do sistema Transportador de Correias de Longa Distância (TCLD).

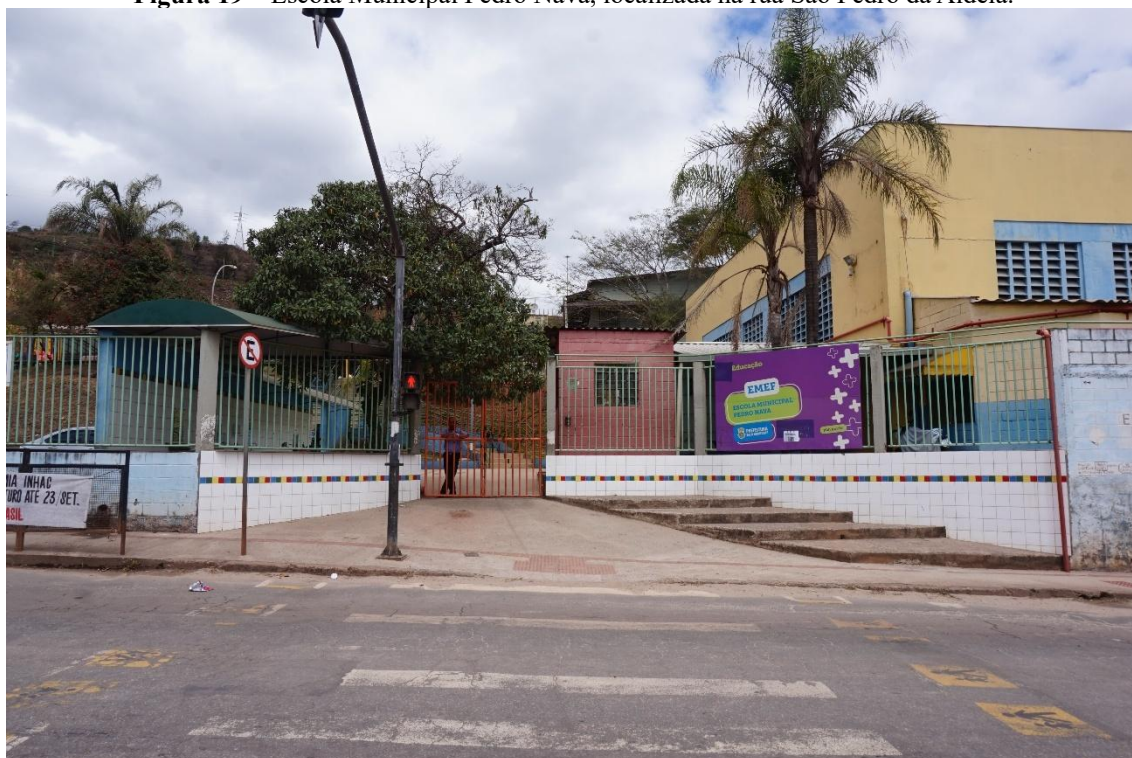


Fonte: Acervo próprio.

Na época de sua implantação, conforme apurado via relatos de moradores, houve um processo de licenciamento urbanístico e ambiental que buscou ouvir a população a respeito de suas demandas, tendo sido narrados alguns eventos de consulta pública e articulações políticas sendo empreendidas. Nesse contexto, a infraestrutura fornecida pela Mannesmann desde o início de sua atuação já não acompanhava o crescimento populacional nem respondia às novas

demandas do bairro. Essa insuficiência tornou-se ainda mais evidente quando, em 1991, a siderúrgica iniciou o processo de descomissionamento de suas estruturas no Pilar, deixando de manter também suas benfeitorias, como a Escola Combinadas Mannesmann Mineração e o posto de saúde local, originalmente destinado ao atendimento dos funcionários, mas que também era aberto à população. Diante disso, entre os anos de 1991 e 1995, foram construídos pela MBR, na forma de contrapartidas pela instalação e funcionamento do TCLD, alguns dos equipamentos públicos mais utilizados pela população até os dias de hoje (ver **Mapa 1**). São eles: a Escola Municipal Pedro Nava (**Figura 19**), que atende até o ensino fundamental e é bastante querida pelos moradores; o Centro de Saúde do Pilar/Olhos d'Água (**Figura 20**) único posto de saúde da região; a Praça Amadeu Lorenzato (**Figura 21**), que se configura como o equipamento de lazer mais completo do bairro; e o campo de futebol (**Figura 22**), que figura aqui como um dos pontos mais emblemáticos de conflito e manifestação da vida cotidiana no Pilar, amplamente utilizado pela população e com alcance regional.

Figura 19 – Escola Municipal Pedro Nava, localizada na rua São Pedro da Aldeia.



Fonte: Acervo próprio.

Figura 20 – Centro de Saúde Pilar/Olhos d'Água



Fonte: Acervo próprio.

Figura 21 – Praça Amadeu Lorenzato.



Fonte: Acervo próprio.

Figura 22 – Campo de futebol do Pilar.

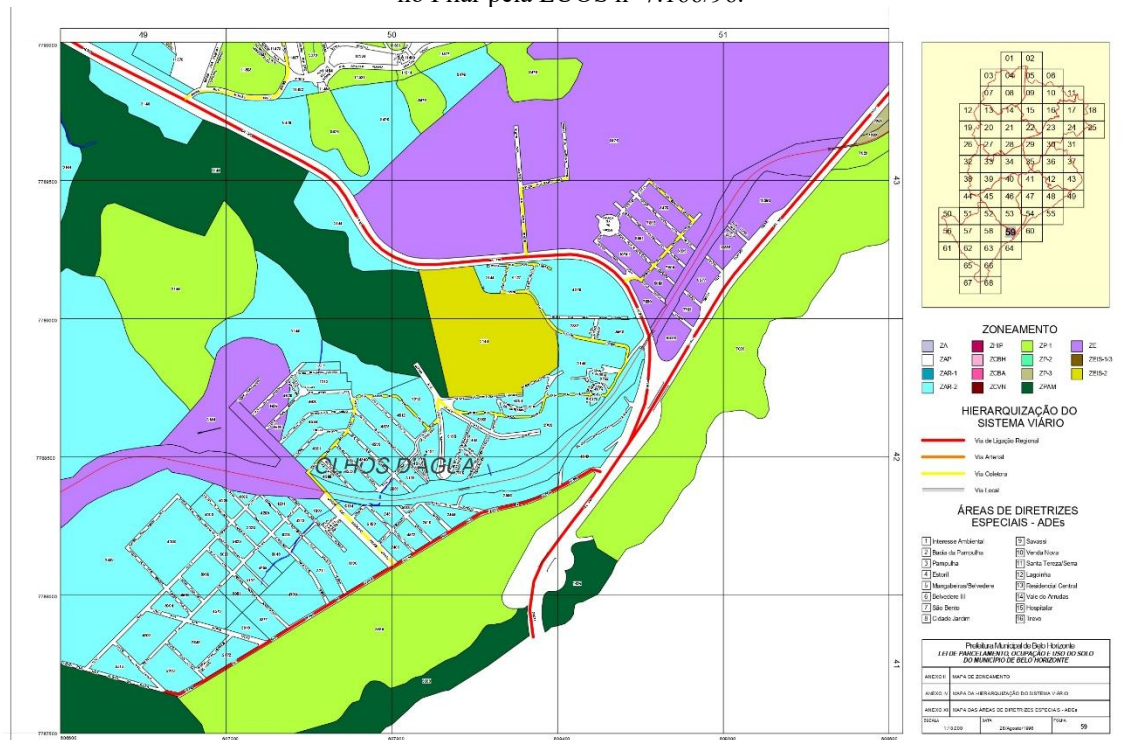
Fonte: Acervo próprio.

Tais empreendimentos, embora de extrema relevância no contexto em que se apresentam, seguem sendo, mesmo 30 anos após suas construções, as únicas contrapartidas estruturais oferecidas pela mineração para sua exploração deste território. Este fato, que também se destrichará em uma ampliação própria a ser abordada pelo **Capítulo 5**, configura um ponto de conflito crítico do bairro do Pilar, ao evidenciar a desproporção entre a intensidade da atuação empresarial e o retorno efetivo para sua população. Embora a Vale possua um sistema de interlocução social com as comunidades afetadas (bairro do Pilar, vila São João e vila Olhos d'Água), as ações efetivadas seguem se revelando, até os dias de hoje, aquém no sentido de tornar a relação mineradora/sociedade civil menos injusta. Mais uma vez, temos uma clara demonstração de como os ritos administrativos parecem não dar conta de abarcar a complexidade de determinadas ações do capital, fazendo com que o próprio Estado seja conivente em situações em que poderiam ser exigidas ações mitigadoras desses impactos.

Ainda no ano de 1996, pouco após a expedição da Licença de Operação (LO) que concedia à MBR o direito de manejar o TCLD e o TOD, mediante as contrapartidas que estavam sendo construídas e entregues ali, a Prefeitura de Belo Horizonte promulgou a revisão de seu Plano Diretor, através da lei nº 7.166, de 27 de agosto de 1996. Mesmo com a forte dominância do capital hegemônico influenciando na produção do bairro desde os primórdios de sua

urbanização, a ostensiva atuação minerária e o uso industrial cada vez mais presente, o zoneamento oficial do Pilar permaneceu determinado como de uso residencial, através da classificação ZAR-2 (Zona de Adensamento Restrito 2). Apenas a área correspondente ao Terminal Olhos d'Água (TOD) foi classificada como Zona de Grandes Equipamentos (ZE), além do nome do bairro ter sido, erroneamente, grafado como “Olhos d’Água”. A **Figura 23** abaixo ilustra o mapa anexo à lei.

Figura 23 – Recorte do zoneamento estabelecido pela Prefeitura de Belo Horizonte no Pilar pela LUOS nº 7.166/96.

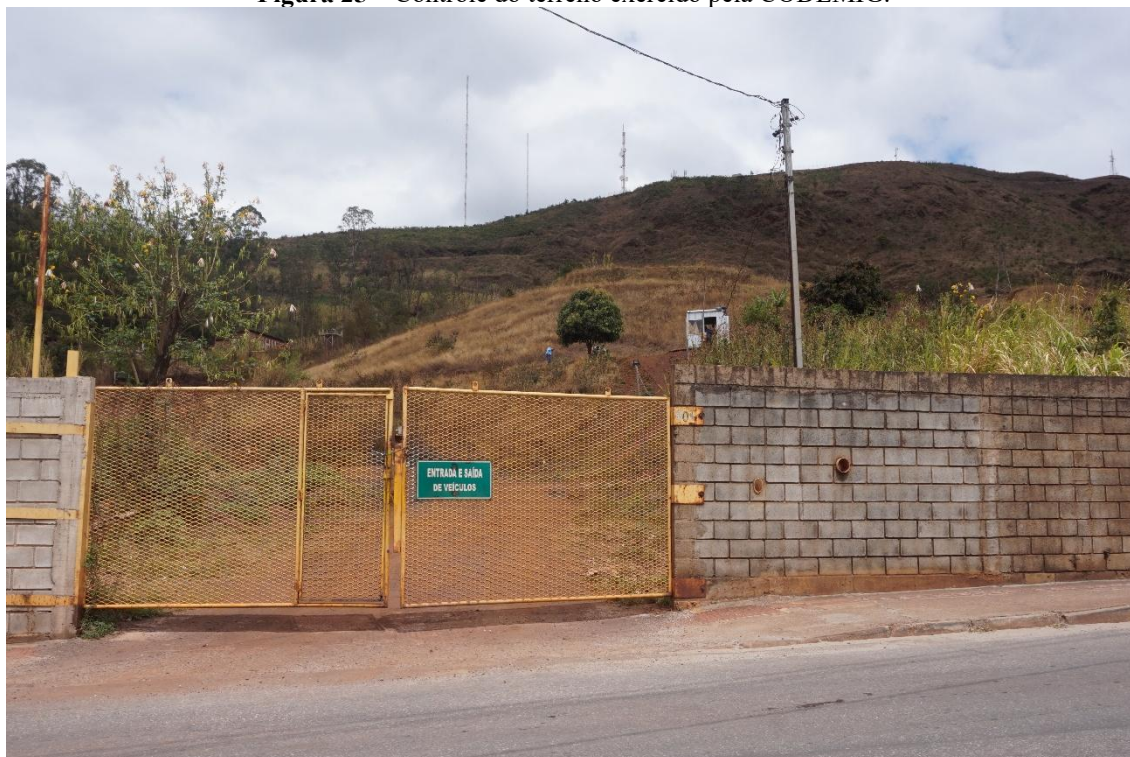


Somente em 21 de dezembro de 2000, ou seja, 24 anos após a elaboração do primeiro Plano Diretor de Belo Horizonte e quatro anos depois da revisão que havia classificado o Pilar como Zona de Adensamento Restrito 2 (ou seja, área de uso predominantemente residencial, com permissão para uso industrial apenas de pequeno porte) que o município legitimou, por fim, a presença industrial de grande porte que tanto impacta e define as dinâmicas urbanas do bairro. O novo mapa da LUOS transformou pelo menos a metade do território do Pilar em Zona de Grandes Equipamentos (ZE), conforme ilustra a **Figura 24** a seguir, referente ao mapa anexo à lei.

utilizado aqui para exemplificar e simbolizar a essência da forma como as demarcações da vida social se dão no bairro do Pilar, embora não seja capaz de abarcar toda a sua complexidade.

Com a aproximação do fim do comodato do terreno cedido pelo Governo do Estado de Minas Gerais na década de 1950, que previa a exploração por parte da Mannesmann ao longo de cerca de 50 anos, a siderúrgica concluiu o encerramento de suas atividades no bairro do Pilar no início dos anos 2000. Todo o passivo gerado pela exploração mineral permaneceu, sem que fossem exigidas contrapartidas de compensação ambiental ou social por parte do poder público. Assim, após a devolução do terreno, a área passou a ser cercada e administrada pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG), empresa pública constituída na forma de sociedade anônima e controlada pelo Estado, que restringe o seu acesso, conforme ilustra a **Figura 25** abaixo.

Figura 25 – Controle do terreno exercido pela CODEMIG.



Fonte: Acervo próprio.

Tal fato deflagrou mais uma situação controversa que, até então, ainda não havia sido problematizada: o terreno cedido para construção da Escola Municipal Pedro Nava, do Centro de Saúde Pilar/Olhos d'Água e do campo de futebol, não pertencia à Mannesmann. Como a escola e o posto já eram geridos pela Prefeitura de Belo Horizonte, por serem equipamentos municipais, os mesmos tiveram suas respectivas posses reintegradas ao poder público. O campo de futebol, no entanto, de gestão comunitária, chegou a ter seu acesso e uso proibidos pela

CODEMIG, conformando mais um foco de conflito, com repercussões até os dias de hoje. Outro evento emblemático relacionado ao período histórico aqui retratado, refere-se à desativação de 8,0km da linha férrea do Ramal Águas Claras, incluindo o trecho correspondente ao bairro do Pilar, que aconteceu por volta do ano de 2003. Segundo relatos de moradores, a partir desse momento iniciaram-se diversos saqueamentos dos dormentes do trem, uma vez que a área, ainda de propriedade da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), permaneceu sem qualquer controle de acesso ou destinação clara.

Alguns anos mais tarde, em 2007, a Lei nº 6.018, de 22 de janeiro daquele ano, extinguiu a RFFSA e instituiu seu Fundo Contingente, operado pela Caixa Econômica Federal (CEF), destinado à cobertura de passivos financeiros e às operações necessárias ao encerramento da empresa. A mesma lei atribuiu também ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a responsabilidade de receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RFFSA, bem como zelar pela sua guarda e manutenção. No entanto, na atualização de abril de 2025 da lista do Patrimônio Cultural Ferroviário, divulgada pelo Iphan³⁴, não há qualquer menção ao trecho desativado do Ramal Águas Claras, nem informações precisas sobre sua destinação neste contexto específico.

Apesar da tentativa de institucionalizar o patrimônio ferroviário, o terreno em questão permaneceu, na prática, com sua situação indefinida. Isso se acentuou com a publicação da Portaria nº 49/2009, no Diário Oficial da União, na qual a Superintendência do Patrimônio da União em Minas Gerais determinou cautelarmente a retirada do trecho do Pilar–Belvedere do Fundo Contingente da extinta RFFSA, solicitando à CEF a suspensão temporária de sua alienação. Esta decisão não foi acompanhada de justificativas públicas, nem tampouco comunicada à população local.

Estes fatos, referentes aos conflitos deflagrados em torno do uso do campo de futebol construído no terreno da Mannesmann, e a destinação da área da linha férrea, originalmente de propriedade da RFFSA, serão mais bem aprofundados no **Capítulo 5**.

³⁴ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/127>

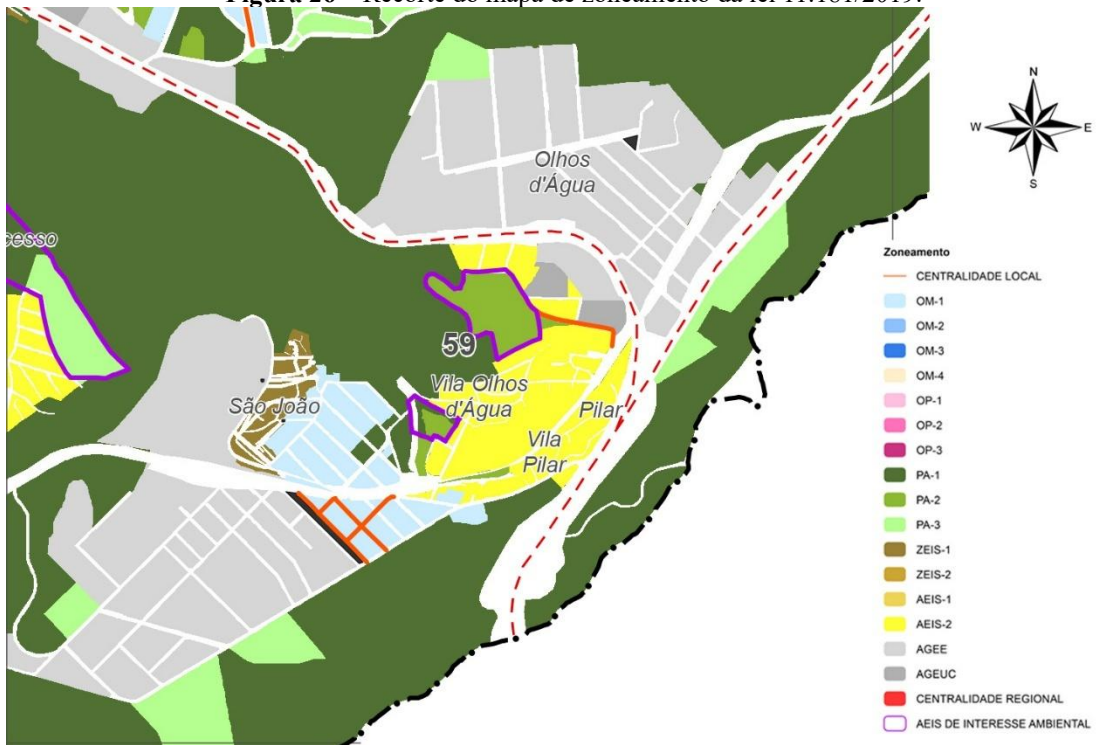
4.4 Anos 2010 a 2025: (mais) mineração, beira-linha e dias atuais

O atual Plano Diretor de Belo Horizonte, lei nº 11.181, de 8 de agosto de 2019, trouxe poucas alterações significativas para o bairro do Pilar. Toda a parte definida anteriormente como Zona de Grandes Equipamentos (ZE) passou a ser denominada Área de Grandes Equipamentos Econômicos (AGEE), enquanto a antiga Zona de Adensamento Restrito 2 (ZAR-2) foi reclassificada como sua equivalente, Zona de Ocupação Moderada 1 (OM-1). As alterações mais relevantes ocorreram na porção leste do bairro, em seus limites com a vila Olhos d'Água, que recebeu enquadramento de Área Especial de Interesse Social 2 (AEIS-2), e a inclusão de uma Centralidade Regional (CR) ao longo da Praça Amadeu Lorenzato e das ruas Rio das Flores, Itaboraí e Armando Tauil. Na prática, isso sinaliza a intenção do planejamento urbano municipal de promover adensamento construtivo e populacional nesse território, associado à concentração de atividades econômicas. Estas ações, que deverão ser acompanhadas de projetos de qualificação urbanística das áreas indicadas, ainda não tiveram diretrizes, nem recursos destinados para esta CR em específico.

Outra mudança na lei que se revela interessante neste contexto trata-se da vila São João sendo zoneada pela primeira vez na história como uma Zona Especial de Interesse Social 1 (ZEIS-1). Até a última revisão do Plano Diretor, no ano 2000, o seu processo de favelização vinha sendo totalmente ignorado pela lei. Em contraponto, parte da área correspondente à beira-linha segue sem definição normativa, permanecendo como um vazio cartográfico no mapa oficial da legislação. A **Figura 26** a seguir ilustra o recorte do zoneamento de Belo Horizonte correspondente ao bairro do Pilar³⁵ e suas vilas adjacentes.

³⁵ Cabe aqui a ressalva de que a denominação “Vila Pilar” é uma mera convenção cartográfica estabelecida pela Prefeitura de Belo Horizonte na lista de “bairros oficiais”. Esta denominação não é reconhecida no Pilar, ficando de fora da lista de “bairros populares”.

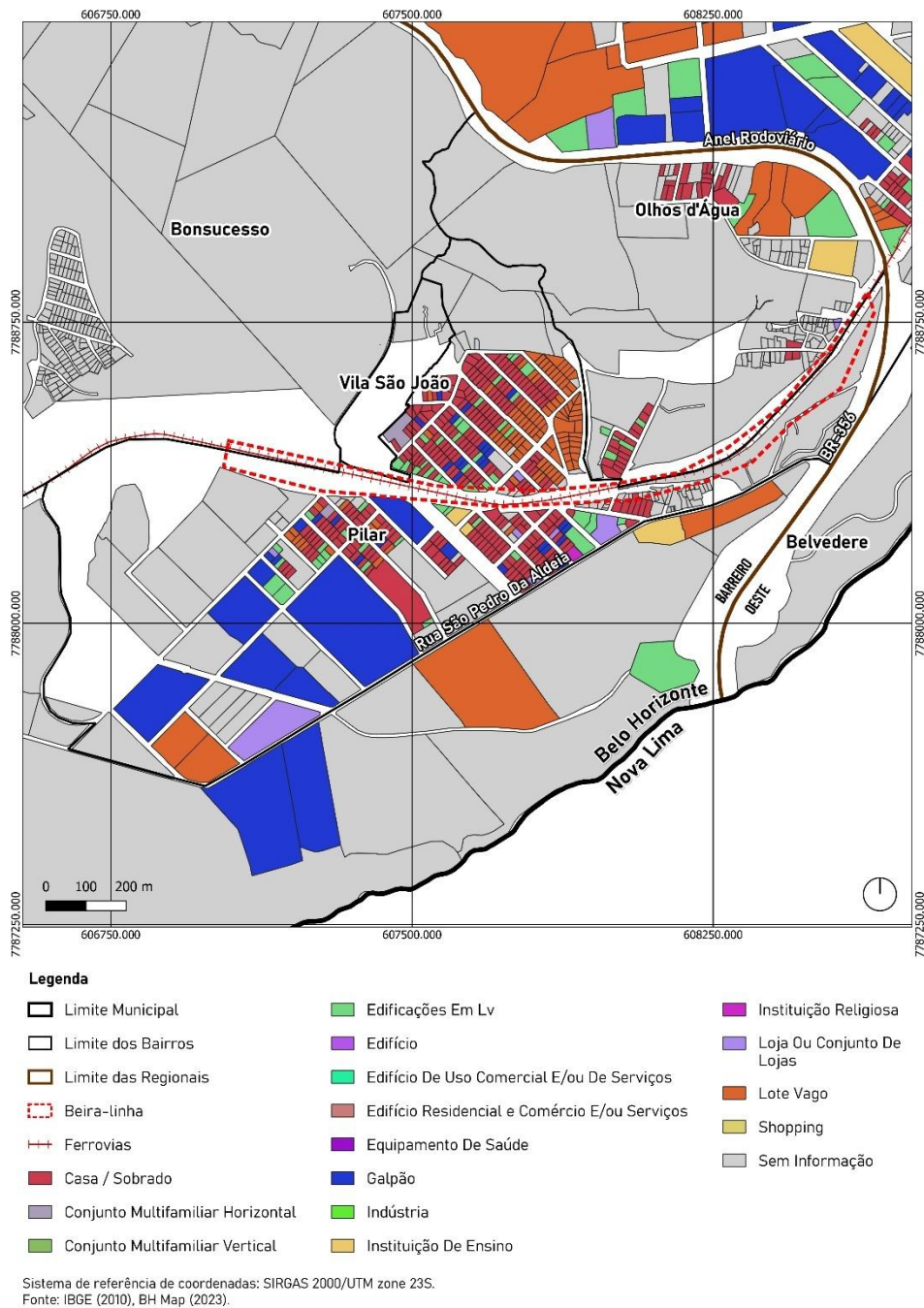
Figura 26 – Recorte do mapa de zoneamento da lei 11.181/2019.



Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2025.

No entanto, ainda que a legislação atual não as reflita, foram muitas as transformações que tomaram forma no bairro do Pilar nos últimos 15 anos. O **Mapa 3** a seguir ilustra as tipologias de uso e ocupação de lotes no ano de 2011, oferecendo um referencial comparativo para uma melhor compreensão do cenário atual que veremos adiante.

Mapa 3 – Tipologias de uso e ocupação do solo 2011.



Fonte: Dados BHMap, elaborado pela autora.

No mapa é possível observar a predominância do uso residencial unifamiliar, além de grandes lotes já ocupados ou destinados ao uso industrial, ou alguns ainda de uso indeterminado. A área correspondente à linha férrea, embora já desativada, permanecia como elemento segregador dessa paisagem, tensionando a articulação entre as porções norte e sul do bairro, e reforçando a sensação de barreira e isolamento físico. Esses dados, elaborados pela Prefeitura de Belo Horizonte, cerca de dois anos antes do surgimento da beira-linha,

representam um marco a partir do qual algumas dinâmicas se complexificaram e as configurações espaciais passaram a ser redefinidas nos termos como as conhecemos hoje.

A década de 2010 foi então marcada pela intensificação do uso industrial, com a construção de diversos novos galpões destinados aos mais variados segmentos de negócios, como concreteiras e fábricas de alimentos e embalagens para medicamentos. Paralelamente, a mineração manteve-se atuante: a Vale assumiu as operações da MBR, ampliando a capacidade de transporte do TLCD, o que contribuiu para agravar os impactos socioambientais dessa exploração. Em contrapartida, a infraestrutura urbana do Pilar mostrou-se incapaz de acompanhar esse ritmo de crescimento, reforçando a sensação de isolamento e abandono presente entre os moradores, agravada também pelo manutenção da desarticulação do sistema viário do bairro com o restante da cidade, pelos transtornos decorrentes dos fluxos intenso promovidos pelo uso industrial, além das percepções constantes de queda na qualidade de vida e aumento da insegurança, conforme será descrito no **Capítulo 5**. As **Figuras 27 e 28** a seguir ilustram de forma comparativa a paisagem do Pilar em novembro de 2013, onde é possível ver o terreno da CODEMIG em primeiro plano, com a área da antiga linha férrea já desativada desenhando os “lados” que conformam o bairro desde a década de 1970, e a mesma paisagem, em agosto de 2025 já incorporando as transformações que serão descritas adiante.

Figura 27 – Paisagem do bairro do Pilar em novembro de 2013, onde é possível ver a área da linha férrea desativada, já sem os dormentes, ilustrando a segregação na paisagem.



Fonte: Acervo próprio.

Figura 28 - Paisagem do bairro do Pilar em novembro de 2025.



Fonte: Acervo próprio.

Por volta do ano de 2013, a faixa de terreno anteriormente ocupada pelos dormentes e trilhos do antigo ramal Águas Claras (**Figura 29**) passou a ser gradualmente tomada pelo uso residencial, com a construção de casas e barracões sobre a área. Este fato, associado à omissão dos órgãos responsáveis por sua fiscalização e controle, contribuiu para consolidar o aumento da irregularidade fundiária já existente no bairro, que se manifesta tanto na ausência de titulação formal das moradias, quanto na informalidade das condições acesso às mesmas. Este movimento, cujas origens são até hoje desconhecidas, conforme veremos adiante no **item 5.3**, conformou a área conhecida atualmente como “beira-linha” (**Figura 30**), que vem se consolidando desde então como uma ocupação densa e complexa, repleta de novas moradias e comércios, que alteraram as dinâmicas urbanas do bairro de forma definitiva.

Figura 29 – Foto de 1983 da linha do trem, sentido mina de Águas Claras.



Fonte: Acervo próprio

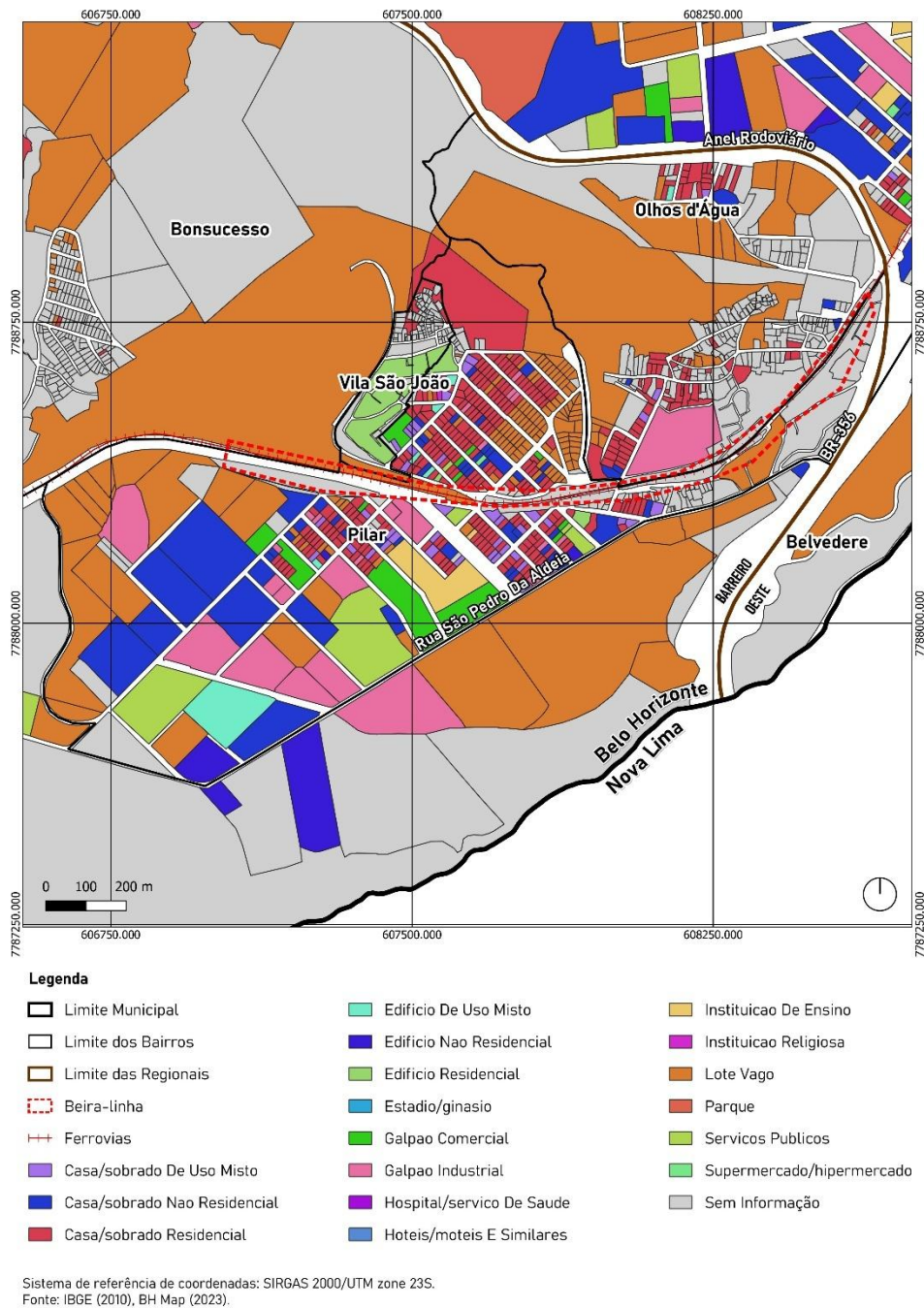
Figura 30 - Foto de 2024 da beira-linha, tirada aproximadamente no mesmo local que Figura 29.



Fonte: Acervo próprio

O **Mapa 4** a seguir refere-se às informações mais recentes de tipologias de uso e ocupação de lotes referentes ao ano de 2022, disponibilizadas pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). Nele é possível observar uma maior diversidade e complexificação dos usos em relação a 2011, refletindo parte das transformações mencionadas aqui.

Mapa 4 – Tipologias de uso e ocupação do solo 2022.



Fonte: Dados BHMMap, elaborado pela autora.

No entanto, chama atenção o fato de que a beira-linha ainda conste indicada como uma área “Sem Informação” no mapa, mesmo quase uma década após o início de sua origem, o que dificulta o seu entendimento sob a perspectiva dos dados analíticos. Nem a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) nem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) reconhecem este território como uma vila ou um bairro autônomo, não havendo dados específicos que corroborem as observações apresentadas aqui. Essa ausência de reconhecimento oficial é,

inclusive, um dos principais motivos que justificam a sua conformação como uma unidade de sentido própria (**item 5.3**), permitindo apreender dimensões da dinâmica urbana da beira-linha em relação ao Pilar “oficial”, que os registros institucionais não capturam. Ainda assim, é possível investigar essas relações de forma especulativa, ao analisarmos, comparativamente, os dados dos últimos dois censos realizados no Brasil.

De acordo com o IBGE, entre os anos de 2010 e 2022, o número de domicílios no Pilar cresceu cerca de 25%, passando de 1.136 para 1.425, enquanto sua população permaneceu praticamente estável, com uma redução de aproximadamente 1,04%. Considerando que a área do bairro passou de 1,06 km² em 2010 para 1,09 km² em 2022, esse aumento de apenas 2,8% indica que a expansão do número de domicílios aconteceu de forma concentrada internamente, o que resultou em um aumento aproximado de 26% do adensamento residencial. Esse padrão sugere a ocorrência de processos como fragmentação de núcleos familiares, maior rotatividade de residentes, aumento da oferta de moradias (ainda que informais), e ocupação localizada de áreas previamente subutilizadas ou ambientalmente frágeis, compatíveis com as observações realizadas no bairro do Pilar, sobretudo na beira-linha. Cabe destacar que essa análise não pôde ser realizada com maior precisão, uma vez que os limites definidos pelo IBGE correspondem ao eixo da linha do trem, fazendo com que a beira-linha apareça subdividida entre vários setores censitários diferentes. Por esse motivo, a pesquisa optou por uma análise mais superficial, a partir dos dados do bairro como um todo.

A **Tabela 6** a seguir traz os dados mencionados acima, incluindo, a título de referência, informações das vilas adjacentes ao Pilar. Fenômeno similar pode também ser observado na vila São João, onde houve estagnação populacional concomitante ao aumento do número de domicílios, situação comum em áreas periféricas consolidadas, o que ocasionou aumento também da densidade populacional no território (a área permanece inalterada em relação aos dados de 2010). De modo geral, esse tipo de dado indica uma redução do tamanho médio das famílias, muitas vezes associada ao envelhecimento populacional ou à saída da população mais jovem. Pode refletir também subdivisão de casas antigas em unidades menores, ou mesmo uma produção imobiliária que amplia a oferta, sem necessariamente atrair novos moradores. Em alguns casos, tais mudanças podem sinalizar também transformações no perfil socioeconômico da população, como gentrificação inicial ou aumento de moradias de aluguel. A vila Olhos d'Água, por sua vez, registrou crescimento expressivo tanto em seu contingente populacional (169,30%), quanto no número de domicílios (290,60%) e em sua área total (145,30%). Em parte, isso também pode ser explicado pela ocupação da beira-linha, que ampliou os limites de

seu território, diferente do que aconteceu no caso do bairro do Pilar, onde essa ocupação se deu em seus limites internos.

Tabela 6 – Tabela comparativa mostrando dados da população do bairro do Pilar e vilas adjacentes divulgados pelo IBGE.

	FONTE	POPULAÇÃO TOTAL	NÚMERO DE DOMICÍLIOS	DENSIDADE POPULACIONAL (HAB/KM ²)	ÁREA (KM ²)
Bairro do Pilar	CENSO 2010	3.856	1.136	2.776,20	1,06
	CENSO 2022	3.816	1.425	3.501,83	1,09
Vila São João	CENSO 2010	1.686	452	27.193,55	0,06
	CENSO 2022	1.680	579	27.409,60	0,06
Vila Olhos d'Água	CENSO 2010	892	234	16.952,05	0,053
	CENSO 2022	2.402	914	17.661,67	0,13

Fonte: Dados IBGE, trabalhados pela autora.

Diante do exposto, o resgate histórico do bairro do Pilar, articulado nos termos orientados pelo **Referencial Teórico** e proposto pelo **Caminho Metodológico** aqui adotado, permitiu identificar como o surgimento e as transformações deste território moldaram suas condições atuais. Ao mesclar o exercício da oralidade dos moradores com a análise de registros e fontes secundárias, torna-se possível compreender as forças estruturantes que definem suas especificidades, bem como dar início a uma mediação entre as informações apresentadas por este capítulo e a experiência vivida dos interlocutores da pesquisa.

Nesse contexto, cabe destacar a fala de um morador antigo, que afirmou: “A impressão que dá é que ‘eles’ estão nos encurralando. Mais dia, menos dia, vão soltar uma bomba falando: vamos tirar todo mundo daqui”³⁶. Essa declaração, que evidencia não apenas a constante pressão territorial à qual os moradores do Pilar estão submetidos, mas também a presença tácita de um agente externo indefinido e ameaçador (“eles”), sinaliza a importância de se considerar, a partir deste momento, também os modos de resistência e estratégias adotadas, que só podem ser plenamente apreendidos a partir de uma leitura qualitativa do território.

³⁶ Frase dita no contexto do meu Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Escola de Arquitetura da UFMG naquele mesmo ano.

Se, como aponta Yi-Fu Tuan (1974), “a consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar” (p. 114), então a “reconstituição do todo” (Santos, 2023, p. 15) fornece a base necessária para avançarmos em direção a uma abordagem mais centrada no indivíduo e em seu “mundo vivido”. Não por acaso, o capítulo seguinte, dedicado às **Unidades de Sentido**, foi reiteradamente evocado ao longo do histórico, comunicando sobre uma necessidade intrínseca ao processo de deslocar o olhar das análises diagnósticas e das caracterizações generalizantes para a experiência concreta dos moradores. Trata-se, portanto, de um aprofundamento, que visa complementar tudo o que foi exposto até aqui.

5. UNIDADES DE SENTIDO

Contar é muito dificultoso. Não pelos anos que já se passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas de fazer balancê, de se remexerem dos lugares. (...) Tem horas antigas que ficaram muito mais perto da gente do que outras, de recente data. O senhor mesmo sabe.

João Guimarães Rosa – Grande Sertão: Veredas

A construção das **nove Unidades de Sentido** que estruturam este capítulo resultou de um movimento interpretativo contínuo, no qual entrevistas, observações de campo e fatos históricos obtidos a respeito do bairro do Pilar, foram analisados de forma integrada. Esse processo possibilitou a identificação de núcleos de significado recorrentes nas informações levantadas, que se contradizem, se entrelaçam e, por vezes, também se tensionam, compondo uma leitura densa e articulada do mundo vivido do lugar.

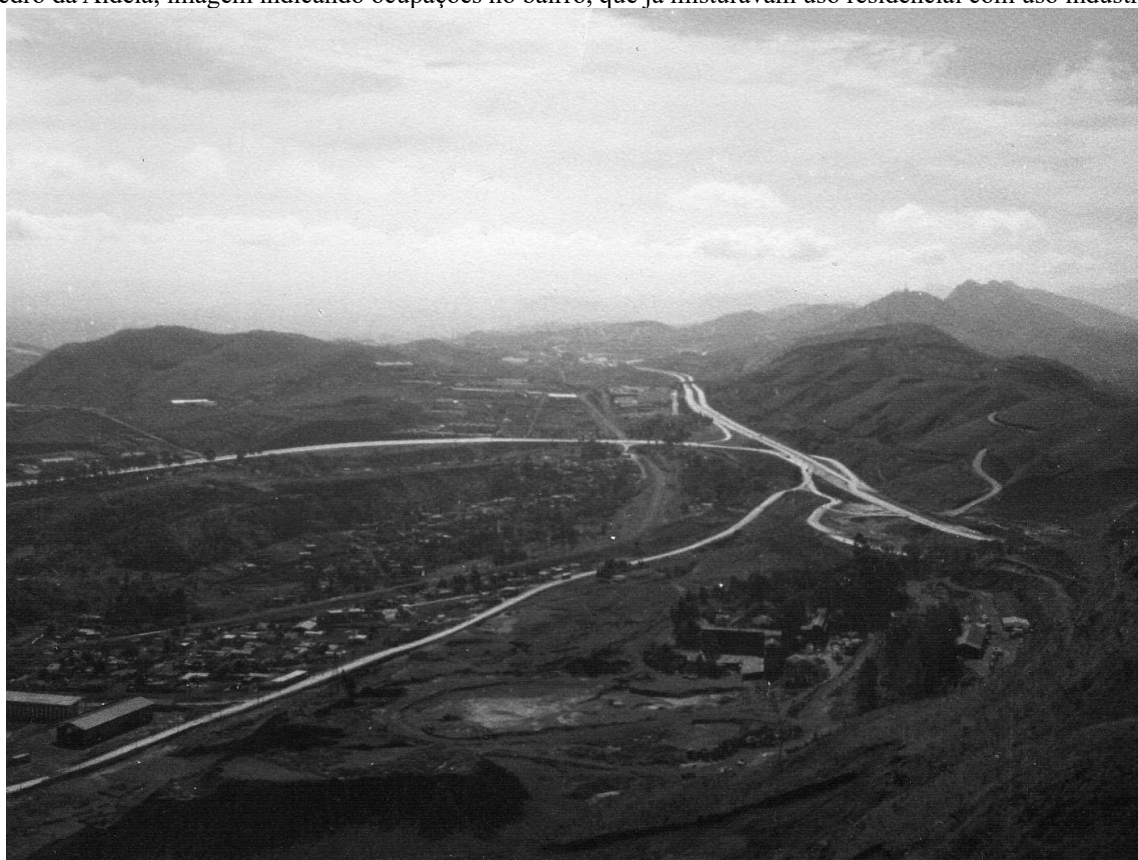
Aqui, as falas de moradores, devidamente transcritas e sistematizadas conforme indicado no **Capítulo 3**, são anunciadas entre aspas, seguidas do número da entrevista entre colchetes [0XX], e justapostas a informações históricas mais detalhadas sobre cada unidade de sentido, como uma ampliação do que foi apresentado no **Capítulo 4**. Ao longo do texto, determinadas palavras e expressões aparecem em destaque, funcionando como marcadores que orientam a compreensão dos diagramas de síntese apresentadas ao final de cada item. O objetivo é permitir a visualização, de forma integrada, as inter-relações entre as experiências individuais e coletivas, os fatos que conformam o lugar e as percepções atribuídas a ele.

As unidades de sentido analisadas são: **Mannesmann, Isolamento, Beira-linha, Mineração, Poder Público, Projetos Sociais, Campo de Futebol, Ausência de Futuro e Vínculos Comunitários**. A disposição das unidades segue uma ordem intencional, concebida de forma a entrelaçar os núcleos de significado identificados e construir uma narrativa contínua. Essa organização possibilita que cada unidade dialogue com as anteriores e introduza elementos que se desdobram nas seguintes, compondo um percurso analítico com início, desenvolvimento, e um movimento de continuidade que, longe de encerrar-se em um desfecho definitivo, visa manter abertas as possibilidades de novas interpretações e articulações sobre o lugar.

5.1 Mannesmann

A escolha metodológica de iniciar a história do bairro do Pilar a partir da chegada da Mannesmann, ainda na década de 1950, não é arbitrária. Trata-se da aplicação do método regressivo-progressivo, proposto por Lefebvre (1991), segundo o qual é preciso retornar ao momento originário de um processo para compreendê-lo em sua totalidade e projetar sua transformação. No caso do Pilar, a instalação da unidade de mineração da siderúrgica alemã representa esse ponto de regressão máximo adotado, que marcou o início da urbanização enraizada no beneficiamento de agentes privados por parte do poder público e na demanda por mão de obra. Esse marco inaugural, mais do que um dado histórico, reaparece com força na memória e na experiência dos moradores entrevistados como uma referência primeira da vida no bairro, ainda que já houvesse ali antes, uma ocupação de uso predominantemente rural e agrícola. A **Figura 31** abaixo, datada do ano de 1982, retrata em seu primeiro plano, a área de aproximadamente 650.000,00 m² concedida pelo então governador de Minas Gerais à Mannesmann, através da lei nº 1.655, de 28 de setembro de 1957.

Figura 31 – Em primeiro plano, área explorada pela Mannesmann no Pilar. À esquerda, delimitada pela rua São Pedro da Aldeia, imagem indicando ocupações no bairro, que já misturavam uso residencial com uso industrial.



Fonte: Acervo próprio.

A pertinência desse marco inicial foi reiteradamente confirmada ao longo do trabalho de campo. Mesmo 23 anos após sua saída do bairro, a Mannesmann surge nas entrevistas como uma memória viva, atravessando os relatos de forma transversal e profundamente imbricada à experiência do lugar. Foi precisamente com esses relatos que muitos dos fatos referentes à história foram narrados no **Capítulo 4**, condensando-se aqui, em uma unidade de sentido voltada a compreender como a presença da siderúrgica alemã é percebida e simbolizada pelos moradores entrevistados. Para todos, mesmo aqueles que chegaram nas décadas de 1970 e 1980, a história do bairro do Pilar começa com a Mannesmann não só por razões cronológicas, mas sobretudo por suas dimensões material e simbólica.

A **Figura 32** abaixo é mais um registro do emblemático letreiro que, assim como mencionado no capítulo anterior, foi um verdadeiro marco na paisagem do Pilar durante os 50 anos em que esteve ali.

Figura 32 – Letreiro da Mannesmann visto da BR-356, bairro do Pilar à direita (quando se chamava ainda Jardim das Camponesas), Serra do Curral ao fundo. Ano e autor desconhecidos.



Fonte: curraldelrei.blogspot.com/

“Quando eu me casei, eu vim para cá [*Pilar*], em 1977. Meus sogros trabalhavam na Mannesmann, construímos nos fundos da casa deles. Nossa vida era de muito sacrifício, não tinha asfalto, não tinha luz direito, não tinha água. Mas as coisas foram melhorando com o

tempo. Não me lembro as datas certas, mas eles [*a Mannesmann*] asfaltaram as ruas, deram água, deram luz” [006]. “Eu prestava serviço para a Mannesmann, carregando dia e noite caminhão de minério. Mas a gente conseguiu construir tudo aqui graças a isso. Tudo o que nós temos foi por causa desse trabalho suado com a Mannesmann” [005]. “Nosso começo foi bem sofredor, mas a Mannesmann ajudava bastante” [003], “eles forneciam luz, davam um tiquinho de água... ela chegava bem fininha na torneira de casa, mas dava para encher o filtro, lavar vasilha” [004].

Esses relatos apontam para uma substituição prática do papel do poder público pela presença da Mannesmann, especialmente nas primeiras décadas de ocupação do Pilar, quando o bairro ainda era conhecido como “Parque Jardim das Camponesas”. Para além de seu papel como empregadora de muitos moradores, a empresa assumiu frentes essenciais à vida cotidiana, oferecendo uma infraestrutura que ultrapassava os limites físicos de suas dependências. Ainda que algum nível de precariedade tenha sido sinalizado nas entrevistas, como no caso do apelido “Pito Aceso”, usado para se referir à iluminação pública que era fornecida, a assistência da Mannesmann aparece acompanhada também de diversas percepções de “um suporte que era muito bom” [004]. “A luz era tão fraca, que quando você ia passar roupa, caía a energia elétrica. Mas pelo menos tinha” [003].

Além dos serviços básicos, a Mannesmann foi também responsável por organizar parte significativa da vida cotidiana: escola para filhos de funcionários, quadra para a prática de esportes e até mesmo um banco que, mesmo sem ter a finalidade de atender ao público geral, beneficiava muitos moradores: “tinha um Banco Nacional³⁷ lá dentro [*da Mannesmann*], o que era muito bom porque a gente podia resolver um monte de coisas. Hoje em dia é uma das coisas que mais fazem falta por aqui” [015]. “A escola para os filhos de funcionários da Mannesmann também era muito boa, tinha gente que queria trabalhar lá, só para os filhos poderem estudar” [015].

Mais relatos que demonstram a importância desse suporte referem-se também à mobilidade urbana, extremamente limitada nos primórdios do bairro. Ainda que fortuitamente, a siderúrgica acabava organizando parte do transporte local, através da linha fretada para transportar operários de outras partes da cidade até sua unidade de mineração. Assim, era

³⁷ Conforme veremos adiante na unidade de sentido “Isolamento”, a ausência de agências bancárias no bairro do Pilar é apontada como um grande problema pelos moradores. O fato de existir uma unidade do Banco Nacional (1944-1995) dentro das instalações da Mannesmann, por onde os funcionários recebiam seus salários, é lembrado como algo que sinaliza a “piora” do bairro nos dias atuais.

comum que mesmo moradores que não trabalhavam na Mannesmann fizessem uso, dadas as relações de familiaridade com o lugar: “o motorista deles sempre me dava carona até a BR³⁸, porque não chegava ônibus nenhum aqui. Era uma ajuda muito boa” [003], “a gente acabava cortando caminho, porque era muito longe andar do bairro até o ponto de ônibus na BR” [006]. “Uma vez o motorista me viu mancando, eu tinha trincado o pé andando na rua. Ele me colocou no ônibus da Mannesmann e me levou até um hospital no [bairro] Santo Agostinho” [004]. “Esse ônibus ia e voltava ‘da cidade’ várias vezes ao dia, então ele muitas vezes estava vazio e a gente pegava carona. Depois que surgiu o 2004 [*linha de ônibus municipal*] que não precisamos mais” [012].

No que diz respeito às relações trabalhistas, interessou também a esta unidade de sentido compreender em que medida a associação da Mannesmann com a ditadura militar no Brasil, evidenciada pela pesquisa mencionada no **item 3.3** deste trabalho, *A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura*³⁹, teve ressonância no bairro do Pilar. A siderúrgica nunca chegou a esconder sua intimidade com o golpe de 1964, tendo sinalizado à época, em seu boletim de comunicação interna que, com o regime militar, surgia também “uma nova fase em sua vida administrativa” (Unifesp, 2023-2024, p. 69). O objetivo da empresa era coibir a ação de seus empregados sindicalizados, impedir eventuais greves e constranger qualquer tentativa de resistência às más condições de trabalho que se apresentavam.

No entanto, embora perguntados sobre as condições de trabalho observadas na unidade de mineração, não foram trazidos nenhum fato ou percepção que se relacionasse com um cenário de opressão. Pelo contrário, “quem trabalhava na Mannesmann era muito bem empregado. Era um dinheirinho muito bom, todo mundo queria trabalhar lá” [003]. “Eu saí porque queria trabalhar para mim mesma, mas fiquei oito anos no almoxarifado da Mannesmann” [003], “as relações de trabalho eram boas, ninguém enchia o saco. Era muito tranquilo” [004]. “A família da minha esposa já morava aqui, falaram que era um lugar bom para trabalhar e viemos do interior. Fui fichado na Mannesmann como operador de máquinas, fiquei 25 anos até me aposentar. O salário era bom, tinha convênio, tinha tudo” [005]. “A maioria das pessoas que trabalhavam lá não queria sair, muitos aposentaram na Mannesmann.

³⁸ A “BR” à qual a moradora se refere é a BR-356, que na época se chamava BR-3. Era dali que saíam os ônibus municipais que iam para outras partes da cidade.

³⁹ Até o presente momento, já foram encontradas e publicadas em Informe Público (CAAF/Unifesp, 2023/2024), diversas evidências de que a Mannesmann e demais empresas investigadas conspiraram e financiaram ações pró-golpe de 1964. Além de uma estreita relação com o governo ditatorial, que visava a obtenção de vantagens políticas, as empresas também são apontadas como responsáveis pela violação de direitos trabalhistas (como, por exemplo, o direito à greve), e de direitos humanos, tais como ameaças à integridade física de seus trabalhadores, aprisionamentos coercitivos e, até mesmo, tortura.

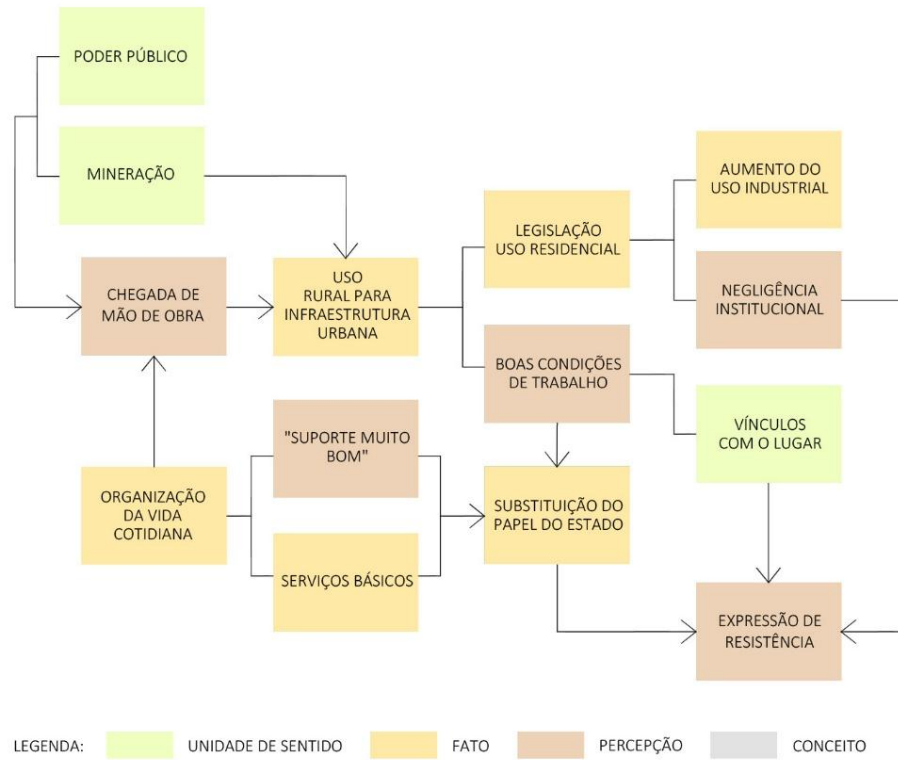
Quando eles [*a Mannesmann*] saíram do bairro, muita gente aposentou, não quiseram buscar outra colocação no mercado” [002].

A Mannesmann foi, portanto, na percepção dos entrevistados, uma referência de ordenação e apoio do lugar: articulava as dinâmicas de trabalho, fornecia a infraestrutura urbana necessária, garantia a circulação de pessoas, além de apoiar diversos funcionários na construção de suas casas. Esse protagonismo contribuiu para o subsequente crescimento industrial do Pilar, já que outras empresas passaram a se beneficiar da infraestrutura previamente instalada, ainda que em desacordo com a legislação municipal, que classificava o bairro como exclusivamente residencial (ZR-3).

Dessa forma, mesmo entre aqueles que chegaram alguns anos depois, a Mannesmann aparece como fundadora de um modo de vida que funde uso industrial e uso residencial com a própria experiência de lugar. A memória evocada pelas conversas, marcada por uma mistura de nostalgia pelo passado, reconhecimento do esforço pessoal de cada um e consciência da falta de alternativas viáveis, revela como a urbanização ali se deu sob forte dependência de uma lógica empresarial privada, em detrimento de uma atuação sistemática do poder público. Tais noções serão deflagradas também pelas próximas unidades de sentido, como um aspecto definidor do mundo vivido do bairro do Pilar.

É possível afirmar então que a forma imperiosa com a qual o capital industrial e minerário buscou a dominância do Pilar neste contexto histórico encontrou respaldo, entre outras coisas, na negligência institucional para operar em função de sua própria lógica produtiva, ditando uma propensão que se repetiria ainda muitas vezes nos anos seguintes, até os dias de hoje, quando esta pesquisa se deflagra. Ainda assim, a conformação do lugar revela também práticas cotidianas de apropriação, pertencimento e cuidado, que remontam a uma percepção de passado onde o trabalho e a luta cotidianas não se reduzem apenas à exploração da mão de obra. As percepções evocadas sobre este tempo falam também sobre uma sensação de pertencimento e amparo que associados, à história pessoal e coletiva dos moradores entrevistados, geram sentimentos nostálgicos entre eles. “Foi um tempo muito bom quando tinha a Mannesmann aqui” [005]. É nesse entrelaçamento entre subordinação estrutural e criação de sentido cotidiano, onde vínculos com o lugar são estabelecidos, que se expressa, de modo particular, a resistência inscrita na vivência do bairro do Pilar. A **Figura 33** a seguir ilustra a unidade de sentido Mannesmann.

Figura 33 – Diagrama unidade de sentido Mannesmann.



Fonte: Elaboração própria.

5.2 Isolamento

A localização do bairro do Pilar, no limite do município de Belo Horizonte, entre duas regionais administrativas distintas e comprimida entre a Serra do Curral e as estruturas de mineração operadas pela Vale, produz especificidades que moldam as percepções de seus moradores, configurando-se aqui, uma unidade de sentido própria. Ainda que, em um primeiro momento, o desenvolvimento urbano preconizado ali tenha se dado graças à abundância de minério e ao posicionamento estratégico em relação à mina do Mutuca, sua condição restrita e limitada por grandes barreiras físicas contribuiu para uma forma de isolamento que intensifica sentimentos de invisibilidade, negligência institucional e apartação do bairro em relação ao restante da cidade. A **Figura 34**, apresentada a seguir, ilustra esta “compressão” entre a Serra (adiante na foto) e o Terminal Olhos d’Água (à direita na foto).

Figura 34 – Imagem de drone do bairro do Pilar, TOD e vila São João à direita, Serra do Curral ao fundo.



Fonte: Grupo Facebook Pilar/Olhos d’Água (2023)

Assim, o título dessa unidade de sentido se manifesta em múltiplas dimensões. O isolamento geográfico, marcado por características físicas que limitam deslocamentos e fluxos cotidianos, não apenas restringe a mobilidade dos moradores, como também contribui para aprofundar um sentimento de apartação em relação à cidade. As barreiras materiais se convertem em elementos que reforçam experiências de um isolamento que é também simbólico e social, fomentando a percepção de injustiça e exclusão a um contexto urbano mais amplo. Falas como “o grande problema desse bairro é que só tem uma rua de acesso” [003] e “estamos

apartados da cidade pelo TOD” [007] ilustram como a limitação geográfica se transforma em um ponto de partida para a sensação de marginalidade e invisibilidade, sentimentos que se reverberam em outras unidades de sentido que serão analisadas neste capítulo. Esses sentimentos são ainda reforçados pela percepção de segregação política do bairro em relação a processos ocorridos na mesma região, como por exemplo, “nunca fomos consultados sobre o projeto do parque linear, a consulta pública se restringiu somente ao Belvedere e Vila da Serra”⁴⁰ [007].

Nesse contexto, a reflexão de William J. Mitchell⁴¹, de que “geografia é destino, ela constrói representações de clareza nítida e muitas vezes brutal” (1996, p. 10) ilumina o conceito de “fardo da geografia” de Robins (1997), ao evidenciar como a dimensão material do lugar condiciona as práticas e experiências sociais vivenciadas ali. Algumas falas dos moradores reforçam essa percepção: “Eu só saio do bairro para ir à minha igreja, lá no [bairro] Floresta, no mais eu fico em casa mesmo” [12]; “às vezes eu vou para o sítio do meu filho, fico lá uns dias e pronto, mais nada, não saio do bairro” [004]; “eu tenho carro próprio, então acabo saindo para ir ver minha mãe no [bairro] Jardim Vitória, mas se eu dependesse de ônibus, ia ficar só aqui” [010]; “minha mulher fica em casa, meus filhos já casaram, ficamos só ela e eu dentro de casa. Eu saio para fazer compras e ela fica dentro de casa” [001].

Tais frases revelam um cotidiano marcado por deslocamentos seletivos e rotinas restritas, quase sempre motivados por necessidades específicas e circunscritas aos limites do bairro. Mesmo aqueles que precisam sair, seja para trabalhar, ou para estudar, expressam as dificuldades inerentes a essa mobilidade: “eu trabalho no centro [de BH], tem dias que a saída do bairro agarra tanto que eu não consigo chegar” [011]. Assim, o “fardo da geografia” manifesta-se não apenas como uma demarcação física, mas como um fator que estrutura o cotidiano, as interações e possibilidades de circulação, reforçando também o isolamento simbólico que caracteriza a experiência coletiva e o mundo vivido do Pilar.

⁴⁰ A fala do morador se refere ao “Parque Linear Ramal Águas Claras”, que tem o objetivo de promover a requalificação urbana do terminal ferroviário Águas Claras, ao longos dos 5,2 km correspondentes aos bairros Belvedere (Belo Horizonte) e Vila da Serra (Nova Lima). O projeto prevê trilhas, cicloviárias, espaços para cães, pistas de skate, quadras, anfiteatro e infraestrutura de apoio, visando a criação de um corredor verde e a proteção da flora e fauna. No entanto, o trecho desativado entre os bairros do Pilar e Olhos d’Água não fazem parte do projeto, não sendo sequer mencionado nas diversas consultas populares e audiências públicas sendo realizadas a este respeito. Fonte: Instagram @parquelinearbh

⁴¹ William J. Mitchell (1944-2010) foi um arquiteto e teórico urbano australiano, professor do Massachusetts Institute of Technology (MIT), que investigou a integração de tecnologias digitais no espaço urbano, antecipando conceitos que mais tarde se tornariam centrais nas chamadas *Smart Cities*. Embora seu campo de pesquisa fosse mais específico e distante do abordado aqui, seu conceito de uma “nova política do otimismo” foi utilizado também por Kevin Robins e Doreen Massey para falar sobre a superação de limite sociais e espaciais

No entanto, ainda que os moradores entrevistados reconheçam os efeitos dessas barreiras geográficas, muitos enfatizam também que o isolamento percebido não decorre exclusivamente das condições estruturais do lugar. Ele se intensifica também pela falta de vontade política e negligência institucional, que resultam em ausência de serviços e infraestrutura urbana, e ampliam a sensação de exclusão da cidade. “Tem que ir lá no [*bairro*] Bethânia se quiser ir ao banco, e tem que sair de casa com tempo, porque se o Anel [*Rodoviário*] estiver engarrafado, você não consegue resolver o que tem que fazer” [003], mas a verdade é que “nenhum banco vai querer se instalar aqui no bairro, porque só tem uma entrada e saída” [006]. “Tentaram abrir uma casa lotérica certa vez, mas teve tanto assalto que saíram do bairro, agora quando a gente precisa resolver problema, tem que caçar banco ou lotérica longe daqui” [002].

Além das barreiras físicas e institucionais, a própria dinâmica econômica do bairro contribui para o isolamento percebido pelos moradores. A alta concentração de indústrias, marcada por uma atuação empresarial sólida e longeva, não apenas reforça essa sensação, como também é apontada como uma das responsáveis por esse cenário. “Eles podiam investir em um novo acesso para o bairro, seria bom para eles e melhoraria o trânsito aqui, que é caótico. Se tombar uma carreta na rua [*São Pedro da Aldeia*], trava tudo, não entra, nem sai ninguém” [012], “era só juntar todos os donos de galpão aqui, fazer um novo acesso, e pronto. Não entendo esse desinteresse, melhoraria a vida deles também” [006]. Essas falas evidenciam como os fortes fluxos industriais ali presentes intensificam a vulnerabilidade da infraestrutura, onde a circulação cotidiana dos moradores é fortemente atravessada pela lógica produtiva das empresas ali presentes.

Nesse contexto de percepções sobre a responsabilidade também do empresariado local, a mineração exerce um papel ainda mais decisivo: a Vale detém o controle do acesso de uma via alternativa que, segundo moradores, poderia reduzir significativamente o isolamento geográfico do Pilar em relação ao Barreiro, regional administrativa à qual o bairro pertence. “A maior briga da associação [*de moradores*] é pra Vale liberar o acesso da via que poderia nos conectar diretamente ao Barreiro, sem precisar passar pelo Anel Rodoviário. Isso melhoraria muito a dinâmica do bairro, uma nova entrada/saída aumenta as possibilidades para todo mundo aqui e desafoga a rua São Pedro da Aldeia, atualmente sobrecarregada” [007] (**Figura 35**).

Figura 35 – Rua São Pedro da Aldeia – única via de acesso ao bairro do Pilar, tirada às 11h de uma sexta-feira.



Fonte: Acervo próprio.

O conflito com a mineração para promoverem a abertura da via em questão remonta de desde a atuação da MBR, quando essa alternativa havia sido uma das promessas de contrapartida para a população do bairro do Pilar, conforme ilustra a **Figura 36** a seguir. O recorte do jornal “Tribuna de Contagem”, cedido por um morador e que traz diversas informações mencionadas até o momento por esta pesquisa, ilustra uma matéria dos anos 2000⁴², quando a Associação de Moradores atuante naquele momento já se mobilizava em torno desse isolamento. Na sequência, a **Figura 37** ilustra a via alternativa bloqueada pela mineradora, que contorna os limites do TOD, e que poderia, se liberada, conectar a Rua Nilópolis (que atravessa a o bairro do Pilar e a Vila São João) diretamente ao Barreiro. Atualmente, não existe conexão direta entre o Pilar e os demais bairros da regional, e os moradores atribuem à empresa a responsabilidade por essa barreira. “Apesar da nossa briga, a Vale não libera o acesso. Atualmente, é ela quem mais nos isola do restante da cidade” [007].

⁴² O recorte fornecido pelo morador não possui a data indicada, porém é possível estimar algo entre 2005 e 2008, uma vez que a matéria menciona que as contrapartidas da MBR aconteceram “há mais de 13 anos”.

Figura 36 – Recorte do jornal Tribuna de Contagem, ano exato desconhecido.



Fonte: Acervo próprio.

Figura 37 – Rua (sem nome) que contorna todo o TOD, de acesso restrito pela Vale.

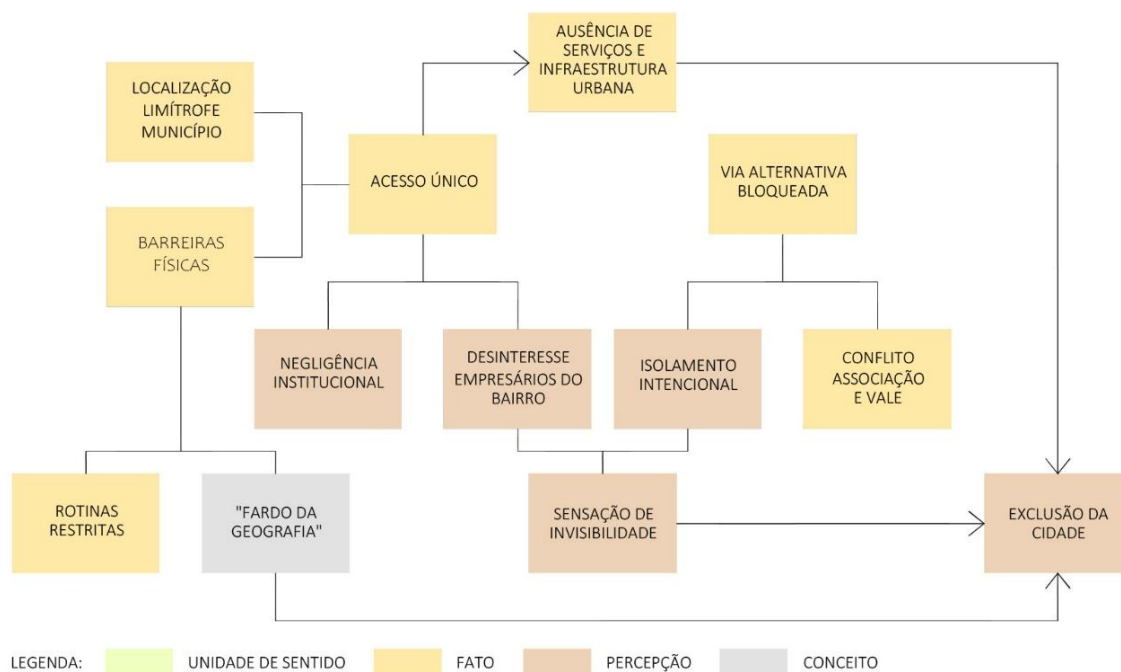


Fonte: Google Fotos

Assim, o isolamento ao qual esta unidade de sentido se refere, para além de incorporar o “fardo da geografia”, carrega também os interesses de determinados agentes que, por meio de estratégias cotidianas e decisões diligentes, negocia e condiciona a forma como o lugar é vivido e percebido. Aqui, os pilares da identidade do lugar, na perspectiva de Relph, forma, atividade e sentido, se articulam de maneira indissociável, embora nem sempre influenciem o sentido de lugar de maneira simétrica. Enquanto barreiras físicas (forma), bloqueios de acesso e decisões externas comprimem e reorganizam o lugar, os moradores se veem compelidos a implementar modos de uso, vínculos sociais e restrições de deslocamento (atividade), que revelam uma forma de resistência pragmática, capaz de preservar a centralidade do lugar em suas próprias experiências e narrativas (sentido) e superar a sensação de injustiça que os atravessa.

Nesses termos, o isolamento do bairro do Pilar não se reduz a uma condição imposta puramente por sua geografia, notadamente marcada por barreiras naturais, ou pela sua localização, que não se revela aqui como uma condição necessária ou suficiente do lugar” (Cresswell, 2004, p. 22). Ele se configura como uma tensão contínua entre limitações estruturais e práticas cotidianas, na qual se manifesta, como nomeia Massey (2005), o “estar-juntos-por-acaso”: uma condição que exige, simultaneamente, negociação e invenção contínuos. A **Figura 38** a seguir sintetiza as ideias abordadas acerca deste isolamento.

Figura 38 – Diagrama unidade de sentido isolamento.



Fonte: Elaboração própria.

5.3 Beira-linha

A conformação da beira-linha enquanto uma unidade de sentido no Pilar teve início em 2003, quando aproximadamente oito quilômetros do Ramal de Águas Claras foram desativados entre os bairros do Pilar e do Belvedere, em Belo Horizonte. Segundo moradores, após o esgotamento da antiga Mina de Águas Claras, operada até então pela MBR, houve um “verdadeiro descarte” [002] do trecho ferroviário por parte dos órgãos competentes, a partir do qual “começaram a saquear os dormentes e ninguém veio reclamar” [002]. Ainda que especulativa, essa percepção já revela uma possível omissão por parte do poder público na gestão do terreno que, conforme ilustra a **Figura 39** abaixo, passou a ser tomada por entulhos e descartes clandestinos.

Figura 39 – Parte da área da beira-linha em 2013, ainda por ser ocupada.



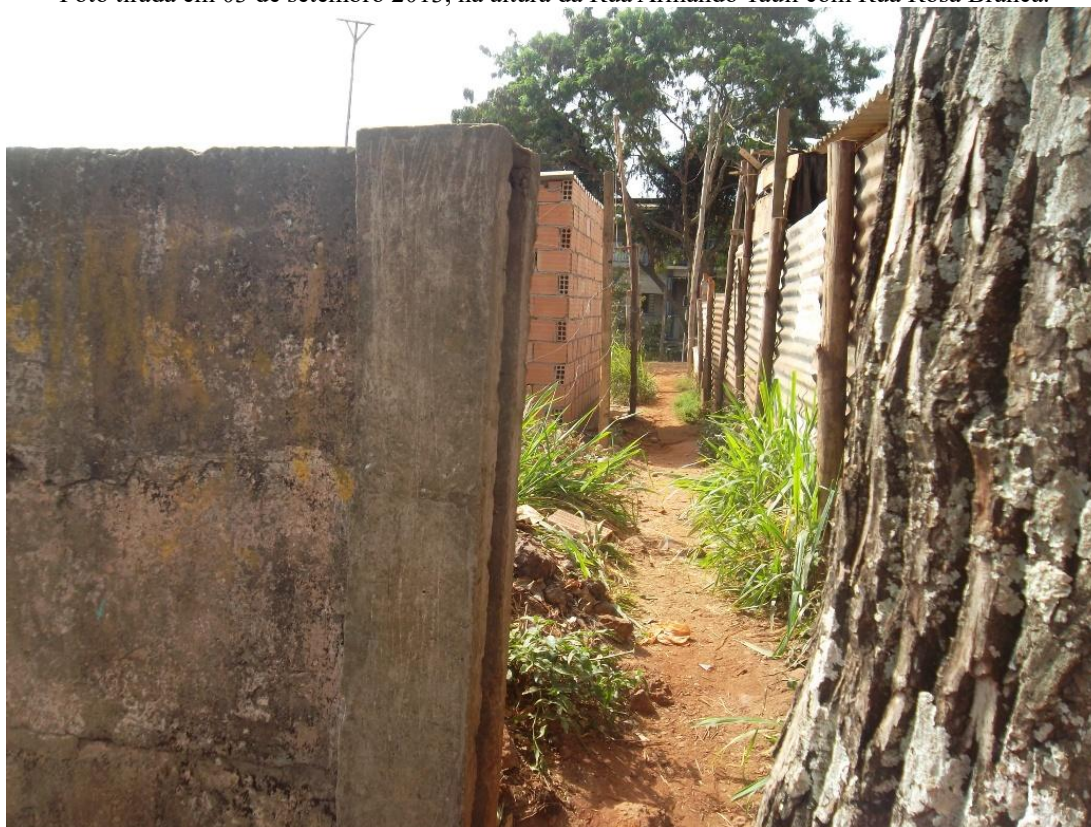
Fonte: Elaboração própria.

Conforme mencionado pelo **item 4.3**, referente à forma como se deu a desativação da linha do trem e subsequentes tratativas relacionadas à sua titularidade, as decisões tomadas à época não foram acompanhadas de justificativas públicas, nem tampouco comunicada à população local. Ao serem perguntados sobre o período entre a desativação da linha e o início das ocupações, os moradores entrevistados demonstram desconhecimento sobre o que se passava. “Disseram que ia passar o Rodoanel, depois falaram que ia ser o trem metropolitano” [004], “podia ser mais um acesso pro bairro” [005] e “ia ser uma avenida, mas nunca vi nada” [012] foram algumas das falas obtidas sobre o que se sabia a respeito da destinação do terreno.

A única menção a uma possível presença institucional veio de uma moradora que recorda: “vi umas pessoas que falaram que eram da Caixa [*Econômica Federal*] andando por aí, mas nunca mais voltaram. Vamos morrer sem ver tudo isso acontecer, essas coisas só existem no papel” [004], conclui.

Foi por volta de 2013 que começaram a surgir as primeiras construções que vieram a conformar a beira-linha da forma como é conhecida hoje. “Quando vieram lá atrás, há uns dez anos, eram uns barracos de madeira, umas casas sem reboco... agora arrumaram, tem muito apartamentinho bem-acabado” [002] é uma das falas que ilustram o caráter gradual e progressivo da ocupação que, embora tenha começado há mais de 10 anos, não parece dar sinais de esgotamento. “Ali tem depósito, tem salão, tudo que você pensar tem nessa beira-linha” [006], demonstrando que se trata de um desenvolvimento em pleno processo de conformação. As **Figuras 40** e **41** a seguir datam de 2013 e ilustram uma beira-linha ainda incipiente, com barracos construídos com alvenaria sem reboco, fechamentos em telha metálica e sobre chão de terra. As delimitações dos “lotes” também eram improvisadas, valendo-se de pequenos tocos e mourões de madeira.

Figura 40 – Primeiras casas construídas na antiga Linha Férrea do Ramal Águas Claras. Foto tirada em 03 de setembro 2013, na altura da Rua Armando Tauil com Rua Rosa Branca.



Fonte: Acervo próprio.

Figura 41 – Área da beira-linha em 2013: o chão era de terra batida, com "muros" feitos em telhas e delimitações de área feitas em mourões de madeira.



Fonte: Elaboração própria.

As origens desta ocupação, contudo, nunca foram plenamente esclarecidas, havendo entre os moradores entrevistados, opiniões divergentes sobre como o processo teve realmente início. Alguns afirmam que se tratou de uma invasão articulada por agentes externos, o que teria configurado “uma desvantagem nossa, pois em vez do pessoal daqui mesmo invadir, veio gente de fora, veio muito mau elemento” [006]. Por outro lado, há moradores que afirmam conhecer pessoas de dentro do próprio Pilar que teriam se adiantado na construção de casas sobre a antiga linha férrea, como uma forma de “se anteciparem” [009] a um processo que, para muitos, seria “inevitável” [003].

Essa última hipótese ganhou força em um depoimento de um morador, cuja casa faz limite com o terreno da linha: “Me falaram [*um morador ou moradora do Pilar*] para esticar meu muro para cima da linha, porque já iam fazer isso de qualquer jeito. Então eu me antecipei e aumentei meu terreno” [009]. Outros entrevistados também relataram conhecer moradores locais que protagonizaram a ocupação. “Queriam conseguir documento igual foi na Vila São João”⁴³ [005] comentou um deles, fazendo referência ao histórico local de invasões e acesso

⁴³ A fala se refere ao trabalho realizado pelo Serviço de Assistência Judiciária da PUC Minas que, nos anos 1990, atuou junto à população da Vila São João para garantir a titularidade de diversos imóveis. O trabalho, encabeçado pelo professor e advogado Fábio Alves dos Santos, é lembrado até os dias de hoje como um marco nas conquistas

informal à terra. “Teve gente cheia de dinheiro que invadiu para vender. Alguns moradores que viviam no bairro de aluguel compraram lote lá, de gente querendo lucrar com quem não tem onde morar” [003]. “Muita gente saiu do aluguel com a beira-linha, vendiam ‘lotes’ com entradas de R\$10.000 e pessoas que já moravam no Pilar e Olhos d’Água, fizeram essa troca” [004].

Mesmo entre aqueles que acreditam que a ocupação tenha sido iniciada por moradores do próprio Pilar e os que defendem que a mesma foi fruto da ação de agentes externos, parece haver um consenso quanto ao estigma associado às invasões. Independentemente da origem, muitos relatam que a conformação da beira-linha trouxe impactos negativos, sintetizados na percepção de que “acabou com a nossa liberdade de andar por aqui” [004]. “O bairro ficou muito mais violento⁴⁴”, “antes você podia dormir com a porta aberta, agora é só gente de fora que está aqui” [003]. “Tem muita gente fumando droga onde que era a linha” [005], porque “pessoas que tinham uma índole meio errada foram pegando os pedaços maiores e vendendo para qualquer um, virou favela mesmo” [006], “ficou perigoso demais depois dessa invasão” [007]. Essa percepção, de perda da segurança e ameaça eminente diante do desconhecido, dialoga com a perspectiva de Cresswell (2005) para quem “estamos dispostos a proteger o nosso lugar contra aqueles que não pertencem, e frequentemente somos nostálgicos pelos lugares que deixamos” (p. 21). No Pilar, essa lógica aparece de forma evidente nas falas sobre a ocupação da beira-linha, em que a memória de “tempos em que a vida era boa” [004] é contraposta à realidade atual, marcada por insegurança, fragmentação social e pela sensação de perda irreparável do bairro enquanto um lugar de pertencimento.

Assim, a ocupação da beira-linha segue avançando progressivamente sem qualquer interferência externa, transformando-se em uma área residencial cada vez mais densa e estruturada, com comércios locais e serviços voltados, sobretudo, à construção civil (**Figuras 42 e 43**). As casas, além de maiores, passaram a destoar, na percepção dos moradores entrevistados, em termos de robustez e padrão de acabamento. “Para você ter uma ideia, as construções lá estão melhores que as ‘oficiais’ do bairro. Estão todas com acabamento, estão subindo mais alto, cada hora que você vai, tem uma casa com um andar a mais” [002].

dos direitos dos moradores locais, que afirmam que muitas famílias se mudaram do bairro do Pilar para a Vila São João na época, apenas “para conseguir documento” [14]. “Teve gente que só atravessou a rua e foi ‘para o outro lado’, não foi uma mudança muito grande para conseguirem a escritura da casa” [015].

⁴⁴ Quando questionados sobre episódios de violência, os entrevistados dizem nunca ter visto ou presenciado nada do gênero, apenas “ouvem falar”. Isso, associado ao estigma trazido pela ocupação da beira-linha, talvez remonte mais à percepção de aumento da violência, do que a um histórico de violência propriamente dito.

Figura 42 – Beira-linha, novembro de 2024.



Fonte: Acervo próprio.

Figura 43 – Beira-linha, novembro de 2024.



Fonte: Acervo próprio.

Essa distinção entre “casas oficiais do bairro” e as “casas da beira-linha” é constantemente reiterada ao longo das entrevistas, revelando que a ocupação acentuou, para muitos moradores do Pilar, a já antiga sensação de isolamento e esquecimento experimentada

por eles. Conforme abordado pela unidade de sentido anterior (**item 5.2**), essa percepção de invisibilidade não emerge apenas da localização e acesso limitado ao bairro, mas também de uma história mais ampla e enraizada de negligência institucional. A falta de investimentos em infraestrutura urbana, a precariedade dos serviços disponíveis e a constante omissão do poder público na condução de processos decisórios que afetam diretamente o Pilar, servem para alimentar a percepção de que “fazem vista grossa para tudo que acontece aqui” [015], “mas quando é época de eleição, vem os políticos e fazem umas coisinhas para enganar os bobos” [005]. Outra percepção recorrente entre alguns entrevistados, refere-se à uma suposta irreversibilidade da beira-linha: “Se a Prefeitura tivesse tomado conta, essa invasão não estaria assim, agora não tem mais o que fazer. Não tem como expulsar ‘essa gente toda’, antes teria sido mais fácil” [002].

Essas condições históricas de desamparo possivelmente estruturam a forma como os moradores do Pilar experienciam a unidade de sentido da beira-linha e, especialmente, como interpretam a presença e o valor das casas construídas ali. Em contraste com suas próprias moradias, pelas quais pagam IPTU, água, luz e outros serviços, muitos expressam um sentimento ambíguo: por um lado, há indignação pela desigualdade entre as condições de cada um; por outro, há uma espécie de admiração enviesada pela aparente vantagem de morar de forma irregular, como se uma brecha no sistema tivesse sido explorada para tirar proveito do abandono do bairro. “Quem não vai querer, né? Uma casa que não paga água, não paga luz, não paga nada. E a gente que paga IPTU⁴⁵ não consegue levantar nem um tijolo sem autorização” [005], “então os invasores têm mais liberdade que a gente que comprou e pagou. Eles não têm esse problema, podem investir e fazer coisa chique” [002]. “Se os vizinhos aqui da frente (**Figuras 44 e 45**) quiserem, eu troco de casa com eles e vou morar na beira-linha” [005].

⁴⁵ As referências ao Imposto Predial e Território Urbano (IPTU) são bastante recorrentes nas falas dos moradores do bairro do Pilar, representando não apenas uma insatisfação tributária, mas uma forma de percepção política cotidiana. Nesse contexto, o imposto é tomado como símbolo de injustiça, expressando sentimentos de desigualdade e desamparo diante do Estado.

Figura 44 - Embora as casas representadas na imagem possuam acesso pelo Pilar, estão construídas sobre a área da beira-linha. É a elas que o morador se referiu como sendo "superiores" à sua casa.



Fonte: Acervo próprio.

Figura 45 - Afastamento entre as casas da beira-linha que dão passagem para pedestres acessarem o Pilar. Essas conexões em becos estreitos se repetem ao longo de todo o limite entre eles.



Fonte: Acervo próprio.

No entanto, apesar de muitos moradores descreverem as moradias da beira-linha como sendo “casas boas” [013] e esteticamente superiores às suas, este entendimento não parece referir-se à sua qualidade material propriamente dita, mas sim, à uma percepção de liberdade frente aos controles e exigências formais que parecem incidir apenas sobre aqueles que “fazem tudo certo” [006] e, ainda assim, seguem sendo excluídos do reconhecimento institucional. Nesta dinâmica, a precariedade não é apenas uma condição física, expressa formalmente na arquitetura de suas casas, e sim, uma experiência vivida em diversas camadas, onde desigualdade, invisibilização e, até mesmo, um certo grau de ressentimento, parecem condicionar a dicotomia entre o desejo de pertencimento e a vivência da exclusão, reiterando a noção do lugar enquanto campo de disputa e resistência.

Vale ressaltar ainda que, mesmo diante de todo o exposto, não foram identificados nenhum conflito aberto, ou embate direto entre moradores da beira-linha e de nenhum dos lados do bairro do Pilar. “Nunca tivemos problema, nunca tivemos nada, então não tem como reclamar” [004]. As interações entre vizinhos parecem pautadas pela ausência de confrontos, onde “ninguém se mete na vida de ninguém, ficam eles lá, e a gente cá” [011], mas também

pela ausência de articulações significativas ou integração de ideias entre os moradores. Esse distanciamento reflete-se não só na ausência de novos vínculos afetivos, como também na forma como laços mais antigos também acabam por se verem diluídos. “A gente perde aquele contato que tinha de primeiro” [006], “meus vizinhos [*do Pilar*] são todos muito bons, mas eu não consigo visitar eles o tempo inteiro como fazíamos antes” [003].

Esse enfraquecimento das relações não se limita apenas à oposição “nós” versus “eles” trazida pela conformação da beira-linha enquanto um território invasor, mas atravessa também os vínculos históricos estabelecidos no bairro do Pilar ao longo das décadas de seu desenvolvimento. Os moradores entrevistados expressam em suas falas, uma progressiva fragmentação das dinâmicas cotidianas que outrora sustentavam formas mais densas de convivência e pertencimento, simbolizada no momento presente pela morte, ou pelo adoecimento de figuras de referência comunitária mais antigas. “Nós passeávamos muito, mas agora eu tenho que cuidar da minha mãe” [004], “não tenho muito tempo pra ficar saindo por aí, a gente está velho” [003] e “eu quase não conheço mais ninguém no bairro, os mais antigos morreram” [006] são algumas das falas ditas para justificar a ausência de interesse em seguir nutrindo os vínculos afetivos e sociais que, por muitos anos, constituíram a experiência de morar no Pilar.

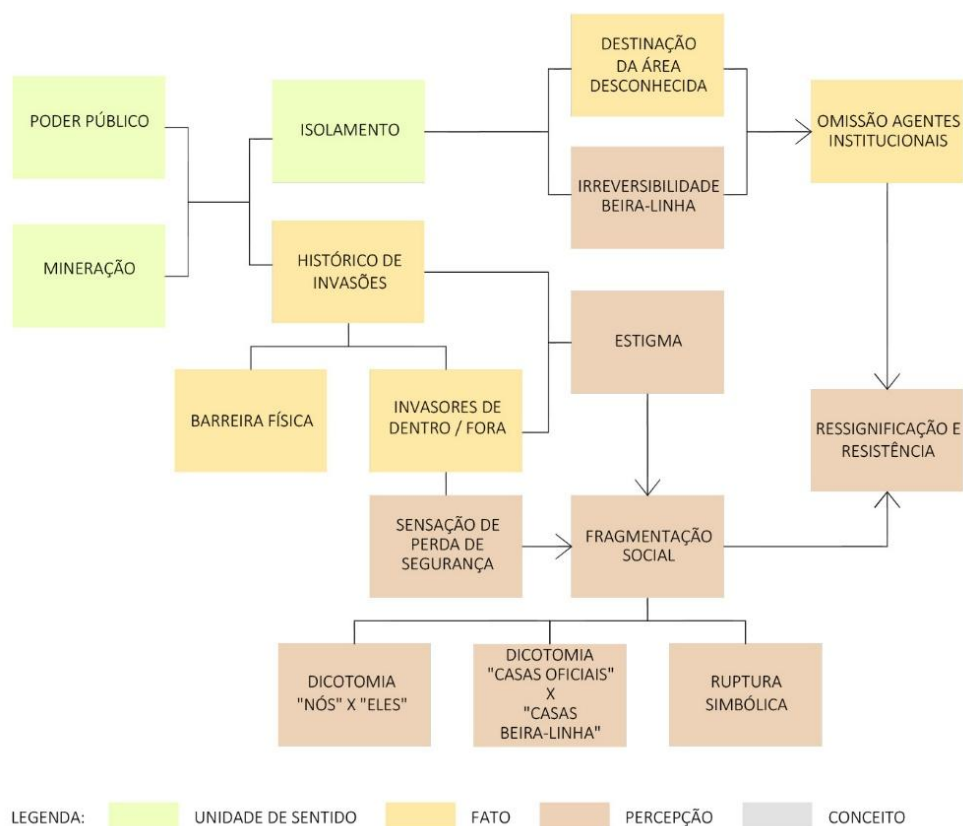
Assim, a conformação da beira-linha enquanto uma unidade de sentido ilustra desafios para a construção de uma identidade coletiva mais coesa e para a capacidade do lugar de se mobilizar politicamente em torno de demandas comuns, fato este que será abordado novamente pela unidade de sentido “Vínculos comunitários e com o lugar”. No entanto, o seu exame ampliado no contexto da beira-linha, revela camadas significativas da experiência vivida no bairro do Pilar, marcando uma ruptura simbólica nas formas de pertencimento e organização do lugar. Embora a linha férrea já representasse uma segregação consolidada na paisagem, o que antes era percebido como uma barreira física, porém permeável, transforma-se agora em um limite ainda mais concreto, carregado de sentimentos de espoliação e desgosto. “Antes a gente ia andando pela linha do trem até chegar no Cardoso [*bairro do Barreiro*] para visitar meu irmão. Era uma farra, gente fazia sanduíche para ir comendo no caminho, eram horas de caminhada com a família inteira até chegar lá. Agora não tem como passar” [004], “eu nem sei se tem jeito de caminhar por aí mais, a gente já não faz isso há muitos anos” [005].

Nesse contexto, é importante ressaltar que a ausência de conflito aberto entre moradores não deve ser confundida com coesão social: trata-se, antes, de uma convivência pautada pelo distanciamento, pela suspensão das trocas e pela ameaça exercida por “atividades e formas de

vida humana e cultura que ameaçam a distinção regional e baseada no lugar” (Cresswell, 2004, p. 18). Essa dinâmica, aqui evidenciada pela materialidade inescapável da beira-linha, conecta-se às demais experiências relatadas pelos moradores do Pilar, indicando como as disputas, tanto entre agentes, quanto nas narrativas sobre o lugar, estruturam o cotidiano do bairro. Ao mesmo tempo, é nesse campo de tensões que se abrem possibilidades de resignificação e resistência, oferecendo uma base analítica para compreender as unidades de sentido seguintes.

A **Figura 46** a seguir sintetiza os elementos centrais expostos por esta unidade de sentido.

Figura 46 – Diagrama unidade de sentido beira-linha.



Fonte: Elaboração própria.

5.4 Mineração⁴⁶

A instalação da unidade de mineração da Mannesmann no Pilar foi favorecida não apenas pela localização estratégica, próxima à rodovia de acesso a outros estados do Brasil e da Mina da Mutuca, de onde a matéria-prima chegava via teleférico para beneficiamento, mas também pela abundância de minério em pó presente no próprio bairro, insumo básico para a produção siderúrgica que era realizada no Bairro das Indústrias. Na década de 1970, a chegada da MBR consolidou ainda mais a atividade minerária realizada ali, estabelecendo as bases que hoje correspondem à operação da mineradora Vale: o minério, extraído da mina da Mutuca em Nova Lima, chega ao Terminal Olhos d'Água (TOD) por meio do sistema de correias subterrâneas TCLD, de onde é escoado⁴⁷. As **Figuras 47, 48 e 49** a seguir ilustram esses elementos.

Figura 47 –Terminal Olhos d'Água (TOD) visto desde o Anel Rodoviário, altura do bairro Olhos d'Água.

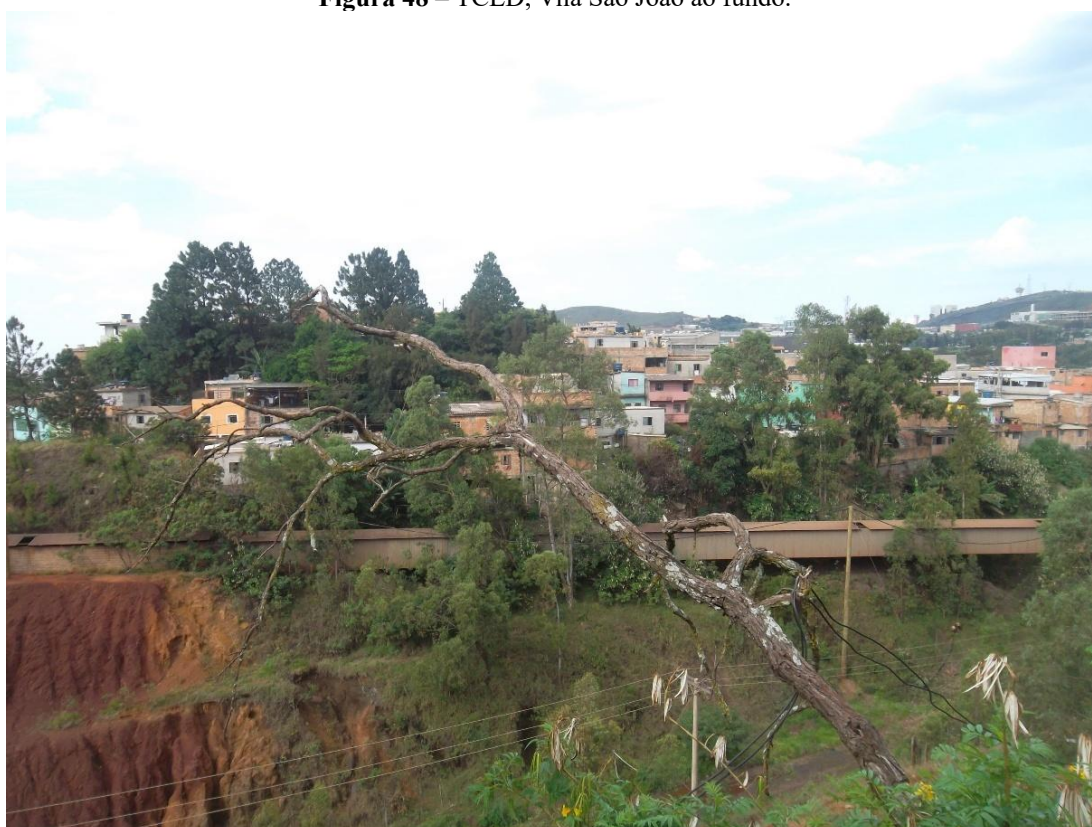


Fonte: Acervo próprio.

⁴⁶ As entrevistas foram conduzidas sem a menção direta aos nomes MBR ou Vale nas perguntas, justamente para observar como os moradores se refeririam, espontaneamente, à atividade mineradora presente no bairro. Nas respostas, os dois nomes apareceram de forma alternada, ora MBR, ora Vale. Sempre que isso ocorre, compreendemos que ambos dizem respeito à mesma estrutura operacional, atualmente operada pela Vale, que engloba o sistema de correias subterrâneas (TCLD) e o Terminal Olhos d'Água (TOD), implementados originalmente pela MBR na década de 1990.

⁴⁷ Até o início dos anos 2000 havia ainda a linha férrea, que desempenhava a mesma função trazendo o minério para beneficiamento proveniente da mina de Águas Claras. Esse sistema nunca chegou a ser operado pela Vale, ficando a cargo apenas da MBR. O mesmo foi encerrado quando do esgotamento da mina, conforme elucidado no Capítulo 4.

Figura 48 – TCLD, Vila São João ao fundo.



Fonte: Acervo próprio.

Figura 49 – escoamento de minério beneficiado no bairro do Pilar, em estrutura operada pela Vale. Bairro Bonsucesso no Barreiro ao fundo.



Fonte: Acervo próprio.

A maioria das percepções obtidas nesta unidade de sentido destoam daquelas referentes à Mannesmann, no que diz respeito aos impactos e repercussões da atuação extrativista, focando majoritariamente em vieses negativos, tais como os expressos nas seguintes falas: “a Vale faz uma violência financeira com o bairro, eles nos exploram sem dar o retorno adequado” [007], desse jeito, “o que o povo mais reclama é da Vale, eles não fazem nada de bom” [004], “nunca vi ninguém falar bem” [006], “só trazem poluição e sujeira para o bairro” [012]. Assim, ao contrário das percepções gerais de uma atuação relativamente conciliadora e equilibrada associada à presença da Mannesmann, a operação da MBR/Vale é notadamente percebida como negativa pela população local. As queixas recaem sobretudo sobre a ausência de contrapartidas efetivas, transtornos causados pelos impactos ambientais e urbanos, além da percepção de injustiça, diante da assimetria de poder econômico que representada por ela.

No bairro do Pilar, a exploração minerária se apresenta de forma inseparável da vida urbana, tornando-se uma imposição cotidiana que provoca danos concretos e gera lucros, enquanto os benefícios estruturais para a comunidade permanecem escassos. Nesse contexto, as experiências dos moradores revelam como as tensões e escândalos midiáticos protagonizados pela mineradora que, em outros lugares, poderiam parecer distantes ou abstratos, ganham aqui contornos tangíveis e quase palpáveis: “A Vale queria que o Pilar fosse igual a mina do Feijão⁴⁸, que tudo aqui fosse dominado por eles. Mas a população não deixou, na época que construíram o TOD teve até manifestação” [003]. “Nosso sonho é eles [*a Vale*] irem embora” [013], “eles usufruem muito do bairro” [014], “por nós, eles nem estariam aqui. São eles [*Vale*] que reclamam do Pilar, falam que a gente gosta muito de contar história, que temos que parar de reclamar e olhar para o futuro. Mas são eles quem atrapalham nossa vida e nos distanciam do restante da cidade⁴⁹” [007].

Assim, a forma como os moradores entrevistados compreendem a presença da mineração, vai além de uma insatisfação generalizada com o histórico de grandes empresas atuando no bairro. As falas revelam também uma percepção experienciada na prática sobre as assimetrias de poder e a fragilidade dos mecanismos públicos que regulam essas atividades, apontando para o distanciamento estrutural entre a população e os processos decisórios que

⁴⁸ A Mina do Córrego do Feijão, localizada no distrito de Brumadinho (MG), integrava o Complexo Paraopeba da Vale, do qual também faz parte o Terminal Olhos d'Água, no Pilar. O rompimento de sua barragem principal, em 25 de janeiro de 2019, que resultou em 272 mortes, constituiu um dos maiores crimes ambientais da história do país. Esse episódio foi mencionado em três entrevistas com os moradores do bairro do Pilar, possivelmente influenciando a compreensão destes acerca da forma como a mineradora opera e afeta os territórios onde atua.

⁴⁹ Aqui, o morador fez uma referência direta ao fato de a Vale bloquear a via que daria acesso direto do Pilar do Barreiro, conforme mencionado na unidade de sentido “Isolamento”.

impactam diretamente seu cotidiano: “pela Vale, eles não fariam nada, só reclamam do bairro, mas fazer coisas boas por nós que é bom, não fazem” [004]. “A Vale não faz nada, né? Podiam fazer tantas coisas e escolhem apenas coisas que fazem eles parecerem muito bonzinhos” [015], “na época que construíram a correia [1996] teve consulta popular, perguntaram o que o bairro precisava. Depois nunca mais teve essa conversa de novo” [014]. Essa lacuna de fato existe, cabendo aqui, avançar para uma breve contextualização e análise das condições externas que afetam as percepções e demonstram como a estrutura institucional contribui para as percepções de que muito mais poderia estar sendo feito.

No Brasil, a matriz conceitual dos licenciamentos regulatórios exigidos pelo poder público foi concebida com uma abordagem locacional, focada na avaliação dos impactos ambientais e sociais no entorno imediato das atividades licenciadas (Costa, 2008). As empresas passaram então a adotar medidas compensatórias e mitigatórias, além de serem cobradas por ações que buscassem equilibrar os impactos promovidos em seus territórios de influência direta. Assim, com base nos procedimentos administrativos disponíveis para consulta pública⁵⁰, torna-se possível problematizar como a atuação da mineração no bairro do Pilar exemplifica um sistema que utiliza a regulação urbana e ambiental como instrumento para legitimar práticas exploratórias de reprodução do capital, através do discurso da “responsabilidade social e ambiental” da empresa. Esses mecanismos de licenciamento, embora criem uma aparência de controle, dificilmente garantem compensações efetivas pelos impactos provocados pela atividade mineradora, mesmo quando se considera um recorte específico e mais bem delimitado, como é o caso do Pilar e das Vilas São João e Olhos d’Água.

Em 1994, a MBR iniciou o processo de licenciamento do sistema de TCLD, com capacidade para transportar até 12 milhões de toneladas de minério por ano, operando ininterruptamente 24 horas por dia. Com uma extensão total de 4.602 metros lineares, entre a Mina da Mutuca (Nova Lima) e o Terminal Olhos d’Água, no Pilar, o sistema opera até os dias de hoje sem que tenham sido informadas quaisquer alterações em suas características originais, o que garante que a renovação de sua Licença de Operação ocorra sem a necessidade de novos estudos de impacto ambiental, conforme consta no Parecer Único nº 409/2009, anexo ao processo de Licenciamento Ambiental 00035/1989/007/2005, citado a seguir:

⁵⁰ As informações que serão aqui mencionadas foram obtidas através dos respectivos processos de Licenciamento Ambiental disponíveis no Sistema Integrado de Informação Ambiental (SIAM) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD-MG). Foi utilizada para a pesquisa, a variável “CNPJ do Empreendedor”: 33.417.445/0030-65 (MBR) e 33.592.510/0035-01 (Vale SA).

Com base no exposto, e considerando que foram cumpridas as condicionantes estabelecidas pelo COPAM, que as medidas de controle ambiental, mitigadoras e de monitoramento implementadas pela MBR (VALE) foram consideradas satisfatórias, e considerando, as inúmeras vantagens, sob o ponto de vista ambiental, deste sistema de transporte em substituição ao rodoviário, este Parecer Único sugere a esta URC a concessão da Revalidação da Licença de Operação para o empreendimento. (COPAM, 2009, grifos nossos)

Cabe destacar neste contexto que, apesar da implementação dos equipamentos públicos acordados pelo processo de licenciamento do TCLD/TOD (praça, posto de saúde e escola), novas contradições e tensões sociais surgiram ao longo dos últimos anos, em decorrência não apenas da presença da mineração, mas também das transformações urbanas acumuladas ao longo de quase 30 anos desde a concessão da primeira licença. No entanto, após a saída da MBR, a preocupação social da Vale permaneceu superficial, limitando-se à realização de eventos pontuais na Praça Amadeu Lorenzato e mantendo a interlocução com a comunidade através de empresas terceirizadas responsáveis por promoverem ações educativas, conforme veremos adiante, na unidade de sentido “Projetos Sociais”.

Essa dinâmica evidencia que o licenciamento original não acompanhou plenamente as mudanças efetivas do território, tampouco considerou os impactos contínuos da mineração sobre a vida urbana local. O “poder de influência desproporcional” que o setor extrativo mineral exerce sobre os agentes públicos em Minas Gerais (Milanez *et al.*, p. 1, 2019) provavelmente contribuiu para que a exigência por medidas mais efetivas, capazes de estabelecer uma relação mais equilibrada entre a mineradora e a sociedade civil, acabasse por ser minimizada ao longo do tempo. Esse cenário se reflete, inclusive, na não-inclusão do bairro do Pilar da lista de comunidades monitoradas e atendidas pelas ações sociais da Vale, dentro do contexto do licenciamento e monitoramento ambiental da Mina da Mutuca e suas unidades operacionais associadas, conforme ilustra a **Figura 50** a seguir. A **Figura 51**, por sua vez, retirada do mesmo documento protocolado pela Vale, indica a contradição ao registrar o TOD enquanto uma estrutura que faz parte do mesmo complexo que excluiu o bairro do Pilar de sua análise.

Figura 50 – Tabela constando no relatório de auto monitoração da Vale, que unificou em um mesmo diagnóstico, 11 empreendimentos, onde foram identificadas 26 comunidades afetadas por eles. O bairro do Pilar e suas vilas adjacentes não constam como uma delas, embora o TOD seja parte integrante da estrutura da Mina da Mutuca (Complexo Paraopeba). Constaram apenas bairros e condomínios de Nova Lima (destaque em vermelho abaixo).

COMPLEXO	EMPREENHIMENTO	MUNICÍPIO	LICENCIAMENTO		COMUNIDADES DA ABEA
		Nova Lima			Vilas E
	Mina de Abóboras		LP + LI + LO 064/2018	00237/1994/095/2011	Propriedades Confrontantes Condomínio Solar da Lagoa
	Mina de Abóboras		LP+LI 140/2012	237/1994/097/2011	Condomínio Solar da Lagoa
	Vargem Grande		LO 008/2015	237/1994/108/2014	Condomínio Solar da Lagoa
					"Estâncias" Estoril I e II
Condomínio Vale dos Pinhais					
Centro de Tecnologia de Ferrosos	LOC 196/2012	17411/2009/002/2011	Condomínio "Estâncias" Alpina Condomínio Lagoa do Miguelão		
PARAOPEBA	Mina da Mutuca	Nova Lima	LOC 097/2014	077/1988/015/2013	Condomínios de Vila Alpina Condomínio Vila Del Rey
					Condomínio Estância Serrana São Sebastião das Águas Claras
			LP+LI 027/2012	986/2005/001/2011	Condomínio Estância Serrana
	Mina Capão Xavier		LO 190/2013	95/1998/010/2012	Jardim Canadá

Fonte: Relatório de automonitorização da Vale S/A, de 21/01/2021, página 22, disponível em <https://www.siam.mg.gov.br/siam/processo/index.jsp>

Figura 51 – Tabela constando de questionários realizados pela Vale para a pesquisa de percepção ambiental, dentro do mesmo contexto de automonitoramento apresentado pela figura anterior. Nele, é possível constatar a legitimação do TOD enquanto área integrante do Complexo Paraopeba (destaque em vermelho abaixo), embora as comunidades de seu entorno não tenham sido consideradas como áreas afetadas.

Quadro 1-1 – Amostra por Unidade Operacional do Corredor Sul

	Mina	Realizado	Empregado Vale	Terceiros
Paraopeba	Mutuca - MUT	64	53	11
Paraopeba	Terminal Olhos d'água - TOD	7	7	0
Paraopeba	Mar Azul - MAZ	13	13	2
Paraopeba	Jangada - JGD	46	35	11
Paraopeba	Fábrica - FAB	154	109	45
Vargem Grande	Centro de Tecnologia de Ferrosos - CTF	13	8	5
Vargem Grande	Terminal Ferroviário de Andaime - TFA	22	16	6
Vargem Grande	Pico - PICO	108	83	25
Vargem Grande	Tamanduá - TAM	25	21	4
Vargem Grande	Abóboras - ABO	37	28	9
Vargem Grande	Capitão do Mato - CMT	61	48	13
N/A	Centro de Tecnologia de Ferrosos - CTF	13	8	5
	TOTAL	710	538	172

Fonte: Relatório de automonitorização da Vale S/A, de 21/01/2021, página 522, disponível em <https://www.siam.mg.gov.br/siam/processo/index.jsp>

O documento de onde foram retiradas as **Figuras 50 e 51** é o chamado “Relatório do Diagnóstico Socioambiental Participativo” dos complexos Paraopeba e Vargem Grande da Vale, que apresenta estudos unificados abrangendo diversas comunidades afetadas pela mineradora,

que não necessariamente se articulam entre si ou possuem qualquer relação direta. Esse fato pode exemplificar mais uma das várias estratégias adotadas para simplificar e acelerar os processos de licenciamento ambiental em Minas Gerais nos últimos anos, justificadas pela dita “vocação mineral” do estado (Milanez *et al.*, 2019). Como consequência, restringem-se possibilidades de questionamentos mais aprofundados e complexos por parte das agências ambientais e das comunidades interessadas, acelerando os processos e fazendo com que questões mais sérias e próprias de cada território não sejam devidamente abordadas.

Caminhando para a conclusão dessa contextualiza o, necessária para entender as condi es de percep o dos moradores do Pilar acerca da minera o, a Vale só voltou sua aten o para o bairro em dezembro de 2020, simultaneamente ao protocolo do último relatório de automonitoramento disponibilizado via Sistema Integrado de Informa o Ambiental (SIAM) em 21/01/2021, integrando o bairro do Pilar ao seu Programa de Educa o Ambiental e Patrimonial (PEAP). Essa atua o, de viés assistencialista, será a será melhor abordada adiante, cabendo aqui, apenas expor todos estes detalhes para estabelecer as condi es de percep o dos moradores sobre a atua o minerária, que gera tanta insatisfa o e reforça o sentimento de abandono já bastante comum, conforme expresso nas seguintes falas: “A MBR prejudicou muito ali na praça, depois que fizeram o túnel” [006], porém “a gente não precisa deles para nada, eles não geram empregos aqui. Se eles saírem amanhã mesmo, as coisas vão s  melhorar, não terão impactos negativos” [007]. “A gente achou que depois que saíssem a MBR e entrasse a Vale, as coisas iriam melhorar, mas não melhorou nada, acho que só piorou, na verdade” [012].

Além da percep o sobre os danos coletivos causados pela presença da minera o no bairro, alguns moradores relataram ainda episódios concretos de prejuízos materiais associados às estruturas operacionais destes agentes, especialmente a linha férrea e o sistema de correias subterrâneas (TCLD). As “tremedeiras” [014] constantes, causadas pela passagem dos trens e pelo acionamento da correia, já chegaram a causar rachaduras, queda de muros e danos estruturais em diversas casas, sobretudo aquelas localizadas na Praça Amadeo Lorenzato. “Quando a correia passa, balança o chão todo, já derrubou toda a varanda de uma moradora da praça” [003], “antigamente tinha ainda o barulho que [a correia] fazia, agora melhorou, mas a tremedeira que ainda faz   muita” [014]. “O trem derrubou a parede da nossa casa diversas vezes, mas a MBR vinha e refazia, nunca reclamaram de ter que refazer” [009].

Em épocas de chuva, o problema se intensifica ainda mais no entorno da correia do TCLD, chegando a alagar diversas residências, devido a problemas com o sistema de drenagem do túnel. Embora tanto a MBR quanto a Vale tenham arcado com os custos dos reparos

necessários, tais eventos impactaram negativamente na percepção dos moradores. Todos estes fatos, associados à acertada noção de que as contrapartidas oferecidas pela mineração seguem muito aquém da exploração provocada, contribuem para a ênfase dada aos problemas causados: “quando chove, inundam-se as casas na praça, vira uma bagunça” [010], “acumula muita água ali na esteira, aquilo vira uma piscina. Tem casas que chegam a ficar inundadas para mais de metro” [011]. “No meu portão, tem borracha de fora a fora, porque senão, a enxurrada entra. Mas mesmo com a proteção que colocamos, aquele caldinho de água suja ainda consegue passar” [006]. A **Figura 52** a seguir ilustra o traçado exato onde o TLCD atravessa a rua São Pedro da Aldeia, vindo da mina da Mutuca. Trata-se do sistema de drenagem pluvial associado à correia, sobre a qual diversos moradores reclamam causar inundações em períodos chuvosos.

Figura 52 - TLCD atravessando a rua São Pedro da Aldeia, sentido Praça Amadeu Lorenzato.



Fonte: Acervo próprio.

Em tempo, embora diversas percepções negativas tenham sido capturadas acerca da presença e histórico da mineração no bairro do Pilar, algumas falas expressam avaliações positivas e outras, neutras, mesmo que de forma mais geral. Alguns dos entrevistados desconhecem verdadeiramente os mecanismos de ação da mineradora e os reais impactos territoriais provocados ali, optando por não se aprofundarem muito em suas percepções: “eu não sei o que é TOD, nunca nem vi isso aqui” [003]. “O TOD é aquele negócio que fica depois da beira-linha? Eu moro aqui há 50 anos e nunca vi ele, tampouco sei o que significa a sigla”

[004]. “Vejo algumas pessoas andando pelo bairro com o uniforme verde da Vale, mas eu não sei exatamente o que eles fazem por aqui. A gente vê muito os carros deles andando por aí também, mas não sei nada a respeito, só sei que tem as aulas de tênis” [010].

Essa alienação não decorre de um desinteresse individual dos moradores, mas de toda uma organização territorial que dificulta deliberadamente o acesso à informação, impedindo que a população exerça qualquer forma efetiva de controle social sobre a atividade minerária. Essa dinâmica ficou ainda mais evidente em 16 de agosto de 2025, quando a Associação de Moradores, por meio do grupo de WhatsApp *Rede Associações Bairros do Pilar e Olhos D'Água*, convocou empresários locais a se mobilizarem para assumir a manutenção de toda a Praça Amadeo Lorenzato. Até então, esta pesquisa partia do pressuposto de que a responsabilidade pela manutenção do espaço era da Vale, dadas as sinalizações dúbias no local (**Figura 53**), porém a mobilização revelou que a mineradora se responsabiliza apenas parcialmente pela praça.

A praça Amadeo Lorenzato é o único equipamento público de lazer do bairro Pilar e foi construída por parceria público privada em 1995. Atualmente o desejo da comunidade é que seja adotada por alguma empresa que seja capaz de manter o espaço em toda sua extensão. Estamos buscando incansavelmente uma solução para que os moradores possam desfrutar do espaço com segurança e dignidade. Marque nos comentários uma empresa que poderia ser adotante da Praça Amadeo Lorenzato (Whatsapp, 2025, grifos nossos).

Figura 53 – Quadra placa poliesportiva Praça Amadeo Lorenzato.



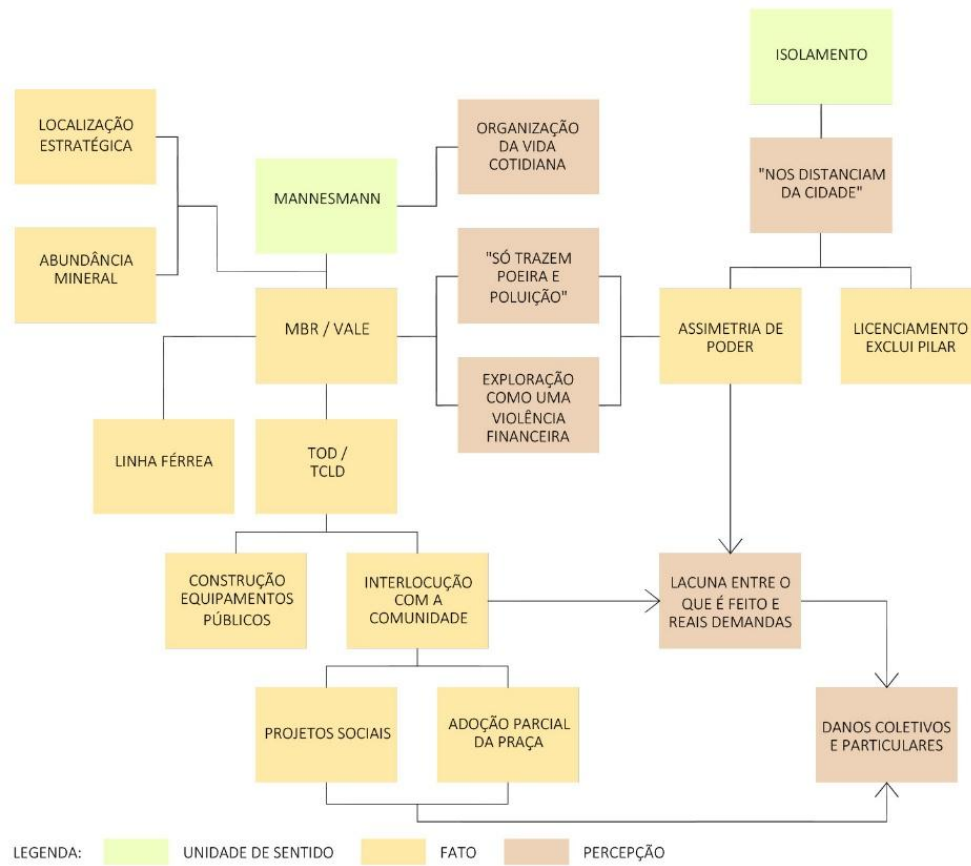
Fonte: Acervo próprio.

Alguns entrevistados expressam, inclusive, percepções positivas, mesmo sem saberem necessariamente elencar as condições que as provocaram, tais como: “eu acho que a Vale faz umas coisas boas aqui, tem esses projetos que parecem bons, mas não sei do que se trata, acho que são apenas para crianças” [003], “minha cliente [*também moradora do Pilar*] colocou os filhos ela na aula de tênis, acho que ela está muito satisfeita” [010].

Essas últimas falas referem-se, especificamente, aos projetos sociais (**item 5.5**, a seguir) que acontecem no bairro do Pilar a partir de recursos da mineração. Essas iniciativas justificam o desdobramento analítico em uma unidade de sentido própria, dada sua relevância em um contexto marcado pela atuação de grandes corporações que mobilizam tecnologias de poder não apenas para garantir a continuidade de seus fluxos produtivos, mas também para legitimar, no plano local, o regime neoliberal que estrutura a economia em escala mais ampla (Acselrad, 2018). Essa realidade reforça a pertinência de se entender como e em que medida, os vínculos estabelecidos com o lugar podem operar como base para a forma como a população do Pilar compreende a si mesma, para além das interpelações promovidas pelo agente minerário em questão.

Assim, é possível inferir que, enquanto a Mannesmann contribui para uma identidade que se dá via um passado nostálgico e memórias compartilhadas, os efeitos cotidianos prolongados da mineração orientam percepções que, em conjunto, estruturam uma forma de resistência pautada pelo discurso de ruptura entre moradores e empresas. A **Figura 54** a seguir sintetiza a unidade de sentido Mineração.

Figura 54 – Diagrama unidade de sentido mineração.



Fonte: Elaboração própria.

5.5 Projetos Sociais

A unidade de sentido “Projetos Sociais” deriva então da atuação da mineração empreendida pela Vale (através de suas interlocutoras) no bairro do Pilar, conforme enunciado pelo item anterior. Ainda que os entrevistados não detenham de muitas informações precisas sobre os fatos referentes a essas ações sociais, sua delimitação se sustenta aqui justamente pelo caráter ambíguo que tais projetos assumem nas percepções obtidas: por um lado, as iniciativas sociais promovidas pela Vale surgem como uma promessa de retorno ou compensação pela exploração econômica e ambiental do território; por outro, reforçam a sensação de exclusão e isolamento sentida pela população, na medida em que muitos dos entrevistados afirmam desconhecer o trabalho que é feito, e acreditam que ele não impacta diretamente em suas vidas.

“É muito assistencialismo pra pouca infraestrutura” [007], “eu acho que os projetos sociais que têm aqui no bairro são só para crianças” [010], então “eu não sei dizer muito, só vejo alguns meninos andando com raquete⁵¹ por aí, acho que deve ser bom” [003]. “Dizem que a Vale dá uma ajuda né, para algumas ONGs e grupos aqui do bairro, mas eu não acompanho, só sei que tem muita coisa de esporte” [006]. Essas são algumas das falas que reforçam a percepção de um trabalho que não abrange demandas importantes do bairro, por não só haver um público-alvo específico, como também pelo fato de os projetos se concentram em atividades esportivas ou de caráter extraclasse, disponíveis e úteis apenas para famílias interessadas em matricular suas crianças.

As percepções sobre a qualidade do que é entregue também variam, sendo recorrentes alguns comentários, como, “que eu saiba, a Dynamis acolhe todas as crianças que procuram, tem futebol, tênis, aula de reforço. É um trabalho muito bom” [010], mas também críticas ao campo concreto da participação e da transformação: “eu acho que podiam fazer muito mais, não só a Vale. Eu até vejo que dão uma ajuda ou outra, mas já viu a quantidade de problema que tem nesse bairro?” [014]. “Uma vez até me chamaram para fazer parte do ‘Mães à Obra’⁵², mas eu já trabalho na feira do Eldorado todo sábado, iria ficar muito cansativo” [003].

Cabe reforçar que nenhum dos entrevistados se declarou beneficiário direto dos projetos sociais em questão, embora todos demonstrem algum conhecimento a respeito, ainda que de

⁵¹ Referência à predominância das aulas de tênis entre os projetos sociais mais bem estruturados do bairro do Pilar, dada a presença da Dynamis Social, que mesmo antes de sua inserção ali, já era uma escola de tênis renomada em Belo Horizonte.

⁵² Projeto da Dynamis Social, que consiste no desenvolvimento de mulheres do Pilar e vilas Olhos d’Água e São João, de forma a fomentar seus negócios gastronômicos e de artesanato. Ocasionalmente, são realizadas feiras na Praça Amadeo Lorenzato onde os produtos são vendidos.

forma vaga ou imprecisa. “Eu sei que tem coisa, mas se eu te disser que eu sei o que tem, eu vou estar mentindo” [008]. As percepções captadas, portanto, não permitem avaliar a qualidade ou a efetividade dos projetos, porém, revelam tanto as limitações de seu alcance e o descompasso entre as ações realizadas e as reais demandas do bairro, quanto a fragilidade das estratégias de comunicação da empresa com a comunidade. “Eu vejo muito evento, isso tem bastante. Eu acho que deveriam fazer muito mais coisas, mas também não fico sabendo muito” [002]. “Eu acho a frequência das coisas muito pouca” [004], “o bairro cheio de problema, e ‘eles’ falam como se fizessem um grande favor para nós, parece que estão dando esmola, e não fazendo o que são obrigados por lei. Tem lei que fala que eles têm que fazer essas coisas, não tem?” [005]

Dessa forma, ainda que haja algum mérito, o desconhecimento sobre o real funcionamento dos projetos sociais empreendidos no bairro do Pilar, critérios de acesso e impactos dos mesmos, revela a falta de transparência que os cerca. Essa percepção é corroborada ainda por algumas falas de lideranças do bairro, que informam não haver prestação de contas, ou qualquer clareza sobre os valores e recursos que são repassados pela mineradora nos termos das contrapartidas que são devidas por lei. A **Figura 55** a seguir ilustra algumas propagandas das iniciativas sociais fomentadas pela Vale, dentro deste contexto.

Figura 55 – Exemplos de divulgação de eventos promovidos com apoio da Vale no bairro do Pilar.



Fonte: Instagram, @olhosdaguapilar

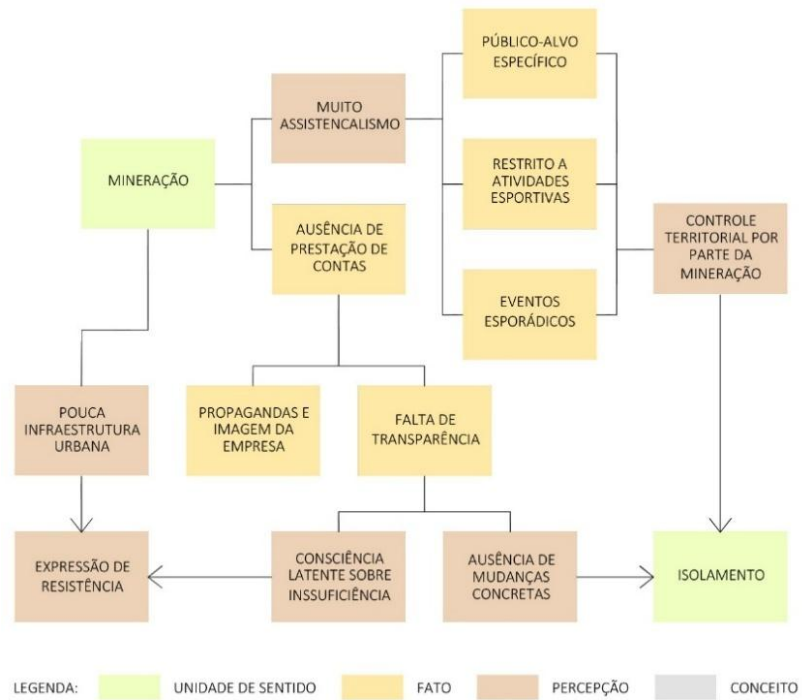
O que se observa então não é a ausência de iniciativas sociais, mas a dificuldade de traduzir essas ações em pertencimento, participação efetiva ou mudanças concretas no cotidiano do bairro. Esse vazio de significado acaba por reforçar, em última instância, o distanciamento entre aqueles que vivem no Pilar e aqueles que se beneficiam economicamente de sua

exploração. “Se você entrar nas redes sociais ‘desse povo’, parece que tudo aqui é perfeito, que eles são muito ‘bonzinhos’. Mas eu acho que eles só querem mesmo dizer que fazem, mais nada” [007]. Essa percepção expressa o entendimento de que os projetos sociais operam como estratégias para legitimar o controle territorial por parte da mineração, mecanismo este que, apesar da propaganda que desempenha para a mineradora, pouco altera as condições reais da população local.

As percepções obtidas então, ainda que não estruturadas em formas organizadas de contestação, revelam uma consciência latente sobre a insuficiência das ações e os reais interesses que sustentam as práticas sociais promovidas pelo capital hegemônico sobre o lugar. Nesse sentido, o olhar crítico presente em grande parte dos moradores entrevistados, representa um ponto de tensão importante na dinâmica de resistência cotidiana do bairro, ainda que essa resistência não se traduza, necessariamente, em mobilização coletiva ou ações concretas de enfrentamento. Tal fragilidade não ocorre por acaso: ela é produzida e sustentada por mecanismos de dominação social implementados pelas mineradoras, entre os quais, os próprios projetos sociais cumprem um papel estratégico. Considerando que a empresa define os seus critérios de autoavaliação e desempenho, não seria irracional questionar a legitimidade dessas ações, especialmente à luz de sua autoimagem e propaganda (Acselrad, 2018). Isso irá se deflagrar em um exemplo concreto, que será apresentado pelo item 5.6 a seguir, cujo conflito central tem origens justamente na forma como contrapartidas para a população são pensadas à revelia da legitimação de seus interesses.

A **Figura 56** a seguir sintetiza a unidade de sentido Projetos Sociais.

Figura 56 – Diagrama unidade de sentido projetos sociais.



Fonte: Elaboração própria.

5.6 Campo de Futebol

O campo de futebol do Pilar, ou o “campão” como é conhecido por alguns moradores, surgiu entre 1995 e 1996, como uma das contrapartidas à instalação do sistema transportador de correias de longa distância (TCLD) pela empresa de mineração, MBR. No mesmo terreno, localizado conforme ilustra o **Mapa 1**, até então utilizado em sistema de comodato pela Mannesmann, foram construídos também o Centro de Saúde Pilar–Olhos d’Água e a Escola Municipal Pedro Nava, ambos oficialmente municipalizados pelo poder público, além da Praça Amadeo Lorenzato, implantada sobre o trecho final da correia, nas imediações do Terminal Olhos d’Água (TOD). Diferentemente dos demais equipamentos públicos construídos neste contexto, o campo de futebol não passou por um processo oficial de institucionalização: sua criação se deu por meio de um “acordo informal, no qual não pegaram nenhum documento” [013], articulado diretamente entre a MBR e a associação de moradores daquela época. É justamente a informalidade característica de sua construção, que remonta também ao histórico de ocupações do bairro, que nos ajuda aqui, a compreender os atuais conflitos em torno de seu uso e pertencimento, e a sua conformação enquanto uma unidade de sentido.

A prática do futebol sempre foi bastante difundida entre os moradores do Pilar, sendo recorrente nas entrevistas, memórias que confirmam a sua relevância e consolidação enquanto um traço histórico e cultural do bairro. “A primeira área de lazer que teve aqui foi o meu marido que fez, na década de 1980. Ele sempre gostou de futebol e saía para jogar bola no Barreiro. Quando compramos esse lote aqui do lado de casa, eu falei para ele fazer a quadra de futebol de salão que ele sonhava. Virou uma festa. Vinha gente fazer campeonato, tinha comemoração de jogo, o pessoal aqui gostava demais da nossa quadra” [006].

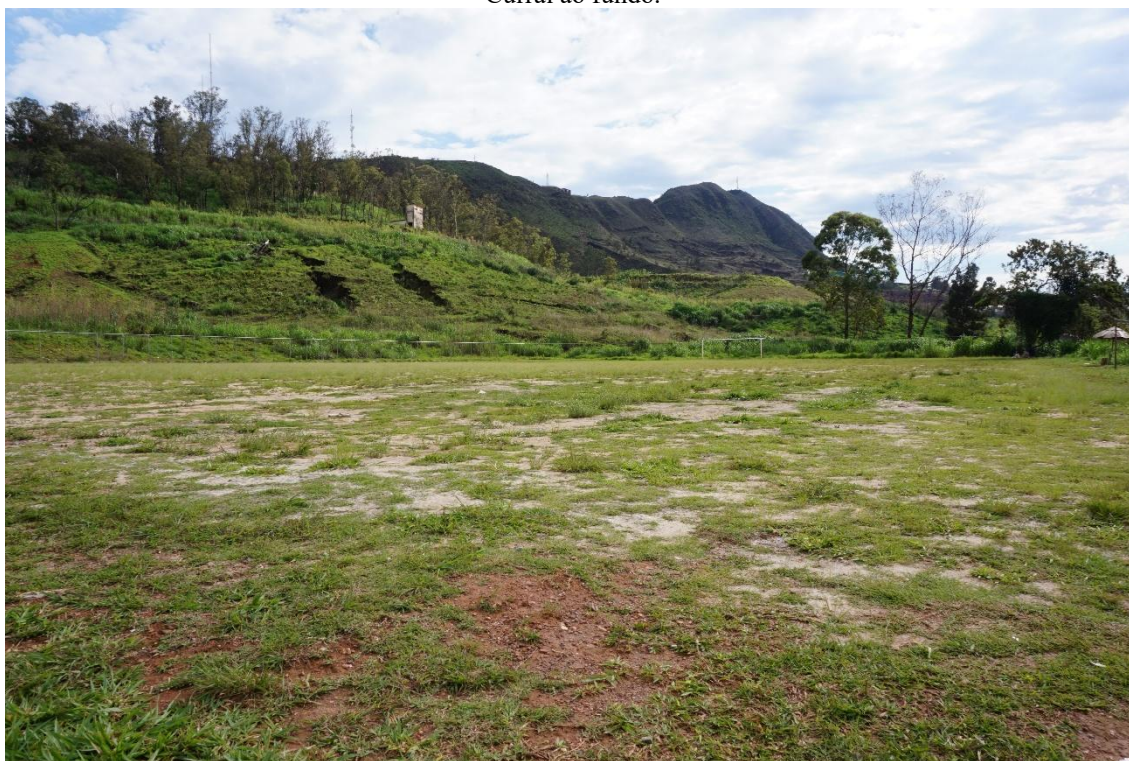
Ao longo dos anos, novos espaços foram surgindo como, por exemplo, uma quadra construída pela Suggar⁵³ e outra construída pela Mannesmann dentro de suas instalações, o que ampliou as possibilidades de prática esportiva no bairro e contribuiu para a consolidação do futebol como um importante elemento de sociabilidade local. Neste contexto, houve inclusive, a criação de uma associação voltada exclusivamente à organização de campeonatos locais, conforme relatado em uma das entrevistas. Essa tradição se reflete também na quantidade e diversidade dos times formados por moradores do bairro, muitos dos quais participaram de diversos campeonatos locais conhecidos em Belo Horizonte, como a Copa Barreiro, Copa

⁵³ A Suggar é uma empresa brasileira que fabrica e comercializa eletrodomésticos para cozinha. Sua fábrica é localizada no bairro do Pilar, sendo uma das maiores geradoras de empregos da região.

Centenário: Barcelokos, Santa Maria. Máquina do Mal, Nacional BH, Ideal Esporte Clube, Vila Real, CRB, Arsenal, Revoada Futebol Clube, Os da Kennedy, Anapolina, Shakhtar, R10 FC, Santa Fé, Bandoleros... esses são apenas alguns dos nomes apurados, que expressam o entusiasmo coletivo e a importância simbólica do futebol nesse lugar.

Assim, a solicitação da associação interessada por um novo campo de futebol, de acesso público e com mais espaço e infraestrutura, foi menos um ponto de partida e mais um ponto de chegada simbólico dessa trajetória coletiva já consolidada em torno da prática. “Fomos nós mesmos quem pedimos para ter o campo, construíram por nossa causa” [016]. A importância do “campão” (**Figura 57** a seguir) para os moradores remete então a um tipo de espaço ao qual o sociólogo Zygmunt Bauman (2009) descreve como “local onde se descobrem, se aprendem e, sobretudo, se praticam os costumes e as maneiras de uma vida urbana satisfatória” (p. 44). Um espaço que, em última instância, contribuiu historicamente para a superação, ou pelo menos a neutralização, da rejeição percebida pelos moradores do bairro. No entanto, apesar de seu viés positivo, esta unidade de sentido não escapou de deflagrar as dinâmicas de exclusão e os campos de poder em disputa no Pilar, conforme será mais bem descrito a seguir.

Figura 57 – Vista do campo de futebol, desde o seu ponto de acesso pela Rua São Pedro da Aldeia. Serra do Curral ao fundo.



Fonte: Acervo pessoal.

Por ter sido fruto de um “acordo de boca” [016], o campo de futebol do Pilar não foi oficialmente incorporado como equipamento público municipal após o fim do comodato que

cedia à Mannesmann o terreno sobre o qual foi construído. Em 2006, por meio da Resolução SEPLAG nº 001, de 13 de janeiro, o Governo do Estado de Minas Gerais transferiu a posse da área à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG), que assumiu sua administração, construiu cercamentos (**Figura 58**) e passou a restringir completamente o acesso de moradores e demais pessoas não autorizadas. Este fato foi percebido pela população como uma injustiça, configurando um cerceamento ao direito adquirido, no contexto do licenciamento urbanístico e ambiental da correia: seja pela forma como reforça a violência e controle dos espaços privados, “fica cheio de guardinha ali dentro, se você tentar entrar, leva tiro” [002], seja pela forma como dialoga com o histórico de ocupação do bairro, “eles [a CODEMIG] não são bobos, eles sabem que tem muita invasão aqui, se não vigiarem, aquele terreno vira outra favela” [005].

Figura 58 – Foto do campo de futebol conforme visto da Rua São Pedro da Aldeia.



Fonte: Acervo pessoal.

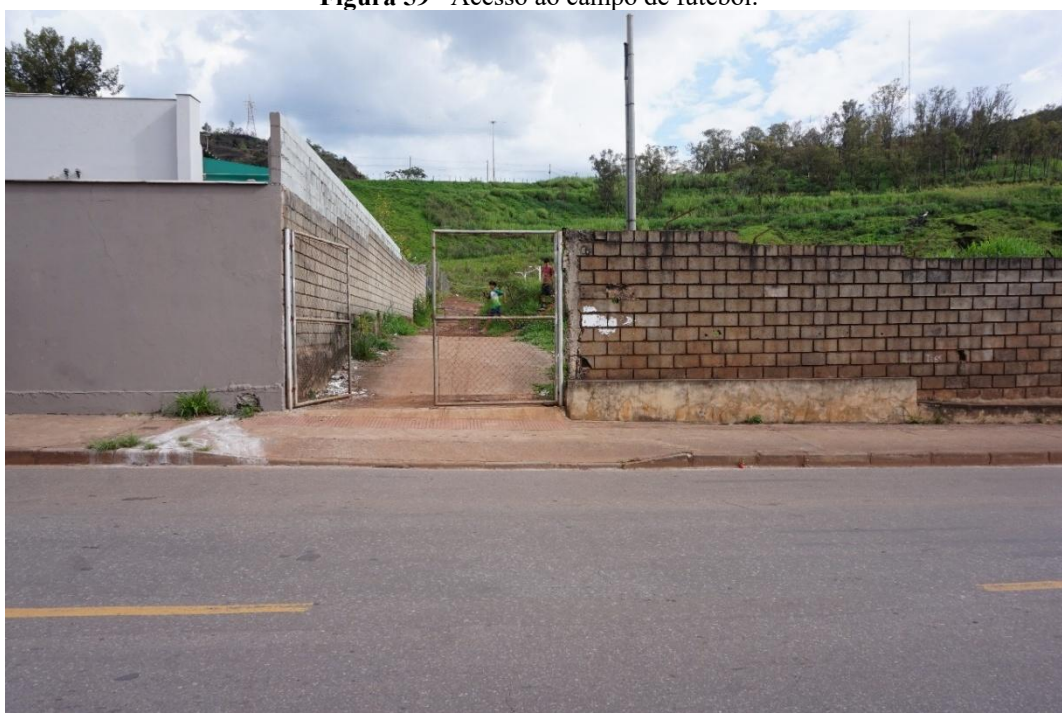
A partir deste momento, foram muitos os embates que passaram a acontecer ali, incluindo a destruição de parte do muro pela própria população, de forma que a mesma pudesse acessar o campão. O objetivo final era de que os times pudessem treinar e que os torneios de futebol seguissem acontecendo. Esses eventos, que atraíam diversas pessoas vindas de outras partes da cidade, inclusive, pareciam ajudar a superar o tão emblemático isolamento experienciado pelos moradores do Pilar. “Baixava ônibus de excursão aqui de tudo que é lugar. Tinha gente fazendo churrasco, tinha família torcendo” [002], “a [rua] São Pedro da Aldeia

ficava cheia de carro de gente vindo ver os jogos aos domingos” [007]. “Nós íamos lá e destruíamos o cercamento, que no início era uma estrutura mais fraquinha, qualquer marretada, derrubava... depois que fizeram o muro de concreto, porque a gente já estava dando prejuízo para eles” [016].

Neste contexto, a reação dos moradores poderia ser entendida a partir do argumento do filósofo irlandês John Holloway (2013), para quem a resistência às diferentes formas de exclusão não precisa buscar tomar o controle do Estado ou das estruturas existentes, mas sim, criar o que o autor chamou de “fissuras”, ou brechas dentro do sistema, a partir de onde as relações sociais pautadas pelo capitalismo podem ser efetivamente rejeitadas. A ideia fundamental por trás de "fissurar o capitalismo" seria então criar práticas, ações coletivas, estratégias e espaços alternativos, que desafiem e minem as relações de dominação, mostrando que é possível viver de maneira diferente e construir relações mais justas.

Nesses termos, resultou-se então, a primeira “fissura” nesse sistema, quando a CODEMIG recuou e decidiu, por fim, construir um portão que dava acesso (**Figura 59**) à área onde os jogos podiam acontecer, permitindo que a população voltasse a utilizar o campo que, no seu entendimento, sempre lhe pertenceu. Ainda assim, a chave ficava sob responsabilidade dos vigias particulares contratados pela companhia para garantir a sua “não-invasão”, e era fornecida aos líderes dos times ou ao presidente da Associação de Moradores mediante solicitação ou, conforme relatado, “quando os vigias estivessem de bom humor” [016].

Figura 59 - Acesso ao campo de futebol.



Fonte: Acervo pessoal.

A partir dali o campo de futebol passou a ser utilizado por meio deste acordo verbal, e a ser mantido pela população interessada que, literalmente, tinha que se valer das próprias mãos para demarcar o campo, arrancar a vegetação, consertar as traves etc. A CODEMIG seguiu estabelecendo o controle do acesso ao campo, proibindo a entrada de maquinário, ferramentas e quaisquer outros elementos que viessem a comprometer a integridade do terreno. Isso fez com que a sua manutenção acontecesse graças ao empenho e ao desejo dos praticantes de futebol de seguirem realizando seus jogos e campeonatos. Na prática, mesmo após o seu recuo, a CODEMIG seguiu consolidando o que Holloway (2013) identifica como “movimento de cercamento” inerente ao capitalismo: “um movimento de conversão daquilo que é desfrutado em comum em propriedade privada” (p. 31).

Foi justamente a fragilidade deste acordo informal, e os riscos inerentes à utilização de um espaço onde não se podia dar a manutenção adequada, que culminaram, em 2019, na assinatura de um comodato entre a empresa e a Associação de Moradores do Pilar, garantindo o uso legalizado do campo de futebol por um período de quatro anos. Esse comodato, no entanto, expirou em julho de 2023 e, até o momento, não há informações oficiais sobre sua renovação. No entanto, o campo segue sendo utilizado de forma esporádica, ainda que em meio a uma série de incertezas sobre as reais condições de sua titularidade. Entre as pessoas entrevistadas não se sabe ao certo se houve prorrogação tácita do acordo, tolerância informal por parte da CODEMIG ou simplesmente uma postura de omissão deliberada. O fato é que a demanda por novos espaços fez com que fossem surgindo nos últimos anos, alternativas como a utilização da “Quadra da Rua Dez”, exemplo de espaço público pertencente à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte nas proximidades, onde novos campeonatos têm sido organizados de forma independente, paralelamente aos jogos realizados no campo objeto de disputa.

Neste contexto, o “campão” se torna expressão concreta de um Pilar em suspensão no tempo e no espaço, onde “a gente perde até quando a gente ganha” [016], afinal, se sua construção compunha as condições para o licenciamento de um empreendimento privado em pleno funcionamento, seria razoável esperar que o seu uso fosse assegurado. Assim, a tensão por trás das indefinições quanto à sua destinação futura reflete-se na desinformação observada entre os moradores, que alimentam especulações das mais variadas: “disseram que não podia usar porque iam construir a arena do Cruzeiro” [003], “eu ouvi dizer, dias atrás, que tem uma empresa multinacional comprando essa área, que ela vai construir não sei o quê” [006], “mas esse terreno não é da MBR?” [003].

Tais falas traduzem não apenas a falta de transparência que envolve a destinação do campo de futebol e da área da CODEMIG como um todo, mas também a sensação persistente de insegurança e instabilidade que permeia a vida no bairro do Pilar. “Eu acho que até a Escola [*Pedro Nava*] vai ter que sair dali” [014] é uma das especulações que ilustra este fato, evidenciando a crença de que nem mesmo o equipamento público municipalizado pela Prefeitura de Belo Horizonte parece ter suas condições de titularidade garantidas dentro deste contexto.

No entanto, mesmo diante de todo esse cenário, o torneio independente “Copa do Zoião” segue sendo realizado ali com o apoio do comércio local e dos próprios jogadores de times do Pilar e das vilas adjacentes, que realizaram a sua segunda edição de 2025 nos meses de julho e agosto, conforme ilustra a **Figura 60** a seguir. Esse evento, que se autodefine como uma prática de “Futebol Raiz”, celebra não só o esporte como um aspecto de extrema relevância cultural dentro deste contexto, como também parece contribuir para uma espécie de redução da percepção de invisibilidade: a realização do torneio possui alcance regional, fazendo com que alguns times de outros lugares do Barreiro também participem. Em uma última atualização, de agosto de 2025, observou-se nas redes sociais do torneio, a referência ao nome do local de sua realização como “Campo do Zoião”, indicando, simbolicamente, o empoderamento desta apropriação. Atualmente, há também um grupo feminino que se reúne na quadra coberta da Praça Amadeo Lorenzato, de menor capacidade e mantida pela Vale, chamado “Futebol das meninas”. O objetivo é incentivar e fortalecer a prática do esporte também entre as mulheres do bairro que poderão, quem sabe em um momento oportuno, se valerem também da possibilidade de uso do campo para a realização de torneios próprios.

Figura 60 – Segunda edição de 2025 da “Copa do Zoião”, realizada durante os meses de julho e agosto de 2025. À esquerda, cartaz convocando para o jogo da final no “Campo do Zoião” (os cartazes anteriores não constavam da localização do evento). À direita, foto do time campeão, “Máquina do Mal”.

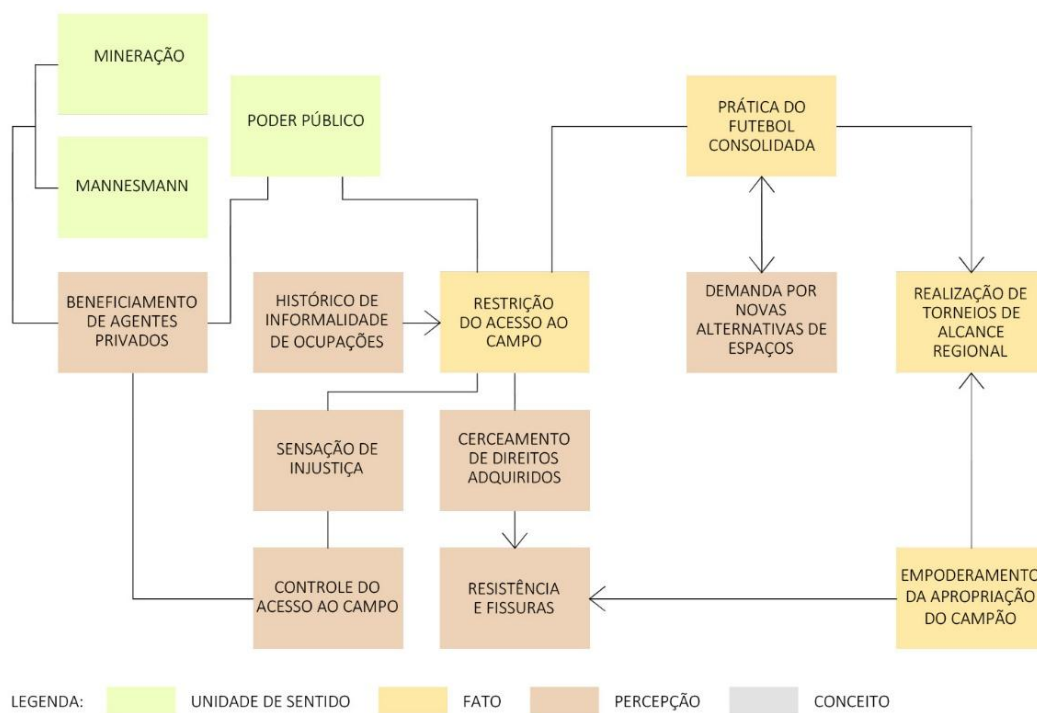


Fonte: Instagram @copadozoiao (2025).

Assim, apesar das polêmicas, das contradições e da iminente necessidade de buscar espaços alternativos para a prática de futebol, o campeão se afirma, enquanto uma unidade de sentido, como expressão da potência coletiva dos moradores em articular usos, criar pertencimento e sustentar vínculos por meio de uma prática compartilhada. Nesse movimento, o “campeão”, ou “campo do Zoião”, não apenas resiste, como também subverte, ainda que de forma parcial, a lógica de segregação territorial que historicamente se impõe sobre o bairro. Torna-se, assim, símbolo de um desejo de permanência que se constrói, justamente, na insistência em existir, mesmo quando tudo parece marcado pela incerteza.

Essa dinâmica dialoga com a perspectiva de Simas (2019), para quem o futebol está intrinsecamente ligado aos espaços de confronto das grandes cidades, onde os sujeitos subalternizados resistem às lógicas de acumulação e ao controle, ao “inventarem, cotidianamente, maneiras de construir no perrengue seus espaços de lazer, sobrevivência e sociabilidade. Muitas vezes se apropriam exatamente dos espaços disciplinados pela lógica do controle e redefinindo, às margens e nas frestas, seus usos” (p. 86). Assim, trata-se de uma espécie de subversão, que o autor descreve como uma “esculhambação criativa”, ou “a capacidade de transformar territórios, espaços de controle, em terreiros – espaços de encantamento” (Simas, 2019, p. 86). A **Figura 61** a seguir sintetiza a unidade de sentido Campo de Futebol.

Figura 61 – Diagrama unidade de sentido campo de futebol.



Fonte: Elaboração própria.

5.7 Poder Público

Uma das expressões mais contundentes da percepção de isolamento e abandono experienciados pelos moradores do Pilar se manifesta na forma como os mesmos apreendem a atuação das instituições públicas no bairro, especialmente a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). Essa compreensão, marcada por experiências reiteradas de tentativas de articulação frustradas, omissões e negligências, adquire tal centralidade, que se impõe como uma unidade de sentido própria. Essa unidade se desdobra de todas as demais dimensões já abordadas até aqui, encontrando lastro, sobretudo, no próprio processo histórico de formação do bairro (**Capítulo 4**), cuja origem, foi justamente o beneficiamento sistemático de agentes privados, em detrimento dos interesses da população.

“A Prefeitura [*de Belo Horizonte*] só serve para cobrar imposto, mais nada” [005] é uma fala recorrente entre os moradores entrevistados, e uma que expressa, para além da sensação de abandono, a percepção de que a atuação do executivo se restringe apenas ao recolhimento de impostos. Nesse sentido, a insatisfação incide principalmente sobre a cobrança do IPTU, frequentemente entendido como excessivo e injustificado diante do pouco retorno em serviços e infraestrutura urbana adequada. “O IPTU aqui é bem caro para um bairro que não tem nada” [003], “antes era baratinho, mas aumentou muito nos últimos anos” [014], “a gente não consegue nem que tapem os buracos aqui da rua, mas nossos impostos estão em dia” [005]. Assim, a percepção de uma relação desigual e injusta entre prefeitura e população reforça, ainda mais, o isolamento simbólico e prático entre o bairro do Pilar e o restante da cidade, alimentando a descrença na política institucional e o sentimento de exclusão frente a outros bairros e territórios, que foram captados também em outras unidades de sentido.

Analisando em retrospecto, muitos moradores relatam ainda, momentos de sua história recente em que se acreditava na possibilidade de resoluções efetivas por parte da Prefeitura, mas, diante da inércia institucional, acabaram desistindo de acionar os canais oficiais. “Na época que começou a surgir indústria no bairro, a gente denunciava [*para a Prefeitura*], nunca vieram nem ver” [002], “já desisti de resolver a regularização do meu lote, nem para fazer as coisas do jeito certo eles [*a Prefeitura*] ajudam” [014]. “Eu já liguei várias vezes para virem olhar essa quantidade de lixo que jogam aqui na minha porta, mas parei de insistir” [012]. Há casos em que a frustração é intensificada ainda pelo excesso de burocracia, que aumenta a percepção de um descaso deliberado. “Tem um erro no sistema de IPTU, que o quarteirão inteiro que eu moro sai no meu nome, todos os imóveis dos vizinhos constam como meus. Já tentei dar

jeito nisso e não consegui, espero que ninguém fique devendo, porque senão quem vai ser cobrado, sou eu. Desisti de tentar resolver, até advogado a gente arrumou, e nada” [005].

O distanciamento entre os moradores e a estrutura administrativa do município também se evidencia na pouca familiaridade com a regional à qual o bairro pertence. Apenas 6 dos 16 entrevistados souberam identificar corretamente a Regional Barreiro como o território administrativo que abarca o Pilar. “Eu já ouvi da boca de uma servidora da Prefeitura, na Regional Barreiro, que o Pilar é um ‘bairro esquecido’. A gente sempre soube, mas pelo visto, eles sabem também e agora queremos mudar isso” [007]. No entanto, o entendimento de que essa é uma inserção positiva é o que prevalece entre os que sabem a respeito. “Ser parte da Regional Barreiro é uma escolha acertada para o bairro do Pilar” [007].

No que diz respeito aos equipamentos públicos disponíveis, as percepções são variadas. A Escola Municipal Pedro Nava é amplamente elogiada: “A Escola é muito boa, meus filhos estudaram lá” [003]. Já o posto de saúde Centro de Saúde Pilar/Olhos d'Água recebe críticas mais severas: “Esse posto de saúde nunca tem médico, você vai lá e ele está sempre em reforma” [004], “ele serve apenas para pegar remédios” [009], “quando preciso de atendimento médico, eu vou no posto do Bethânia ou do Jardim Canadá, porque aqui tem muito descaso” [006]. A Praça Amadeo Lorenzato também é constantemente mencionada: “Isso aqui era um buraco, mas aí a prefeitura fez a praça e ficou muito bonito, olha que coisa linda” [006], “antes da prefeitura fazer a praça, descia muita enxurrada nessa rua” [006]. “O único problema é que passa aquela correia [o *TCLD*], às vezes eles tem que interditar pra dar manutenção” [008].

Embora as percepções a respeito do poder público concentrem-se majoritariamente na figura do executivo municipal, elas não se restringem somente a ela. Há também diversos fatos associados ao poder legislativo na história do bairro, que surgem na fala dos entrevistados na forma de “políticos turistas” [013] e “vereadores interessados em ganhar votos, apenas” [016] que, assim como nos exemplos aqui trazidos, também vêm carregados de percepções negativas. As entrevistas, realizadas entre fevereiro e abril de 2025, poucos meses após as eleições municipais realizadas em outubro de 2024, revelam a recorrência de práticas eleitorais pontuais, que não se traduzem em compromissos duradouros com a comunidade. “Sempre tem candidatos a vereador pedindo voto, de 4 em 4 anos eles aparecem e tapam alguns buracos nas ruas, mandam fazer uma coisa ou outra” [005], “desde que eu me mudei para cá [1982] sempre tem algum vereador andando por aí, nem lembro o nome de nenhum. Eventualmente, eles somem, e voltam quatro anos depois” [002].

Apesar deste histórico marcado por frustrações e desgastes, é importante destacar iniciativas recentes que sinalizam a mobilização ativa da comunidade frente ao poder público. No segundo semestre de 2024, a atual diretoria da **Associação Comunitária do bairro do Pilar e Adjacências** (ACB PILAR) conseguiu mobilizar diversos moradores em torno do processo do Orçamento Participativo de 2024/2025 de Belo Horizonte. Em um feito inédito, duas propostas que beneficiam o bairro direta e indiretamente saíram vencedoras, estando, no presente momento, em fase de “procedimento para licitação”⁵⁴: a elaboração do Plano Global Específico (PGE) do bairro do Pilar e Vila São João, e o Plano de Regularização Urbanística (PRU) da Vila Olhos d’Água. Conforme apontado por um morador envolvido no processo: “A gente teve que pleitear esses relatórios primeiro, porque não se sabe nada a respeito daqui, nem a PBH, nem a Urbel⁵⁵ tem informações técnicas sobre o bairro. A partir disso é que os nossos objetivos poderão ser mais bem definidos, pois precisamos desses estudos para demandar a infraestrutura adequada, saber o que é mais e o que é menos urgente. É um absurdo que a Prefeitura nunca tenha realizado nada disso antes” [007].

Essa mobilização evidencia que, mesmo diante de uma longa trajetória de negligência institucional, o bairro segue articulando formas de resistência e reivindicação. A atual gestão da associação de moradores, eleita em 2024, tem buscado criar canais mais efetivos de interlocução com o poder público, sinalizando um movimento de reorganização e reposicionamento político do bairro do Pilar dentro do contexto da cidade. “O maior desafio é mobilizar a população, que acredita que nada vai para frente aqui. Para isso, precisamos de credibilidade e ganhar a confiança das pessoas, o histórico não é positivo, então todo mundo desconfia de tudo” [007].

Assim, as percepções críticas acerca do poder público no bairro do Pilar, representada pela **Figura 61** a seguir, foram construídas a partir de muitos anos de experiências concretas de ausência, descontinuidade de projetos e promessas não cumpridas, compondo uma camada central na construção do lugar como uma vivência permeada por disputas de poder. Nesse contexto, as críticas negativas não se traduzem em passividade, mas em desejo de afirmação do protagonismo local, pois mesmo diante da histórica negligência do poder público, os moradores seguem clamando por visibilidade e reivindicando seu pertencimento. Essa resistência, por sua vez, é atravessada por um forte tensionamento: a incerteza quanto às possibilidades de inserção

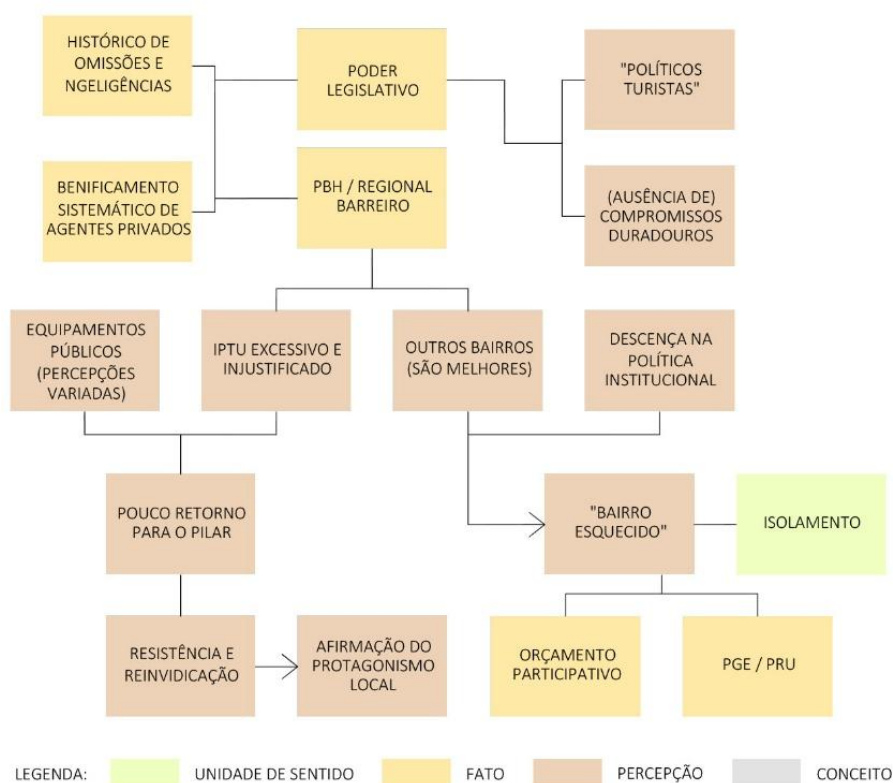
⁵⁴ Informação atualizada em 31/08/2025 no site:

<https://prefeitura.pbh.gov.br/relacoes-institucionais/orcamento-participativo>

⁵⁵ A Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel) é o órgão responsável pela implementação da Política Municipal de Habitação Popular em Belo Horizonte desde 1983. Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte.

em contextos de tomadas de decisão, a recorrente sensação de invisibilidade e, sobretudo, a ausência de garantias sobre o que está por vir. É nesse ponto de inflexão, que se inscreve a próxima unidade de sentido, “ausência de futuro”. A **Figura 62** a seguir sintetiza a unidade de sentido Poder Público.

Figura 62 – Diagrama unidade de sentido poder público.



Fonte: Elaboração própria.

5.8 Ausência de futuro

Uma das percepções mais presentes entre os entrevistados refere-se a um sentimento de esgotamento, reiterado diversas vezes ao longo das conversas: o Pilar enquanto um lugar de onde o futuro foi retirado ou no qual o futuro nunca chegou. “Isso aqui é um bairro abandonado, esquecido” [003], onde “nada vai para frente” [004] [006] [012]. “É muito difícil crescer e melhorar aqui” [013]. Além de todas as questões decorrentes de seu isolamento simbólico e geográfico, assimetrias de poder, atuação minerária ostensiva, entre outros núcleos de significado descritos até aqui, o desânimo em relação às possibilidades de transformação futura encontra lastro também em diversos momentos históricos marcados por projetos e ideias frustradas, que em muito definiram as expectativas observadas atualmente.

Conforme narrado pelos próprios moradores, agentes políticos e lideranças proeminentes atuaram em diferentes momentos, de forma circunstancial, muitas vezes instrumentalizando mobilizações coletivas para obterem benefícios próprios. Trata-se de uma série de especulações reiteradas, que culminam na desconfiança diante de iniciativas que se apresentam como solução, e desestimulam o engajamento em projetos ou ações de melhorias futuras. “Não vejo pessoas muito ativas por aqui [*nas mobilizações coletivas*]” [010], “eu cheguei a participar de algumas reuniões que faziam, mas aí eu percebi que estava perdendo meu tempo” [012]. “No fim, está cada um querendo o que é melhor para si, e não pensando no bairro” [006], tornando o olhar para o futuro, um grande desafio a ser cativado pelas atuais lideranças comunitárias, que corroboram do entendimento de que esta é uma percepção bastante disseminada entre os moradores. “Falta visão em relação a crescer e melhorar” [013].

“Esse bairro não vai melhorar nunca, a Prefeitura pega o dinheiro do IPTU e investe em outros lugares, no máximo tampam uns buracos aí pelas ruas de vez em quando, mas colocam um asfalto tão ruim que qualquer chuvinha arranca” [005]. Essa é uma das falas que, para além de expressar uma constatação objetiva sobre a precariedade da infraestrutura urbana do Pilar, configura também uma experiência compartilhada de exclusão e descrença generalizada nas possibilidades de transformação. Nesse sentido, não só o poder público é mencionado como um ator desinteressado em transformar o futuro, como também os empresários atuantes ali que, da forma como muitos moradores compreendem, também se beneficiariam de investimentos em mudanças positivas. “Vem não sei quantas empresas aqui para o bairro e não fazem sua parte, eu não entendo o porquê de eles não estarem preocupados em lutar por melhorias, é do interesse deles também... ou pelo menos deveria ser, porque eles tiram muito proveito daqui” [014].

A partir desses entendimentos, a ausência de futuro enquanto uma unidade de sentido ganha ainda mais força quando a percepção acerca de territórios próximos se faz presente, articulando as experiências de frustração dos moradores do Pilar à noção de que outros bairros prosperam. “Há alguns anos você ia no Jardim Canadá⁵⁶ e não tinha nada, era só mato e umas casinhas, igual aqui. Vai lá agora para você ver a quantidade de coisa, aquele bairro tem tudo. Inclusive o pessoal sai daqui para ir ao hospital de lá, dizem que é muito bom” [002], sendo que “aqui a gente mal consegue atendimento no postinho, nunca tem médico” [004]. “O Água Limpa⁵⁷ também é muito bem-organizado, tem tudo lá. Metade das pessoas daqui está querendo ir para lá, o bairro está a todo vapor” [013]. Essas são algumas das falas que reforçam o sentimento de estagnação e distanciamento do progresso, que parece atravessar outros bairros e regionais, mas nunca o Pilar.

Nesse contexto, bairros de Belo Horizonte também não escapam às comparações, sendo o Belvedere (regional centro-sul), Buritis e Bethânia (ambos da regional oeste), os mais citados como sendo melhores ou superiores ao Pilar. “Lá no Bethânia eu consigo resolver a minha vida inteira, preciso ir lá toda semana para ir ao banco, fazer compras, fazer meu pilates. Se tivessem essas coisas aqui no bairro, eu nem sairia daqui. Mas ninguém quer investir” [003]. “Se tivessem feito ‘tudo certo’ aqui, a gente poderia ser chique igual o Belvedere, a gente estaria muito melhor hoje, mas vai fazer o que agora? Desmanchar o bairro e fazer outro?” [002].

Nesta última fala, chama atenção a expressão “fazer tudo certo”, utilizada para reforçar a percepção do bairro do Pilar enquanto um lugar onde “se faz tudo errado”, em contraposição a outros lugares de Belo Horizonte e Nova Lima. Essa distinção entre certo e errado, muito presente também na unidade de sentido “Beira-linha”, aparece também em outras entrevistas, sendo utilizada diversas vezes para imputar à própria população, a responsabilidade pelo fato de “nada avançar aqui” [016]. “Os próprios moradores daqui são bem desmazelados, fazem muita coisa errada. Sempre que alguém tenta fazer alguma coisa de bom, [eles] vão lá e destroem, não tem interesse em zelar pelo que é nosso” [003], desse jeito “ninguém vai querer trazer melhorias para o bairro, porque tem um povo aqui muito errado, que não dá valor para nada” [006]. Essas falas reforçam a percepção de que a “ausência de futuro” não recai apenas

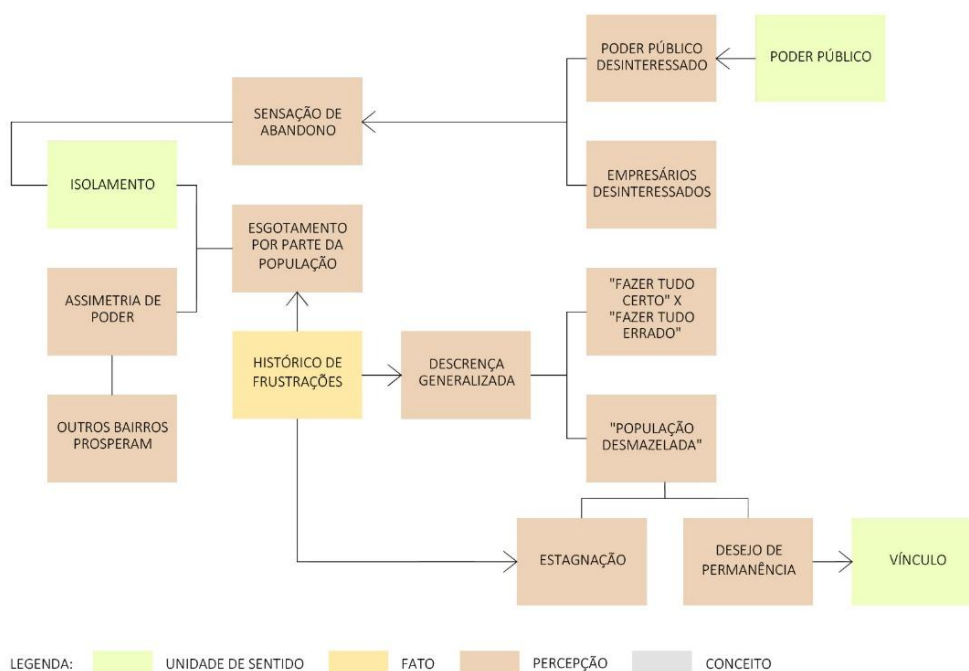
⁵⁶ Bairro de Nova Lima localizado a cerca de 12 km do bairro do Pilar. Ambos os bairros tiveram o início de seu desenvolvimento urbano em meados da década de 1950. Fonte: ja.ca

⁵⁷ O bairro Água Limpa, localizado no município de Nova Lima, a cerca de 30 km do Pilar, tornou-se, desde fevereiro de 2020, um marco importante no cenário da regularização fundiária no Brasil. Naquele ano, teve início ali um dos maiores processos de regularização coletiva da América Latina, conforme os parâmetros da Lei Federal nº 13.465/2017. Diante das semelhanças nos históricos de ocupação e irregularidade entre os dois bairros, muitos moradores do bairro do Pilar veem no caso do Água Limpa uma referência inspiradora, expressando o desejo que seja realizada uma reurb com as mesmas proporções ali.

sobre o poder público e demais agentes externos, mas também sobre os próprios moradores, cuja falta de comprometimento e cuidado é também apontada como parte do problema.

No entanto, cabe mencionar ainda aqui que, apesar de todo o exposto, a percepção de um futuro incerto e ausente para o bairro do Pilar não é definitiva, nem detratora das formas de resistência que ali se manifestam, conforme veremos na unidade de sentido a seguir, “Vínculos comunitários e com o lugar”. Ao contrário, ainda que o horizonte das transformações coletivas pareça estagnado, o desejo de permanência, reiterado diversas vezes ao longo das mesmas conversas aqui citadas, revela uma disposição que, mesmo não plenamente elaborada, se expressa nas reivindicações e no anseio por melhorias. Em última instância, isto mantém viva a relação dos sujeitos com o lugar, preservando a possibilidade de reverter o ciclo de desesperança através dos vínculos de pertencimento. Afinal, “é um lugarzinho difícil, viu? Mas vamos vivendo aqui até quando Deus quiser. Eu gosto desse lugar aqui” [006]. A **Figura 63** a seguir sintetiza a unidade de sentido “ausência de futuro”.

Figura 63 – Diagrama unidade de sentido ausência de futuro.



Fonte: Elaboração própria.

5.9 Vínculos com o lugar e a comunidade

Enquanto houver estrelas a brilhar na minha estrada,
pulsará um coração novo,
atrás de um velho sonho que o tempo não levou,
que a força das tormentas não matou.

Vander Lee, ilustre ex-morador do Pilar – Ponto de luz

Se as unidades de sentido narradas deflagraram, até o presente momento, alguns dos diversos conflitos e adversidades que atravessam a experiência do bairro do Pilar, é precisamente naquilo que Doreen Massey (2005) chamou de o “estar-juntos-por acaso” que reside o maior trunfo de sua resistência. Nas palavras de um morador entrevistado: "a relação comunitária é o mais forte que a gente tem" [007]. Assim como ele, outras falas reforçaram, reiteradamente ao longo das entrevistas, a dimensão afetiva da vida cotidiana experimentada ali: “a vida aqui é boa, a gente conhece muita gente, tem ótimas relações de vizinhança” [006], “meus vizinhos são todos muito bons” [003], “a minha rua é toda muito boa, conheço todos há muitos anos” [004], são exemplos que evocam vínculos estabelecidos, nos quais o cotidiano compartilhado há muitos anos se traduz, também, em qualidades emocionais.

Nesse sentido, a compreensão do espaço perceptivo, tal como formulado por Relph (1976), contribui para a análise da presente unidade de sentido, na medida em que compreende o lugar como diferenciado por experiências pessoais situadas que, embora particulares, não se encontram isoladas em cada indivíduo. Pelo contrário, tais experiências se constituem em meio a relações compartilhadas com outros, que também percebem e habitam o lugar de maneiras semelhantes. Nesse caso, as percepções obtidas se ancoram não só nas interações cotidianas e histórias divididas, como também, na própria paisagem em que as mesmas acontecem. Falas como “de vez em quando [*vizinhos*] passam aqui na porta, perguntam se estamos precisando de alguma coisa” [008], “dia desses o meu vizinho precisou ir ao hospital, meu marido quem levou” [003] e “estou precisando visitar a sua tia, soube que ela está com problema de coração” [003] expressam a centralidade do que Relph (1976) chamou de “vínculos intersubjetivos de cultura, experiência e intenção” (p. 12).

A intersubjetividade reconhece que o mundo-vivido não consiste em indivíduos, cada um no centro de seus próprios espaços perceptivos, mas é desde o início compartilhado com outros que têm espaços e lugares perceptivos semelhantes. (p. 12)

Para Relph, as qualidades emocionais do espaço perceptual se manifestam ainda nas reações ao ambiente físico do lugar, tanto o natural quanto o construído, ainda que não se restrinjam a essa dimensão. “Gosto demais do clima, aqui é muito bom, tem coisas lindas, tem essas montanhas [*Serra do Curral*, **Figura 64**], essas coisas maravilhosas” [006], “nossa

natureza é privilegiada, você precisa ver a quantidade de pássaros que vem aqui” [016], “tinham que fazer um parque, aproveitar essa natureza bonita do bairro” [012]. Essas falas, articuladas às práticas sociais já mencionadas, reforçam a ideia de que o vínculo com o lugar é produzido não apenas pelas relações interpessoais, mas também pelas formas como os moradores percebem e atribuem sentido ao entorno material do qual compartilham.

Figura 64 – Vista da Serra do Curral, desde a porta da casa da moradora entrevistada 005.



Fonte: Acervo próprio.

De forma complementar às ideias de Relph, Doreen Massey (2005) propõe ainda a noção de que os vínculos estabelecidos com o lugar não derivam, necessariamente, de um pertencimento visceral ou de um enraizamento fixo, mas sim de encontros e acordos constantes entre trajetórias que se sobrepõem. No bairro do Pilar, essa convivência mutável, frequentemente marcada por contingências e invasões, evidencia como o conceito de “estar-juntos-por acaso” impõe o desafio inevitável de estar, continuamente, negociando um “aqui e agora”⁵⁸ (p. 140), na medida em que as relações sociais, e o próprio lugar, se constroem e se transformam a todo momento. Algumas falas ilustram essa dinâmica relacional instável, tais como: “o problema é que o pessoal mais antigo que eu já conhecia está morrendo, e os mais novos eu não conheço muito” [007], “não falo nada do ‘lado de lá’, que está bem perigoso, mas ladrão tem todo lugar,

⁵⁸ Doreen Massey usa a expressão *here-and-now* no texto original.

né?” [003], “eu não conheço esse pessoal [*vizinhos da mesma rua*], acho que vieram de fora, mas não me perturbam” [008].

Esse estranhamento é reforçado pela sensação de desaparecimento de uma convivência que aparenta ter sido, no passado, marcada por reconhecimento mútuo. Assim, ainda que a percepção de perda de vínculos esteja, nos últimos anos, muito centrada no advento das invasões na linha férrea, é possível compreender através das falas obtidas, que ela remonta também a outros processos mais difusos e difíceis de serem delimitados: “sempre veio muita gente estranha pra cá” [006], “essas empresas atraem muita gente procurando apartamento pra alugar, o problema é que a rotatividade é alta” [002] e, ainda, “eu tinha muitos amigos aqui, mas com o tempo, foi todo mundo se afastando, alguns se mudaram, outros não saem muito de casa” [012].

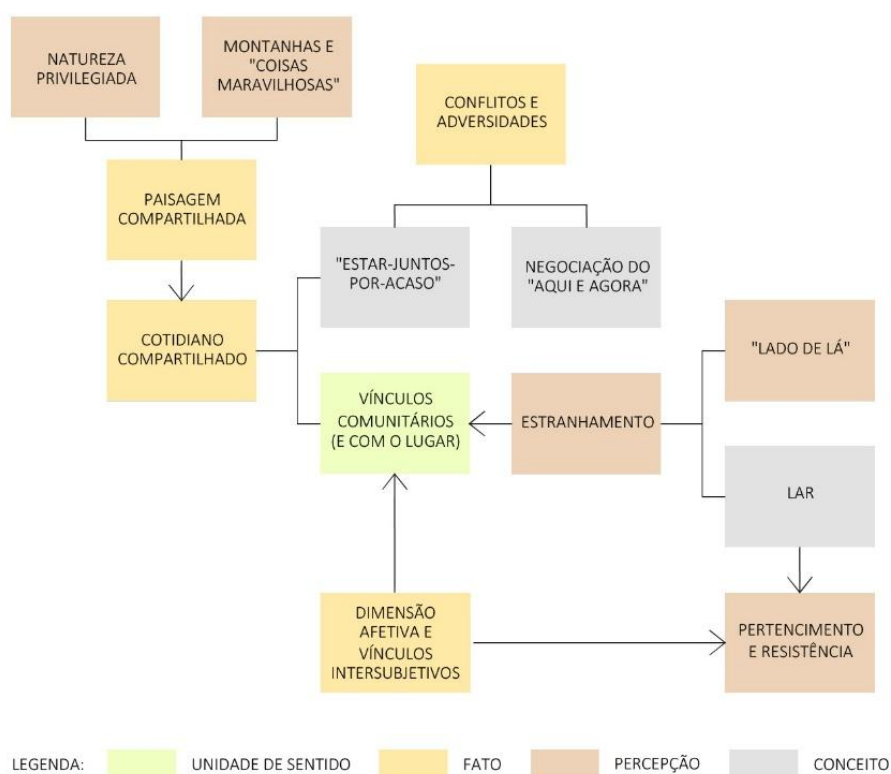
Isto posto, é importante ressaltar que a prática do lugar enquanto uma construção de diversos “nós” heterogêneos, instáveis e por vezes antagônicos, não anula as consideráveis conquistas coletivas que o compõem. É justamente no confronto entre essa multiplicidade de “nós” implícitos sendo exercidos, que as identidades que constituem o lugar são continuamente moldadas e que diversos vínculos se produzem e se sustentam (Massey, 2005). Assim, na medida em que ‘funciona’, o lugar não requer uma contestação coletiva consciente de sua identidade, pelo contrário, o lugar entende que suas identidades constituintes estão sendo continuamente moldadas, sustentando o pertencimento mesmo diante de todos os tensionamentos e transformações experimentados ao longo dos anos. “Eu criei todos os meus filhos aqui, a maioria ainda mora no bairro” [014]; “eu amo o Pilar, tudo que a gente tem foi construído aqui” [006], “eu vou morar aqui até quando eu morrer” [012] e “a gente vai ficando aqui até a hora que Deus quiser” [004] são exemplos de falas que expressam, de forma mais direta, o investimento emocional feito pelas pessoas em seus lares e, em última instância, em seu bairro, no transcurso de todos os anos vividos ali.

Sobre isto, cabe ainda uma menção ao conceito de lar, central na obra de Yi-Fu Tuan (1980), enquanto um tipo de lugar ideal, criado tanto simbolicamente, quanto materialmente. Nesse sentido, as percepções captadas acerca do Pilar ajudam a compreender os vínculos ali estabelecidos não apenas como uma conexão com o espaço físico (como por exemplo as casas onde foram realizadas as conversas, as ruas onde cada entrevistado mora, a Serra do Curral, o TOD, entre outros elementos materiais), mas como uma implicação afetiva e moral que transforma todo o espaço vivido (ou parte significativa dele) em lar. “Em qualquer lugar onde haja seres humanos, haverá o lar de alguém – com todo o significado afetivo da palavra” (p.

130). Nesse horizonte, a máxima “eu sempre digo, quem bebe da água do Pilar, sempre volta” [010] sintetiza, na forma de um arremate conclusivo, toda a densidade desse pertencimento que, ao mesmo tempo que é resistência, simboliza também o futuro que antes se pressupunha ausente.

A **Figura 65** a seguir sintetiza a unidade de sentido Vínculos com o lugar e a comunidade.

Figura 65 – Diagrama unidade de sentido vínculos com o lugar e a comunidade.



Fonte: Elaboração própria.

5.10 Síntese Unidades de Sentido

A leitura integrada das nove Unidades de Sentido aqui apresentadas, conformadas a partir esforço de apreensão de uma paisagem intersubjetiva do bairro do Pilar, a partir de um mosaico complexo deste território, amplamente marcado pela sobreposição de suas dimensões materiais (forma), sociais (atividade) e simbólicas (significados). Esse mosaico revela um mundo-vivido que é atravessado não só imposição presença hegemônica seus de agentes externos, mas sobretudo pela capacidade dos moradores em expressar sua identidade, ao tecer vínculos, ressignificar experiências e, em última instância, resistir às forças que os oprimem.

É precisamente nesse ponto que se torna visível a “interioridade existencial”, nos termos propostos por Relph (1976), em que a experimentação do lugar ocorre muitas vezes de forma irrefletida, por se tratar de um espaço conhecido e familiar, impregnado de formas, objetos e atividades, que carregam sentidos próprios sem demandar elaborações formais para que sejam verdadeiramente compreendidos. No Pilar, essa interioridade se traduz sob a forma de um reconhecimento tácito de pertencimento, não como um discurso conscientemente formulado, mas como uma prática que fortalece a identidade do bairro e a torna quase indissociável da vida cotidiana.

O marco inaugural dessa experiência coletiva é aqui representado pela chegada da **Mannesmann**, conformando um marco fundador da identidade local. Nesse sentido, a siderúrgica trouxe não apenas trabalho e infraestrutura, como também desempenhou funções substitutivas ao Estado, incutindo na percepção dos moradores, um sentimento nostálgico que atravessa a sua vinculação ao lugar. Essa percepção contrasta fortemente com aquelas referentes à atuação da **Mineração**, atualmente empreendida pela Vale, cuja presença é sentida como opressora e apontada como responsável por apartar o bairro do Pilar do restante da cidade. Enquanto a Mannesmann é lembrada como um agente de suporte, ainda que disciplinador, a mineradora surge como a expressão de uma espécie de “exterioridade existencial” (Relph, 1976, p. 61) que reforça a percepção de injustiça em reação ao território explorado e a sensação de vulnerabilidade da população.

Já a unidade **Isolamento** aparece nesse contexto como uma espécie de fio condutor dos demais núcleos de significado, pela forma como articula elementos como as barreiras físicas, a negligência política e as decisões corporativas que incidem diretamente sobre o lugar. A localização do Pilar, comprimida entre a Serra do Curral e as operações minerárias do TOD, sintetiza nos termos do “fardo da geografia” esse isolamento, embora este não deva ser um fator

determinante a ponto de aprisionar o bairro na narrativa de marginalização em que ele se encontra. Conforme observa Relph (1976), embora paisagem e localização sejam elementos constitutivos óbvios da essência de um lugar, eles não são definidores desta essência. No entanto, o que se evidencia no caso do Pilar, é um isolamento que se intensifica e se torna estrutural justamente pela sobreposição com outras dimensões, também apreendidas pelo exercício de conformação de outras Unidades de Sentido. Nesse sentido, o “estar apartado” não se reduz a uma condição geográfica, mas emerge como resultado de uma sobreposição de forças que consolidam essa condição e evoca, nos termos trazidos por Doreen Massey (2005) “toda a questão de nosso estar lançados juntos” (p. 175). Ao mesmo tempo, o isolamento geográfico parece cumprir um papel importante na identificação de moradores mais antigos com o que identificam como Pilar e, também, reforçar a presença de novos moradores como “outros” ou, de forma mais estigmatizada, “invasores”.

Nestes termos, a unidade de sentido **Beira-linha** vem de forma a acrescentar outra camada importante à lógica de “lugar como uma arena onde a negociação nos é imposta” (Massey, 2005, p. 154). Se, por um lado, a ocupação poderia ser entendida como um processo de ampliação do acesso à moradia para aqueles excluídos do mercado formal, por outro, ela é percebida como uma ameaça à autenticidade do lugar. Esse paradoxo evidencia um processo de fragmentação do tecido social, em que a convivência não apresenta confrontos diretos, mas também não gera vínculos afetivos significativos, outrora presentes nas relações de vizinhança mais próximas. Nesse contexto, os moradores do bairro percebem a beira-linha como uma espécie de “atitude inautêntica” (Cresswell, 2004, p. 44) em relação ao Pilar, pois ela demonstra “essencialmente nenhuma noção de lugar, pois não envolve nenhuma consciência dos significados profundos e simbólicos dos lugares e nenhuma apreciação de suas identidades” (Relph, 1976, p. 82). Isso tensiona as noções de identidade coletiva ali presentes e reforça a distinção entre os que são considerados “de dentro” e os que são considerados “de fora” do lugar.

Os **Projetos Sociais** promovidos pela mineração também se inscrevem aqui dentro desse mesmo campo de contradições. Os programas esportivos e eventos culturais, oferecidos na visão de muitos moradores como “assistencialistas”, são lidos simultaneamente como oportunidades para as pessoas abrangidas pelo seu alcance e também como estratégias de legitimação do poder corporativo. Ainda que tragam benefícios pontuais, tais iniciativas servem de forma a expor a assimetria entre os recursos mobilizados pelos seus idealizadores e as reais demandas do bairro do Pilar em serviços e infraestrutura. Nesse cenário, o **Campo de Futebol**

surge como um contraponto fundamental. Ao contrário dos projetos promovidos pela mineração, trata-se de um espaço de apropriação coletiva, autônoma e contínua, que fissa a dominação do capital hegemônico e reforça a sociabilidade cotidiana. Sua presença, reiterada pelos relatos dos moradores e pelos torneios de futebol realizados de forma independente, parece ser capaz de se contrapor às forças de fragmentação observadas no bairro do Pilar, simbolizando, na prática, a construção de uma identidade que transcende as imposições externas.

O **Poder Público**, por sua vez, emerge como uma ausência estruturante na experiência do Pilar. Seja pela histórica substituição de suas funções pela Mannesmann, nos primórdios da urbanização do bairro, seja pela omissão reiterada no cumprimento dos Planos Diretores e nos investimentos em infraestrutura, muitos moradores apontam essa atuação como negligente e omissa, reforçando a percepção de invisibilidade relatada nas entrevistas. Assim, o contraste entre a intensidade das necessidades locais e a superficialidade das respostas recebidas, alimenta entre os moradores a percepção de que o progresso urbano de Belo Horizonte se constrói à revelia do Pilar, reiterando sua condição de exterioridade em relação a contextos mais amplos de tomadas de decisões. Nesse sentido, o poder público não apenas se ausenta, como também contribui para consolidar a ideia de que o bairro “não tem jeito” dentro do horizonte de desenvolvimento da cidade. Este fato, associado às demais frustrações históricas e à persistência das desigualdades presentes em outros núcleos, ajudam a conformar, também, a unidade **Ausência de Futuro**.

No entanto, essa síntese não deve ser lida como uma conclusão negativa. Pelo contrário, a unidade **Vínculos com o lugar e a comunidade** revela como, mesmo diante de todo esse cenário, o bairro do Pilar continua sendo vivido intensamente como um lugar de pertencimento. Ainda que sua coesão social se fragmente cada vez mais, e que o futuro se perceba incerto, o lugar se mantém como referência simbólica para seus moradores, sustentando formas de identificação que não se reduzem à atividade minerária ou à omissão estatal. Nesse contexto, o vínculo desenvolvido remonta “a um lugar onde esperanças e intenções estão enraizadas” (Relph, 1976, p. 71), o que não deve ser compreendido como passividade, mas como força ativa de resistência. O Pilar, assim, se configura como um processo aberto e dinâmico, onde o desafio de sua interrelação constitutiva reside em um projeto contínuo de configuração sua sociabilidade e de seus limites, um processo que não se encerra em uma narrativa sobre faltas, mas pelo contrário, que aponta para a potência criativa de sua população em afirmar o lugar e transcender os limites impostos pela invisibilidade histórica a qual estão submetidos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O bairro do Pilar foi abordado ao longo dessa dissertação a partir de sua relevância e potência criadora, expressas em mais de 70 anos de contínuas transformações. O caminho metodológico adotado pela pesquisa, que permitiu tanto historicizar a formação e a evolução do território, quanto captar o protagonismo de seus moradores, revelou dimensões da produção do espaço que comumente escapam a análises centradas apenas em dados objetivos ou em leituras estritamente diagnósticas. Ainda que, ao longo do texto, a exposição de ausências, precariedades e conflitos possa induzir a uma leitura do bairro como um território vulnerável, é fundamental reafirmar, neste momento final, que o Pilar não se configura como um espaço naturalmente precário, mas como uma comunidade estrategicamente negligenciada e periférica, cuja condição atual resulta de decisões políticas, econômicas e reiteradas no tempo. Tal ressalva é central para evitar o achatamento de sua complexidade e reposicionar a “precariedade” não como um atributo do lugar ou de seus moradores, mas como efeito de relações desiguais de poder.

Nesse sentido, ao longo da pesquisa, buscou-se evidenciar que o Pilar dos dias atuais, embora fruto da atuação ostensiva do capital hegemônico, notadamente marcado pela lógica industrial e minerária, não se reduz apenas à sua esfera econômica ou produtiva. Ao contrário, em diversas situações, o Pilar se revela como um lugar de resistência e invenção cotidiana, onde vínculos afetivos, práticas culturais e histórias compartilhadas se entrelaçam para reafirmar a autenticidade de seu mundo-vivido. Trata-se de uma resistência que nem sempre se expressa por meio de confrontos diretos ou mobilizações organizadas, mas que se manifesta na insistência em permanecer, narrar, ressignificar e atribuir sentido ao território, mesmo diante de condições desfavoráveis.

Nesse contexto, o diálogo com a teoria da geografia humana foi fundamental para tensionar os achados empíricos e evidenciar essas múltiplas formas de resistência. Ao abordarmos o lugar como um processo relacional, aberto e em permanente construção, conforme proposto por Doreen Massey, tornou-se possível apreender que as “constelações temporárias” que o compõem não se fixam em uma única narrativa, mas emergem da articulação entre diferentes temporalidades, periodizadas aqui nos termos propostos por Milton Santos. Essa perspectiva permitiu entender que, mesmo diante das estruturas de poder presentes, o Pilar resiste por meio da forma singular como cada morador entrevistado se identifica e engaja continuamente nas próprias histórias em que habitam, mostrando que o

bairro não é apenas resultado de um projeto externo de esquecimento e exploração, mas é sobretudo, um campo de disputa em que condições de pertencimento são continuamente reelaboradas e renegociadas.

As contribuições de Edward Relph e Tim Cresswell também foram centrais para iluminar a dimensão existencial dessa resistência. A noção de Relph (1976) de que as experiências vividas são assimiladas em imagens mentais e percepções constantemente reajustadas permitiu compreender que o Pilar se refaz enquanto lugar mesmo diante seus conflitos, oposições e dissensos. Ainda que a atuação do capital industrial e minerário, e a omissão do Estado, atuem no sentido de precarizar as condições de vida disponíveis, a vivência dos moradores enquanto *insiders* existenciais assegura ao bairro uma dimensão de continuidade e pertencimento, mesmo quando a simetria de poder ali presente produz estigmas e desestimula o engajamento em lutas por reconhecimento.

Nesse sentido, Cresswell (2004) é decisivo ao lembrar que “é através da participação em performances diárias que nós passamos a conhecer um lugar e nos sentimos parte dele” (p. 34), sinalizando o pertencimento como uma dimensão inerente ao próprio ato de existir. Assim, é precisamente nessa dicotomia entre representações hegemônicas e experiências vividas que se evidenciam as camadas de resistência do Pilar, expressas não necessariamente em combates, mas na insistência em narrar e ressignificar o bairro como um lugar legítimo para quem o habita. Essa autenticidade, evocada por David Harvey sob a expressão “particularismo militante” (Harvey *apud* Cresswell, 2004, p. 61), mostra como o uso político das especificidades do lugar constitui uma forma de resistência às forças do capital e se manifesta na implicação contínua do bairro na vida de seus “humanos” e “não-humanos”.

O atendimento ao objetivo principal da pesquisa, de investigar o papel do lugar enquanto *locus* de resistência situado na articulação entre cotidiano e identidade na área de estudo, passa pelo atendimento aos três objetivos secundários apontados na introdução, por meio da compreensão de que não seria possível consolidar uma operacionalização do conceito de lugar sem articular as dimensões fenomenológicas e o método regressivo-progressivo que permitiu traduzir as noções teóricas em procedimentos analíticos aplicáveis ao bairro do Pilar. A conjunção das unidades de sentido apresentadas expõe essa pertinência, ao capturar a densidade da experiência vivida ao mesmo tempo em que articula essas dimensões às determinações históricas e estruturais que configuram sua materialidade e sua realidade presente. O método mostrou-se crucial: regressivamente, situou o Pilar em sua historicidade de forma inédita; e, progressivamente, permitiu compreender como essas determinações progressas se atualizam na

vida cotidiana nos dias de hoje, moldando as práticas sociais e suscitando o que poderá ser seu futuro.

A abordagem do lugar aqui adotada aponta, portanto, para contribuições diretas no campo da política urbana. Ao reconhecer os sentidos que os moradores atribuem aos processos de produção do espaço, essa perspectiva oferece subsídios para a construção de políticas mais permeáveis ao cotidiano, à identidade local e às fissuras que atravessam os territórios populares. Essas fissuras, longe de constituírem meros desvios ou anomalias, mostraram-se centrais para compreender as possibilidades de emergência de uma consciência coletiva. Ao mesmo tempo que o seu conceito, aqui pautado pelo trabalho de Holloway, pode ser interpretado à luz do “campo cego” de Lefebvre (2011), as “fissuras” dialogam também com a noção de conscientização presente em Marx e Freud, na medida em que a explicitação de um problema é condição para que ele se torne passível de reconhecimento, elaboração e, potencialmente, transformação. Ao registrar e interpretar as narrativas dos moradores, a pesquisa não produz soluções imediatas, mas contribui para a abertura de brechas a partir das quais mudanças graduais e situadas no lugar podem se constituir. Trata-se, assim, de um deslocamento relevante em relação a práticas de planejamento urbano excessivamente normativas, que tendem a ignorar experiências vividas e a reproduzir respostas genéricas pouco aderentes às realidades locais.

Conforme apontado na introdução do trabalho, as unidades de sentido, ainda que desenvolvidas de forma independente, têm origem na problematização construída por pesquisas realizadas pelo grupo PRAXIS-EA/UFMG. São duas as contribuições e possibilidades de diálogo dessa pesquisa para a Leitura do Lugar a partir das Linhas de Análise em andamento nas pesquisas do grupo. A primeira, o aprofundamento no referencial teórico metodológico do campo da geografia humana que contribuem para o diálogo entre a abordagem proposta e a retomada do debate sobre a operacionalização do conceito de lugar. A segunda, a potencial articulação entre as informações do/no território contidas nas unidades de sentido identificadas a partir das narrativas registradas no Pilar, que, apesar de suas especificidades, abrigam dinâmicas urbanas semelhantes em às observadas em territórios populares em estudo pelo PRAXIS-EA/UFMG.

Entre outros ganhos deste trabalho, destaca-se aqui o fato de o mesmo ter direcionado atenção acadêmica para o Pilar. Antes do início desta pesquisa, o bairro permanecia desconhecido e ausente dos debates e estudos urbanos, e sua presença era marginal nas agendas institucionais. A partir do trajeto aqui percorrido, o bairro do Pilar pôde ser estudado em novas pesquisas e até mesmo incorporado em atividades de ensino, como na disciplina URB0017,

“Planejamento na Escala da Sub Bacia”, do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMG que teve o Pilar como objeto de estudo e reflexão. Ao longo de três semestres (1/2024, 2/2024 e 1/2025) pude acompanhar pessoalmente as visitas a campo e a avaliação dos projetos desenvolvidos, tendo inclusive ministrado algumas aulas no contexto do estágio docência do mestrado. Com essa experiência, foi possível observar as percepções de olhares “de fora”, onde muitas das análises inferidas ao longo do meu próprio processo puderam ser corroboradas.

Outras duas disciplinas ofertadas na Escola de Arquitetura durante o primeiro semestre de 2025 foram a PRJ081, “Intervenções urbanas a partir da leitura do lugar e da justiça ambiental” e PRJ083, “Intervenções urbanas a partir da leitura do lugar da assessoria técnica”, ambas ministradas pela professora dra. Denise Morado Nascimento. Nesse sentido, considera-se que a pesquisa aqui apresentada contribuiu não apenas para registrar e analisar dimensões da vida cotidiana do bairro como um fim em si mesmo, mas também acabou por instaurar um campo de interesse acadêmico que permanece em expansão. Trata-se, portanto, de um ponto de partida que sinaliza caminhos futuros de investigação e intervenção, reafirmando a importância de manter o Pilar inserido em debates urbanos mais amplos.

É necessário pontuar, contudo, também os limites da pesquisa. O recorte espacial demarcado em um único bairro e com ênfase na experiência de 16 moradores, ainda que complementada e confrontada por diversas visitas a campo, fontes secundárias e imersão nos temas que estruturam o cotidiano no bairro, implicam que os resultados obtidos não são generalizáveis, nem devem ser tratados como verdades absolutas a respeito do território. Muito pelo contrário, este estudo deve ser compreendido como uma aproximação situada que, embora valorize a singularidade das narrativas obtidas e reconheça nelas um caminho para acessar processos mais amplos que atravessam o bairro e a cidade, não pretende esgotar as múltiplas dimensões deste mundo vivido nas nove unidades de sentido, ou nos fatos históricos mencionados. Cabe destacar ainda que a temporalidade considerada se concentrou em narrativas contemporâneas, ainda que relacionadas a memórias de longa duração, o que restringe a compreensão de processos anteriores à formação do Pilar e também os processos mais recentes de transformação urbana em Belo Horizonte. Esses limites, no entanto, não invalidam as informações apuradas, mas indicam caminhos para investigações futuras, que poderiam se concentrar, por exemplo, nas disputas fundiárias que remontam aos históricos de invasões do bairro, ou na complexificação do território a partir da perspectiva de moradores da beira-linha.

Cabe mencionar ainda que a ausência da dimensão ambiental como unidade de sentido explícita ao longo da dissertação não passou despercebido por este trabalho, não devendo ser

interpretada como lacuna casual, mas como um dado de pesquisa revelador. A não-menção ao Córrego Bom Sucesso durante as entrevistas, importante curso d'água da bacia do Ribeirão Arrudas e elemento estruturante da rede de drenagem da região do Barreiro, que atravessa o bairro do Pilar e se encontra atualmente em avançado processo de assoreamento, aponta para a forma como determinadas dimensões da produção do espaço tendem a permanecer naturalizadas ou secundarizadas nas narrativas cotidianas, ainda que se façam presentes de maneira transversal na experiência urbana. Reconhecer esse silêncio analítico permite não apenas problematizar os limites da pesquisa, mas também indicar caminhos futuros de investigação que articulem, de maneira mais direta, natureza, cotidiano e justiça ambiental.

Outro desdobramento promissor desta pesquisa reside na possibilidade de operacionalizar o conceito de lugar considerando dimensões de raça e gênero, conforme propõe Doreen Massey. Embora esta dissertação tenha enfatizado processos gerais de produção e ressignificação do espaço, a abordagem adotada tende a transmitir a impressão de uma experiência relativamente homogênea entre os moradores. Massey (1994) lembra que a mobilidade e as relações com o lugar não são universais: algumas pessoas são forçadas a se deslocar, outras se deslocam por vontade própria, e algumas pessoas permanecem efetivamente restritas. Aplicar essa perspectiva heterogênea permitiria revelar como determinados grupos vivenciam, percebem e resistem no lugar de maneiras específicas, evidenciando que o bairro do Pilar não é apenas um território de pertencimento coletivo, mas também um campo marcado por experiências sociais desiguais que atravessam gênero, raça e outras dimensões de poder. Em contextos urbanos onde a dimensão de raça e gênero adquirem contornos mais nítidos do que aqueles observados no Pilar, sua investigação e incorporação na análise das unidades de sentido seria fundamental para aprofundar a compreensão da produção do lugar como um processo plural, sensível às interseccionalidades que estruturam a vida urbana cotidiana.

Por fim, o estudo do bairro do Pilar demonstrou que o lugar não se esgota em suas condições materiais ou em enquadramentos institucionais preestabelecidos. Mais do que isso, os lugares não são sempre os mesmos, estando continuamente sujeitos a processos de assimilação e reajuste, tanto em função das transformações físicas e sociais que os atravessam, quanto pela maneira como são percebidos e narrados coletivamente. Assim como aponta Relph (1976), as experiências vividas, ainda que não possam ser modificadas, estão constantemente sendo incorporadas em imagens mentais que se renovam com o tempo, revelando que o lugar não é estático, mas se refaz na medida em que os sujeitos reelaboram suas memórias, anseios e vínculos cotidianos.

Este foi, inclusive, um dos grandes desafios da pesquisa: a decisão sobre o momento de interromper a coleta de informações. Afinal, a vida cotidiana em processo segue deflagrando conflitos e situações inéditas, cuja apuração certamente ajudaria a enriquecer este relato. Desde novas insatisfações sendo manifestadas por moradores nas redes sociais, passando pelo fim do contrato de adoção da Praça Amadeu Lorenzato pela Vale, incluindo eventos sendo realizados por novos agentes até então desconhecidos, o bairro do Pilar permanece como um campo aberto de significações, onde a disputa por reconhecimento e pertencimento continua a produzir novas camadas de resistência. Ao final, reafirmamos que, para compreender verdadeiramente a cidade, devemos olhar para os lugares enquanto um conjunto de experiências que neles se inscrevem, reconhecendo que é no cotidiano, e não apenas nos centros de tomada de decisões e conformação do saber hegemônico, que a vida real se concretiza e se torna inteligível. Essa dissertação se propôs a realizar essa empreitada no bairro do Pilar, considerando a chance de estudar um território até então inexplorado pelo exercício acadêmico. Mas as possibilidades de lugares a serem desbravados sob essa perspectiva são infinitas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. (2002). **O poder soberano e a vida nua: Homo sacer**. Belo Horizonte, Editora UFMG.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e Medo na Cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CAMPOS, Helena Guimarães. **Da inclusão à exclusão social: a trajetória dos trens de subúrbio da região metropolitana de Belo Horizonte (1976-1996)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2002.

CRESSWELL, Tim. **Geographic Thought: A Critical Introduction**. Chichester: Wiley-Blackwell, 2013.

CRESSWELL, Tim. **In Place/Out of Place: Geography, Ideology, and Transgression**. Minneapolis: University of Minnesota, 1996.

CRESSWELL, Tim. **Place: a short introduction**. Malden: Blackwell pub, 2004.

CRESSWELL, Tim. (2008). Place: encountering geography as philosophy. **Geography**, 93(3), p. 132–139.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2012.

HOLLOWAY, John. **Fissurar o capitalismo**. Traduzido por Daniel Cunha. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

JAMES, William. "The Present Dilemma in Philosophy". Lecture I in **Pragmatism: A new name for some old ways of thinking**. New York: Longman Green and Co, pp. 1-16, 1907.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991. (1974)

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro Editora, 2011.

LUDOLF, R. O. **O mapa da mina: o tesouro e a sociedade**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano). Departamento de Ciências Sociais aplicadas, Universidade Salvador, Salvador, 2011.

MARICATO, Ermínia. **A terra é um nó na sociedade brasileira... também nas cidades**. LabHab, 1997. Disponível em: http://www.labhab.fau.usp.br/wp-content/uploads/2018/01/maricato_terrano sociedade brasileira.pdf Acesso em 6 jun. 2025.

MAGNANI, J. G. C. **Antropologia urbana: desafios e perspectivas**. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 59, n. 3, p. 174-203, 2016.

MASSEY, Doreen. A global sense of place. Em: Massey, Doreen. **Space, place and gender**. Oxford: Polity, p. 146-156, 1994.

MASSEY, Doreen. **For Space**. London: Sage publications, 2005.

MORADO Nascimento, Denise; Freitas, Daniel Medeiros de; Nascimento, Gabriel da Cruz (2022). Outro jogo de linguagem como proposta teórico-metodológica de leitura do lugar. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, nº 24 (dezembro). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 135-159, dx.doi.org/10.17127/got/2022.24.006.

PIRANDELLO, Luigi. **Eu, nenhum e cem mil**. São Paulo: Penguin Companhia, 2023.

RELPH, Edward C. **An inquiry into the relations between phenomenology and geography**. In: Canadian Geographer, 14: 193-201, 1970.

RELPH, Edward C. As bases fenomenológicas da geografia. In: **Geografia**. Rio Claro, UNESP, n.7, vol.4, p. 1- 25, 1979.

RELPH, Edward C. **Place and placelessness**. London: Pion, 1976.

ROBINS, Kevin. (1997) “The new communications geography and the politics of optimism”. In: **Soundings: a journal of politics and culture**, nº 5, pp. 191-202.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5. ed., 4. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023. (1985)

SERPA, Ângelo. **Por uma geografia dos espaços vividos: geografia e fenomenologia**. São Paulo: Contexto, 2023.

SIMAS, Luiz Antônio. **O corpo encantado das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2019.

SOUZA, M. J. L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TOPALOV, C. Os saberes sobre a cidade: tempos de crise? **Revista Espaços e Debates**, ano XI, n. 34, p. 28-38, 1991.

UNIFESP, Centro de Antropologia e Arqueologia Forense. A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a Ditadura – **Informe Público**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/projetos/empresas-e-ditadura> Acesso em 18 jun. 2024.

UNIFESP, Centro de Antropologia e Arqueologia Forense. A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a Ditadura – **Informe Público 2**. São Paulo, 2023-2024. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/projetos/empresas-e-ditadura> Acesso em 18 jun. 2024.

TELLES, V. da S. **Nas dobras do legal e do ilegal**: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. *Dilemas*, v. 2, n. 5-6, p. 97-126, 2009.

TUAN, Yi-Fu. A View of Geography. In: **Geographical Review**, Vol. 81, n. 1, pp. 99-107, 1991.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

WILD, John. **Existence and the World of Freedom**. Prentice-Hall, Englewood Cliffs, 1963.